

Organizadores

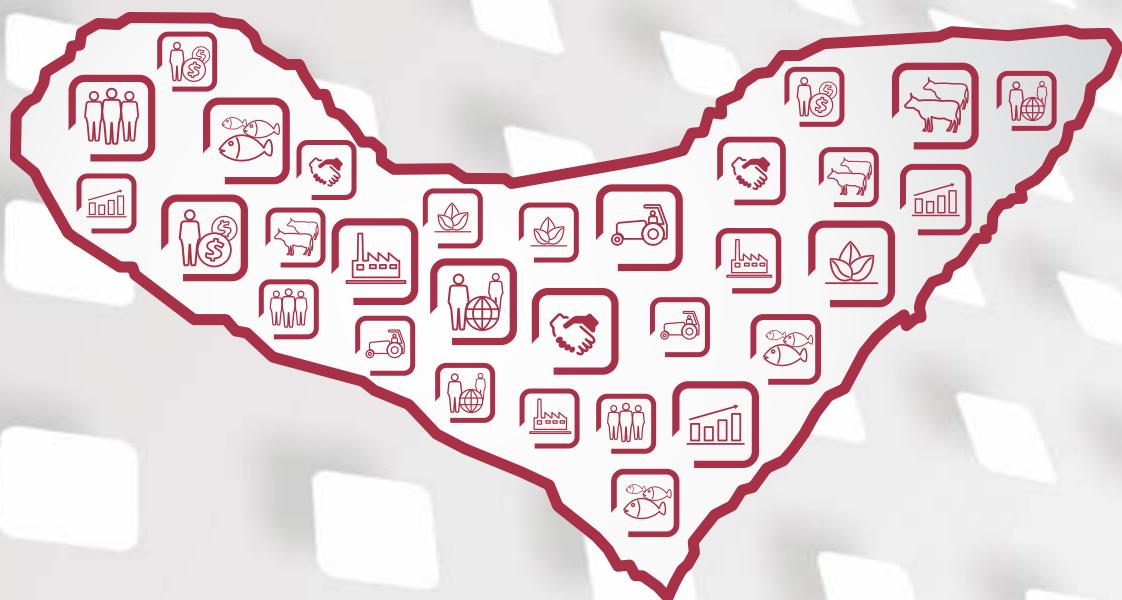
Francisco José Araújo Bezerra

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Luciano J. F. Ximenes

Airton Saboya Valente Junior

Perfil Socioeconômico de Alagoas



**Banco do
Nordeste**

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ALAGOAS

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ALAGOAS

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015

**Presidente:**

Marcos Costa Holanda

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebuças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente
Francisco José Araújo Bezerra**Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação****Gerente**
Tibério Rômulo Romão Bernardo**Célula de Estudos e Pesquisas****Gerente**
Luciano J. F. Ximenes**Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas****Gerente**
Wendell Márcio Araújo Carneiro**Ambiente de Políticas de Desenvolvimento****Gerente**
José Rubens Dutra Mota**Célula de Políticas de Financiamento e Monitoramento****Gerente**
Sâmia Araújo Frota**Coordenação Técnica:**

Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Equipe:

Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho
Normalização: Audrey Caroline Marcelo do Vale

Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra
Carvalho

Diagramação: Patrício de Moura

Colaboração:

Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

P438 Perfil socioeconômico de Alagoas / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

174 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-248-3

1. Perfil socioeconômico – Alagoas. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Copyright©2009 by Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015 vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado de Alagoas, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado ainda para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social de Alagoas. Na sequencia, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais de Alagoas com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP).

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro-resumo dos principais indicadores do Estado.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que

elevem o grau de modernidade e competitividade da economia alagoana, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

Prefácio	5
Apresentação	7
Sumário	9
1 Características territoriais	11
Referências	18
2 Demografia e panorama social	19
Referências	26
3 Desempenho da economia estadual	27
Referências	33
4 Agricultura	35
Referências	41
5 Pecuária	
5.1 Avicultura	44
5.2 Bovinocultura	46
5.2.1 Bovinocultura leiteira	46
5.2.2 Bovinocultura de corte	47
5.3 Caprinos e ovinos	47
5.4 Apicultura	49
5.5 Considerações finais	50
Referências	55
6 Indústria	57
6.1 Perfil da indústria de Alagoas	58
6.2 Indústrias extractivas	66
6.3 Indústrias de transformação	69
6.4 Indústria da construção	72
6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública	73
6.6 Considerações finais	74
7 Comércio e serviços	77
7.1 Comércio	80
7.2 Serviços	82

7.3	Considerações finais	84
	Referências	84
8	Fluxos do comércio interestadual	85
8.1	Compras de insumos intermediários	86
8.2	Vendas de insumos intermediários	90
8.3	Balanço de compras e vendas	94
8.4	Análise da agregação de valor	95
	Referências	99
9	Turismo	101
	Referências	105
10	Comércio exterior	107
	Referências	114
11	Infraestrutura	115
11.1	Infraestrutura de transportes	115
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	120
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	123
	Referências	126
12	Mercado de trabalho	129
12.1	Evolução do emprego e desemprego - PNAD Contínua	129
12.2	Evolução do emprego formal - RAIS	133
	Referências	140
13	Intermediação financeira	141
	Referências	145
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste: o FNE	147
	Referências	154
15	Considerações finais	155
	Apêndices	161

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima

Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

O estado de Alagoas possui um território de 27,8 mil km², que representa 1,8% da Região Nordeste (1.554,3 mil km²) e cerca de 1,6% da área de atuação do BNB (1.789,5 mil km²). É o segundo menor estado da região, superando apenas Sergipe. Em relação ao Brasil é o terceiro menor estado em tamanho, respondendo por 0,3% da área do País (8.515,8 mil km²). Faz fronteira ao norte com Pernambuco, ao sul com Sergipe, à oeste com a Bahia e ao leste com o Oceano Atlântico. O Rio São Francisco constitui a divisa natural entre Alagoas, Sergipe e Bahia (Mapa 1).

Utilizando critérios de similaridade de aspectos geográficos e socioeconômicos, o IBGE regionalizou os 102 municípios de Alagoas em 13 Microrregiões, que por sua vez foram agrupados em três Mesorregiões (Quadro 1 e Mapa 2).

O Leste Alagoano engloba seis microrregiões e 52 municípios, ocupando 13,2 mil km² ou 47,7% do território do Estado. Além de ser a mesorregião mais extensa, também se apresenta como a mais importante economicamente, pela presença da capital Maceió e da zona da mata, onde se concentra a produção canavieira do Estado (Mapa 2).

O Agreste Alagoano abrange três microrregiões e 24 municípios, com uma área de 5,8 mil km² correspondendo a 20,8% do Estado. Caracteriza-se como uma região de transição, sendo a menor em extensão e a segunda mais populosa. Localizada na parte mais central do Estado, limita-se com o Sertão a oeste e a Mata Atlântica a leste. O município de Arapiraca é o principal polo dinâmico dessa mesorregião, sendo também a cidade mais desenvolvida do interior alagoano.

Mapa 1 – Localização geográfica de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Alagoas

Mesorregiões	Microrregiões
Leste Alagoano	Litoral Norte Alagoano, Maceió, Mata Alagoana, Penedo, São Miguel dos Campos e Serrana dos Quilombos
Agreste Alagoano	Arapiraca, Palmeira dos Índios e Traipu
Sertão Alagoano	Alagoana do Sertão do São Francisco, Batalha, Santana do Ipanema e Serrana do Sertão Alagoano

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

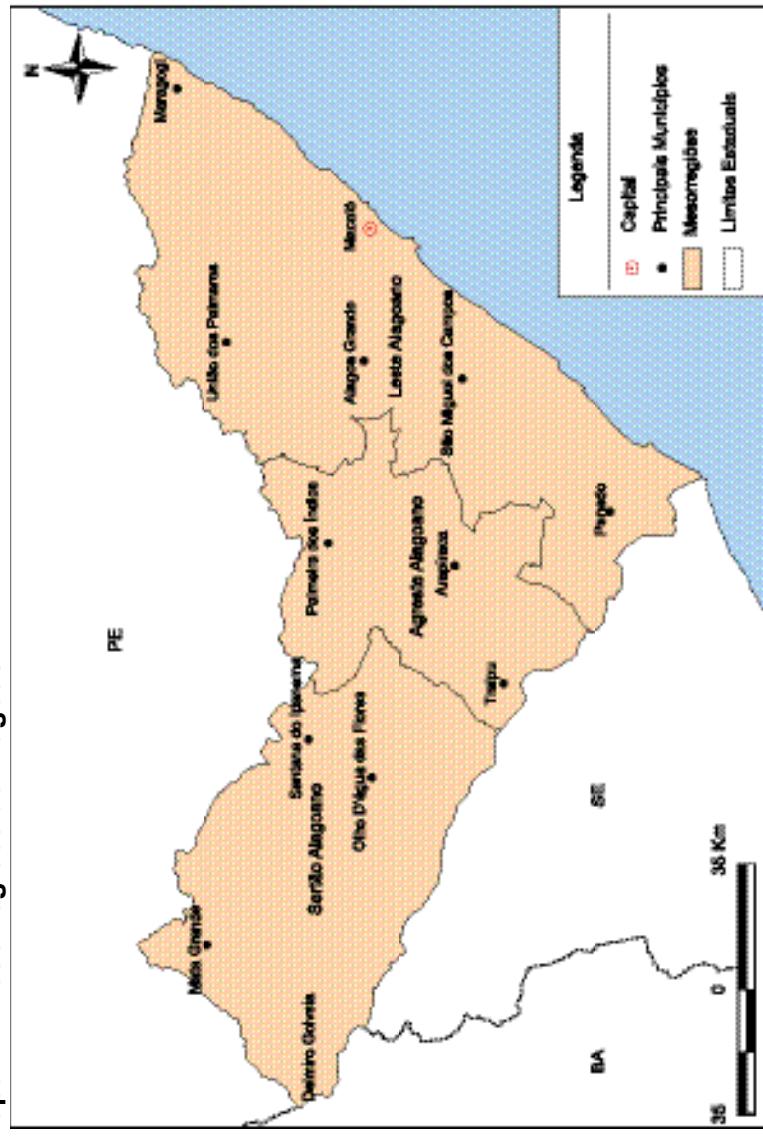
O Sertão Alagoano tem quatro microrregiões e 26 municípios em um território de 8,8 mil km² o que equivale a 31,6% do Estado. É a mesorregião menos populosa e com menor desenvolvimento econômico.

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabelecem o semiárido brasileiro para efeito de definição e implementação de políticas públicas. Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, índice de precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. Entre os Estados que possuem municípios nessa delimitação, Alagoas destaca-se com a menor parcela do território definida como semiárido (45,3%) com uma área de 12,6 mil km² (Mapa 3).

O clima predominante de Alagoas é o tropical, variando ao longo do território entre quente e úmido. As chuvas são irregulares, apresentando a pluviometria de 800 a 1.200 milímetros anuais. A temperatura média anual do Estado varia entre 21 a 29°C. A região litorânea registra temperaturas menos elevadas e maior volume de chuvas (ALAGOAS, 2010).

O território de Alagoas sofre influências locais do relevo e altitude. Na parte oriental do Estado, predomina o clima mais úmido, com temperaturas entre 19°C a 28°C e umidade mais elevada. Na parte mais ocidental, o clima é semiárido, com as temperaturas variando de 13° C a 40°C, dependendo da estação do ano (ALAGOAS, 2010).

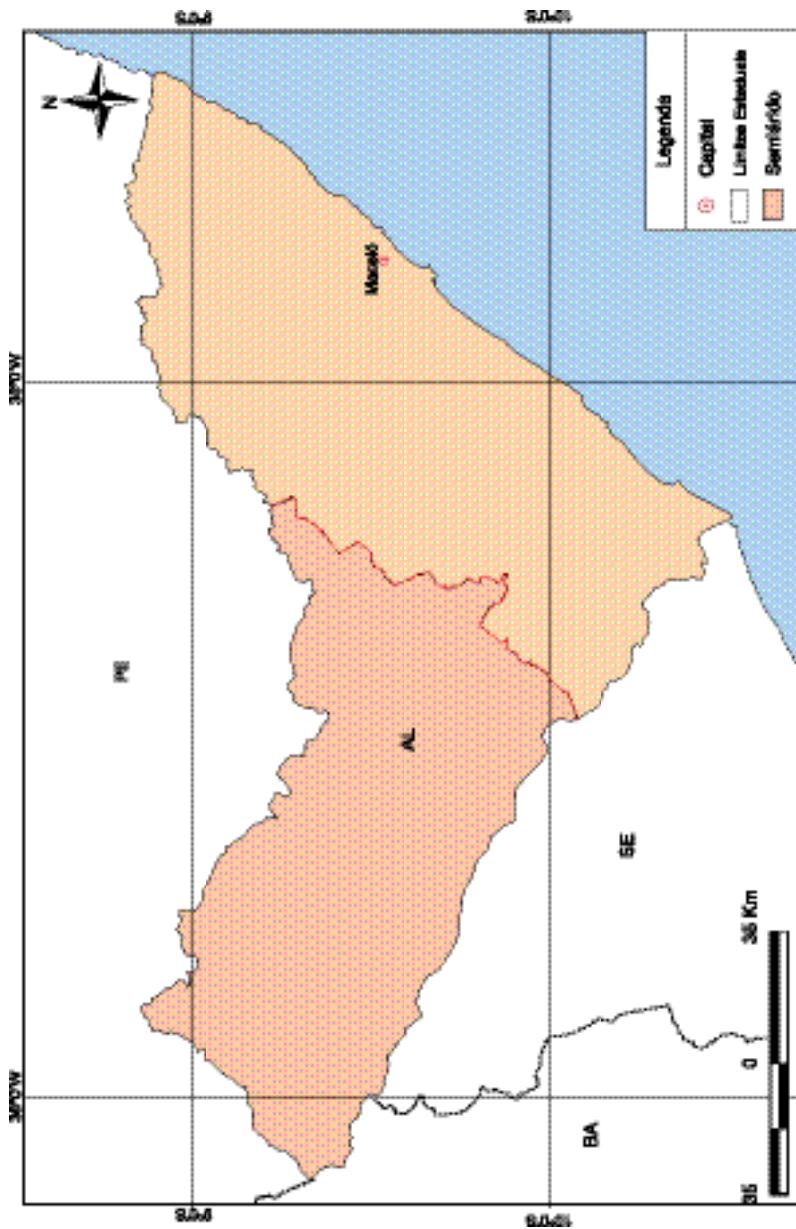
Mapa 2 – Mesoregiões de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Mapa 3 – Semiárido de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

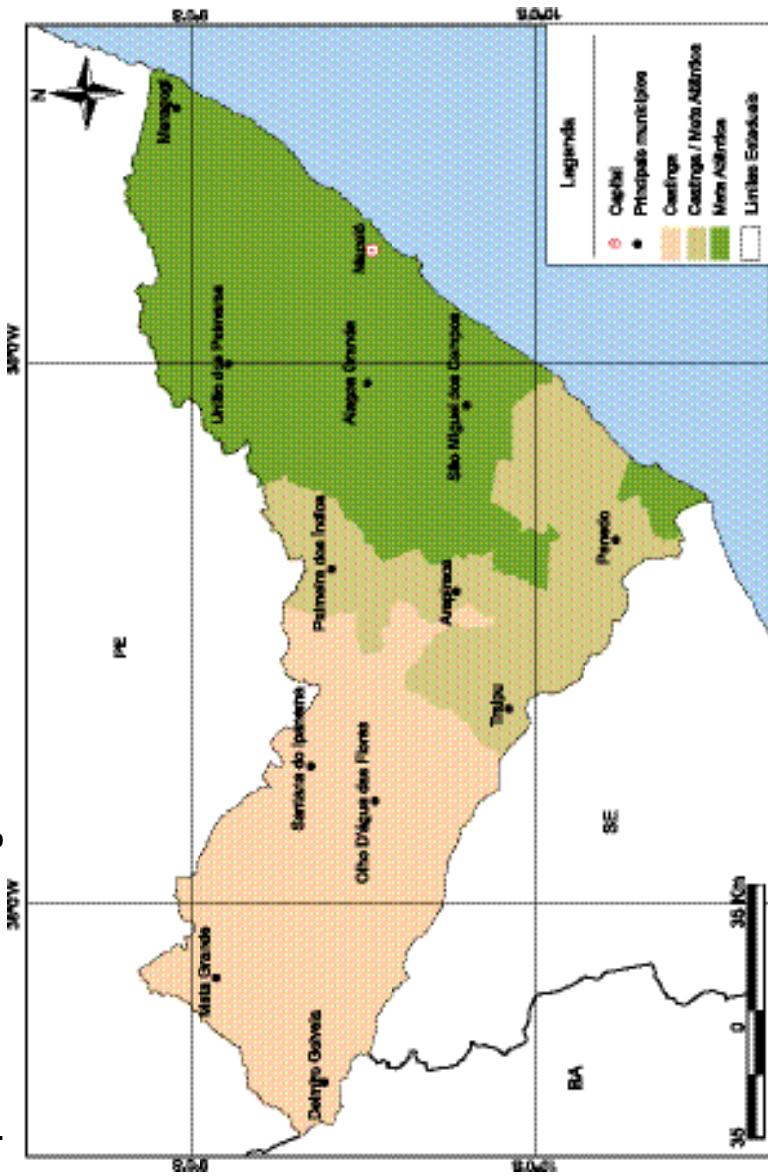
O Estado possui uma rica base de recursos naturais assentada em dois biomas característicos do Nordeste brasileiro, a Caatinga e a Mata Atlântica, além de um terceiro, o bioma Caatinga/Mata Atlântica que corresponde a uma área de transição (Mapa 4).

A Mata Atlântica é o bioma predominante no território alagoano, presente em uma área de 11,9 mil km² totalizando 42,9% do Estado. Localizada próxima ao litoral, caracteriza-se pela elevada umidade e precipitações médias superiores a 1.200 mm anualmente. Apre-senta grande diversidade biológica explícita na riqueza de espé-cies, dentre as quais muitas são endêmicas. O espaço encontra-se antropizado e/ou alterado, representando a região mais desenvolvi-da do Estado, na qual a maioria da população se concentra.

O bioma caatinga ocupa uma área de 9,8 mil km² ou 35,4% do território. Presente no extremo oeste do Estado, possui clima seco, vegetação xerófita, com médias pluviométricas variando de 400 mm a 600 mm por ano e concentradas em um curto período. Referido bioma também já sofreu um grande processo de mudança da sua paisagem original, apresentando áreas em processo de de-sertificação devido à má utilização e conservação do solo.

A faixa intermediária entre a Mata Atlântica e a Caatinga se estende por uma área de 6,1 mil km², ocupando 21,7% do território do Estado. Na divisa com Sergipe essa faixa de transição se apro-xima do litoral.

Mapa 4 – Biomas de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Localizado em uma região estratégica do Nordeste, Alagoas tem litoral com 248 km de extensão, o quinto do Nordeste (5,2 mil km), abrigando a foz do rio São Francisco - que demarca a divisão com Bahia e Sergipe. O potencial hídrico é constituído de lagoas e rios. Das dezessete lagoas existentes em todo o Estado, duas se destacam por suas potencialidades. São elas: Mundaú, com aproximadamente 20 km de extensão; e Manguaba, com 28 km de extensão, ambas voltadas para a economia pesqueira e turística (ALAGOAS, 2010).

Alagoas possui ao todo 53 rios, grande parte deles com a nascente no Planalto da Borborema para desaguar no Rio São Francisco ou no litoral do Estado. Entre os rios afluentes do primeiro, destaque para as bacias dos rios Taipú e Piauí. Quanto aos rios que deságuam no litoral, as bacias com maiores áreas são as dos rios São Miguel e Coruripe (ALAGOAS, 2010).

O principal rio, o São Francisco, corresponde à divisa natural entre Alagoas, Sergipe e Bahia. As duas maiores hidrelétricas da Região Nordeste encontram-se nessa divisa, a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e a Usina Hidrelétrica do Xingó.

Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Tabela das regiões hidrográficas e suas respectivas bacias**. Maceió, 2010. Disponível em: <http://www.semarh.al.gov.br/recursos-hidricos/regioes-hidrograficas/areas_bacias%20II.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferencia Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. Brasília, DF. **Documento referência**. Brasília, DF, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho

Economista. Mestre em Economia Rural

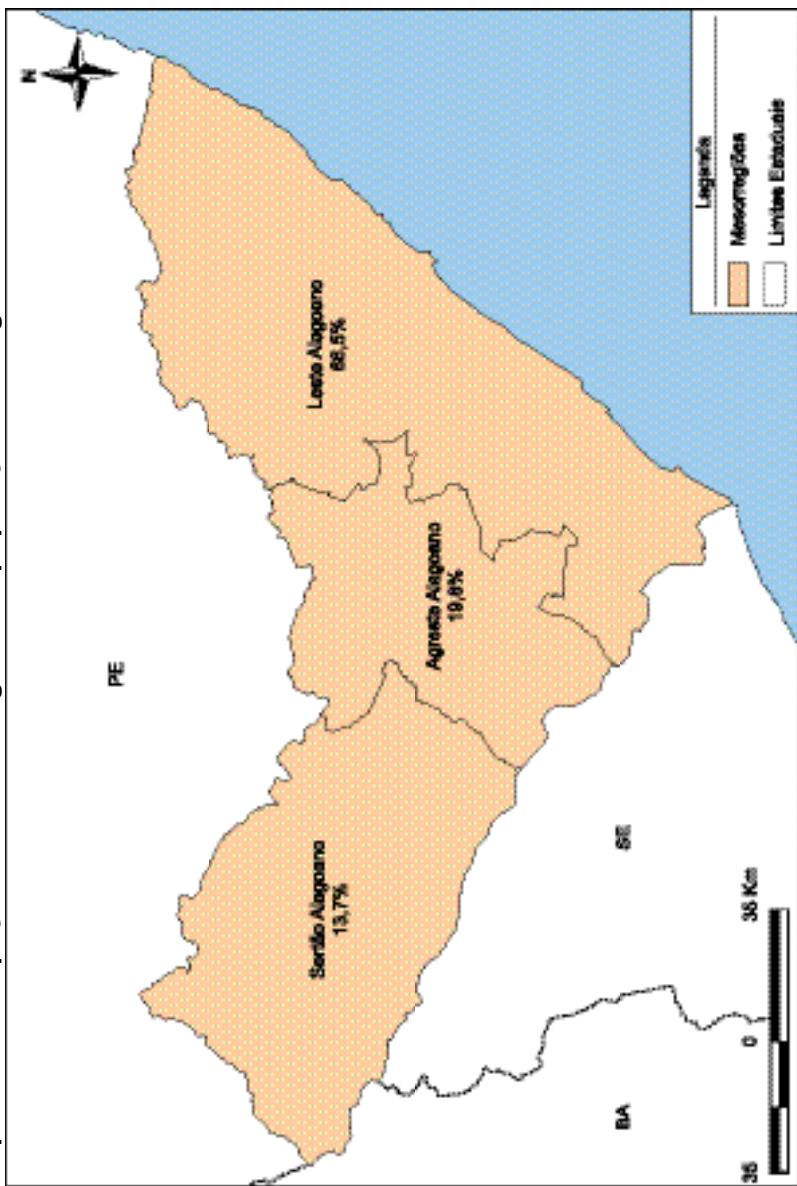
Alagoas é o segundo menor estado em área do Nordeste, mas sua população atual, de 3.321.730 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2014, supera a do Piauí, que possui uma área superior em extensão. A população de Alagoas registrou acréscimo de 6,4% em relação à população de 2010, conferindo ao Estado a maior densidade demográfica regional, ou seja, 119,6 habitantes por km² (IBGE, 2014).

Alagoas tem 102 municípios, e a capital, Maceió, congrega 30,3% do total da população do Estado. A projeção da população estadual do IBGE, em 2030, é de 3.514.114 habitantes, aumento de 12,6% em relação ao censo de 2010.

O Estado é dividido em três mesorregiões: a do Leste Alagoano, no litoral, concentrando 66,5% da população estadual, a do Agreste Alagoano, central, com 19,8% e a do Sertão Alagoano, a mais interior, com 13,7% (Mapa 1).

A taxa de urbanização da população alagoana, em 2012, era de 71,5%, sendo próxima da média regional (73,1%), mas ainda abaixo da nacional (84,3%). Além da capital Maceió, Arapiraca, Rio Largo e Palmeira dos Índios são os municípios mais populosos, concentrando 41,0% da população total (1.383.640 habitantes), segundo dados do IBGE para 2014. A área conjunta é de 1.618,3 km², gerando uma densidade demográfica de 855 habitantes/km², cerca de oito vezes superior à do Estado.

Mapa 1 – Participação das Mesorregiões na população de Alagoas

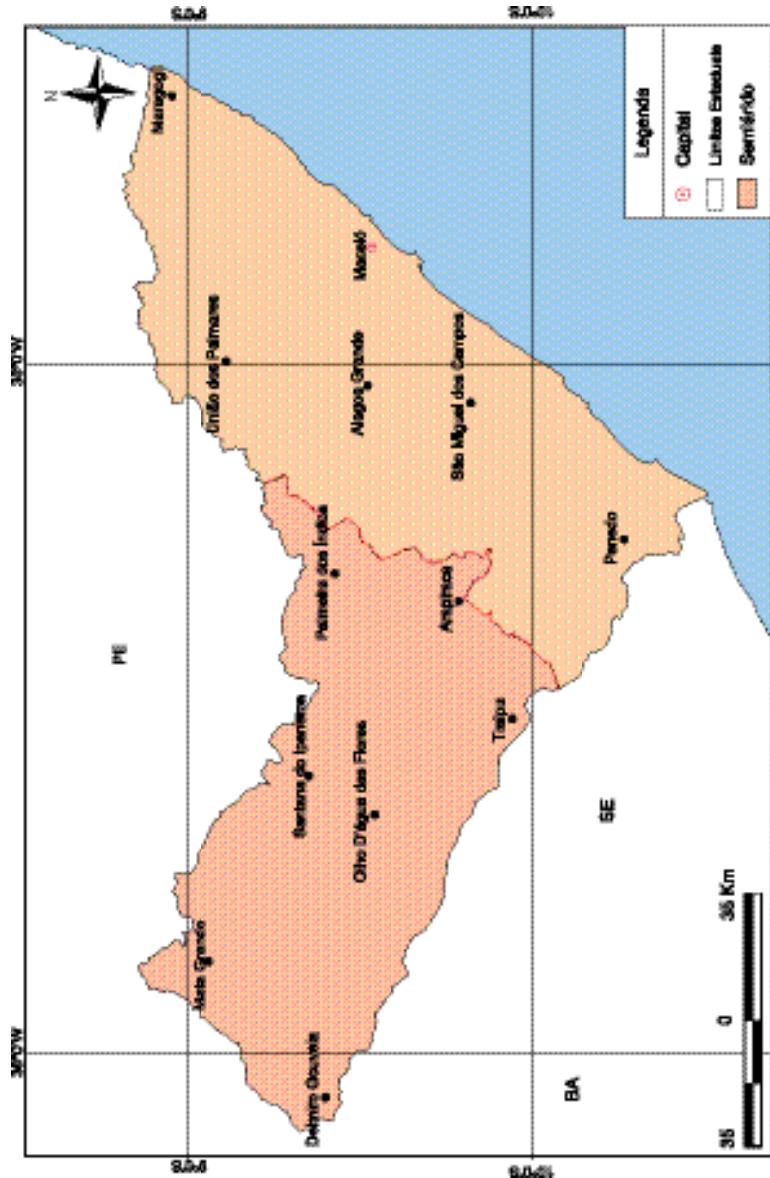


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Maceió é o principal centro econômico do Estado, no Leste Alagoano. É um dos maiores produtores brasileiros de sal-gema e possui estrutura produtiva diversificada, com indústrias químicas, de açúcar e álcool, de cimento e alimentícias, além de potencial turístico, por suas belezas naturais, como as praias, e grande diversidade cultural. Rio Largo faz parte da região metropolitana de Maceió, é o terceiro município mais populoso do Estado.

Arapiraca e Palmeira dos Índios localizam-se na mesorregião do Agreste Alagoano; a primeira é próxima ao centro geográfico do Estado, sendo sua segunda maior cidade e maior centro comercial do interior. Foi grande produtora de tabaco no Brasil na década de 1970, mas com a decadência do produto, passou a ter um maior crescimento no setor de comércio e serviços, assim como um relativo crescimento na indústria, com área de influência que atinge cerca de meio milhão de habitantes (ARAPIRACA, 2014). Palmeira dos Índios é o quarto maior município alagoano, com economia voltada para o setor primário, localizando-se mais próxima da divisa com Pernambuco (Mapa 2).

Mapa 2 – Principais cidades de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

A expectativa de vida em Alagoas era de 64,3 anos em 2000 e passou para 69,2 anos em 2010; no entanto, era a mais baixa da Região em 2000 e continuou assim dez anos depois, quando a média nordestina alcançou 71,2 anos e a brasileira 73,9 anos, ambas em 2010.

O número de médicos por mil habitantes de Alagoas, segundo dados do IBGE, em 2000, era de 0,94, subindo para 1,17, dez anos depois, comprovando alguma melhoria na cobertura de saúde para a população, sendo superior à média regional (1,09) e inferior à nacional, de 1,86 por mil habitantes. Em termos de leitos hospitalares, é 1,88 para cada mil habitantes, índice inferior ao regional (2,02) e ao nacional (2,26).

Ainda segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, do IBGE, Alagoas tinha 97,4% das residências com água canalizada internamente, 30,4% com rede de esgoto ou fossa séptica, o menor índice na Região, e 68,2% com coleta direta de lixo.

Alagoas conta com duas instituições de ensino superior públicas e dezoito particulares, entre elas a Universidade Federal (UFAL), a Estadual (UNEAL), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Faculdade Alagoana de Administração (FAA), Faculdade de Formação de Professores de Penedo (FFPP) e o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (IFAL).

O aperfeiçoamento da mão de obra é realizado por instituições de ensino profissionalizante – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (SEBRAE/AL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC).

Apesar da infraestrutura existente, o ensino básico alagoano ainda necessita melhorias: a taxa de analfabetismo no Estado, entre os maiores de 15 anos, reduziu-se de 25,7%, em 2008, para 21,6%, em 2013, mas ainda é a maior do Nordeste, superando o índice regional (16,9%) e o nacional (8,5%) (IPEA, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estadual, cujo cálculo inclui indicadores de saúde, educação e renda, foi de 0,370 em 1991, elevando-se para 0,682 em 2010, acima do índice nordestino

no mesmo ano (0,660) e abaixo do índice nacional (0,726) (melhor quanto mais próximo de 1). Essa evolução é um indicativo de que o quadro social no Estado melhorou em duas décadas, alinhando-se com a redução da desigualdade de renda ocorrida entre 1990 e 2013, que é medida pelo índice de Gini (melhor quanto mais próximo de 0), que caiu de 0,574 para 0,525, respectivamente, sendo menor, em 2013, que os índices regional (0,537) e nacional (0,527). Tal melhoria pode ser atribuída, em parte, aos programas governamentais de transferência de renda, incremento do salário mínimo e de formação profissional para o mercado de trabalho (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Alagoas, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Alagoas	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,370	0,405	0,501
IDH (2010)	0,682	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,574	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,525	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipeadata. Ipea (2014).

Em síntese, em Alagoas, os indicadores sociais obtiveram importantes melhorias nos últimos anos, embora ainda inferiores à média brasileira. É importante salientar também que, mesmo abaixo da média nacional, as diferenças existentes em relação aos estados mais desenvolvidos tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais do Estado, é importante reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. Um primeiro aspecto diz respeito à demografia do Estado, a exemplo, do que ocorre na Região e no Brasil, o crescimento populacional tem sido menor na faixa de 0 a 14 anos, ao passo que tem ocorrido aumento expressivo nas faixas superiores a 65 anos de idade, o que significa dizer que a população envelheceu de forma mais rápida de 1970 a 2010.

Um aspecto relevante diz respeito às transformações demográficas no Estado. Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,3 milhões, superando o número daqueles com ida-

de inferior a 15 anos (610,4 mil) e superior a 64 anos (186,6 mil), somando 797,0 mil, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA) (IBGE, 2010).

Quando a PIA é superior a PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto, o chamado “bônus demográfico”. Alagoas tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará em redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

A redução no crescimento populacional de Alagoas é resultante da diminuição das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que caem seguindo a mesma tendência regional e nacional, e também considerando o processo de urbanização da população; pela maior presença feminina no mercado de trabalho, pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Alagoas, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Alagoas	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	3,8	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	2,0	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	30,5	26,8	23,4
Natalidade (2011)	18,5	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	10,2	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	6,2	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

(1) número médio anual de filhos por mulher;

(2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;

(3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Tendo em vista o exposto, conclui-se que o panorama social de Alagoas evoluiu no período estudado. Entretanto, a maioria dos indicadores analisados ainda está inferior às médias registradas no Nordeste e no Brasil. Considerando esse déficit social ainda existente e as rápidas mudanças na demografia alagoana, o fortalecimento das políticas públicas será fundamental para que o Estado se desenvolva socialmente.

Referências

ARAPIRACA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/acidade.php>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

DATASUS. Indicadores e dados básicos de saúde em 2012. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matrix.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2013:** síntese de indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS.
Ipeadata, temas, renda. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota

Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, Estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de multiplicar riqueza.

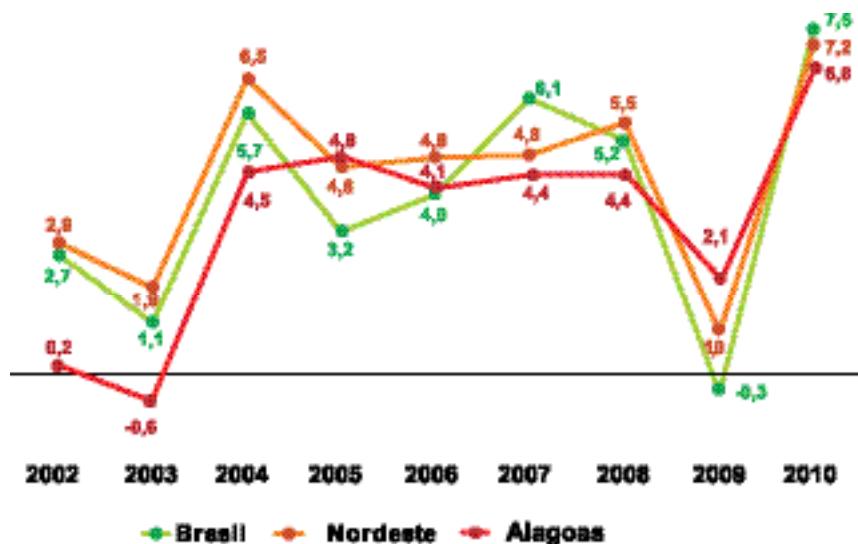
O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou Unidades da Federação analisadas.

O período escolhido para análise foi marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que afetaram notadamente o Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza. Retrata também o início da crise econômica e financeira internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise comprehende dois subperíodos distintos em termos de desempenho da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracterizou por uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), registrou taxa média de crescimento de 2,1%, compreendendo os anos em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da crise financeira internacional.

Especificamente em relação a Alagoas, observa-se que o PIB do Estado seguiu uma trajetória de expansão no período estudado tendo inclusive apresentado comportamento semelhante ao observado para o PIB do Brasil e do Nordeste. Porém, as taxas de crescimento da economia alagoana mantiveram-se em quase todo o período abaixo da média nacional e regional (Gráfico 1). As exceções ocorreram em 2005 e 2009, quando o produto alagoano obteve aumento superior em comparação com aqueles registrados no Brasil e Nordeste.

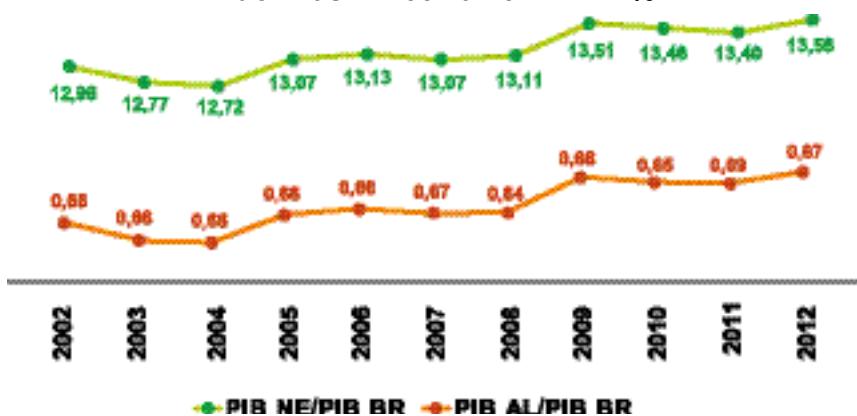
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

A performance da economia alagoana nesse período se refletiu na manutenção da taxa de participação da economia estadual em relação ao PIB do Brasil. Assim, o produto interno de Alagoas manteve-se praticamente inalterado em comparação com o PIB brasileiro ao longo do período estudado, ou seja, 0,7% do total nacional (Gráfico 2).

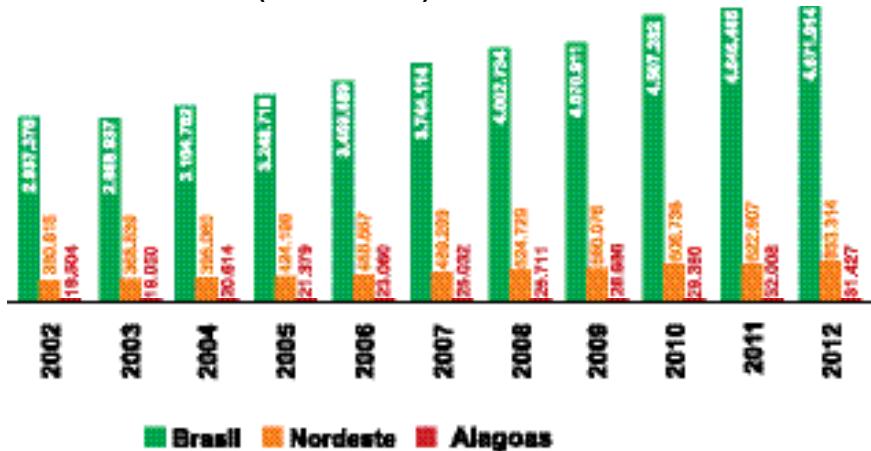
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB de Alagoas em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A soma de toda a riqueza produzida em Alagoas atingiu o montante de R\$ 31,4 bilhões, em 2012, o que significou um aumento de 61,1% em relação ao valor registrado no início da série, R\$ 19,5 bilhões. Referido desempenho superou o resultado obtido no Brasil embora tenha sido inferior à performance do Nordeste, cujas economias obtiveram incremento real de 59,1% e 66,3%, respectivamente, no período analisado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002-2012 - (R\$ milhões)



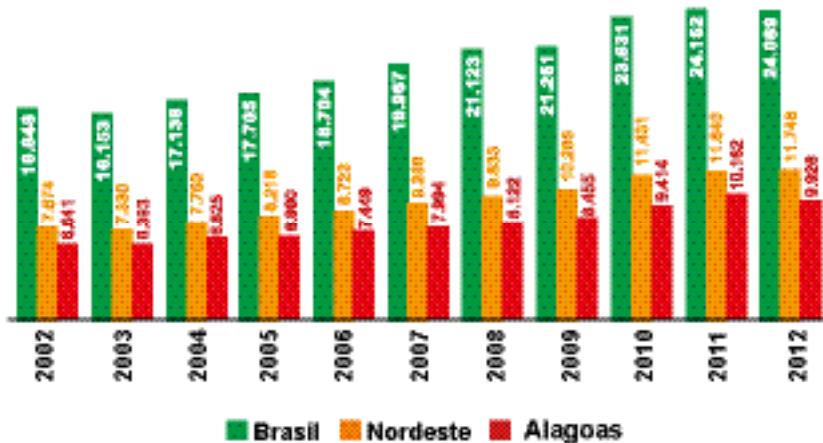
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

Contudo, é importante registrar que o PIB de Alagoas se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A Mesorregião do Leste, que abrange a área metropolitana de Maceió, concentra 77,8% do PIB estadual. Seguem o Agreste com 15,0% e o Sertão com apenas 7,2%, (Mapa 1).

A evolução do PIB *per capita* de Alagoas também registrou expansão no período analisado, tendo saltado de R\$ 6.641 em 2002 para R\$ 9.928 em 2012, o que implicou em um crescimento de 49,5% em termos reais. A título de comparação, o PIB *per capita* do Brasil e do Nordeste apresentaram crescimento de 44,7% e 53,1%, respectivamente, nos anos estudados.

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002 a 2012 - Em R\$ - (valores constantes)

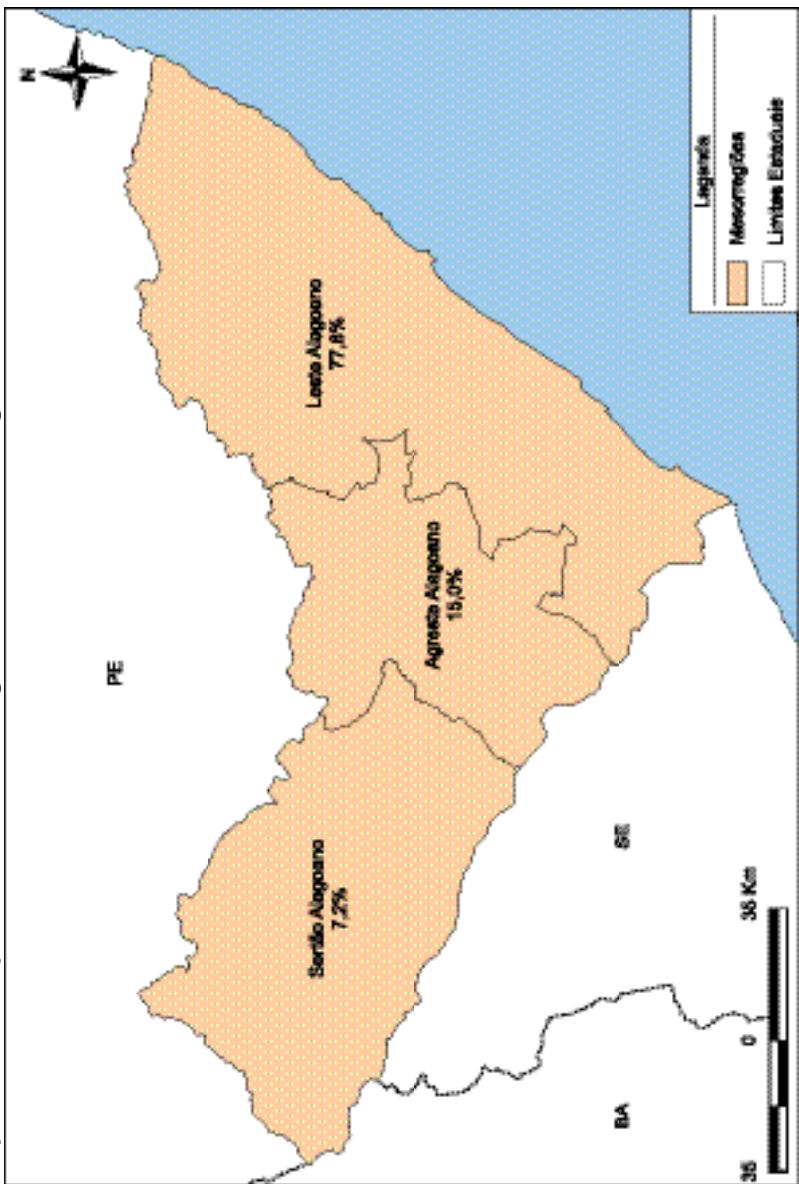


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado estão concentradas em serviços. Referido setor vem inclusive ganhando participação desde 2002, quando respondia por 62,2% do VAB, e passou para 72,1%, em 2012. Por outro lado, a indústria alagoana, segunda atividade que mais contribuiu para o VAB, reduziu sua participação, passando de 25,8%, em 2002, para 22,2%, em 2012. Destaca-se, também,

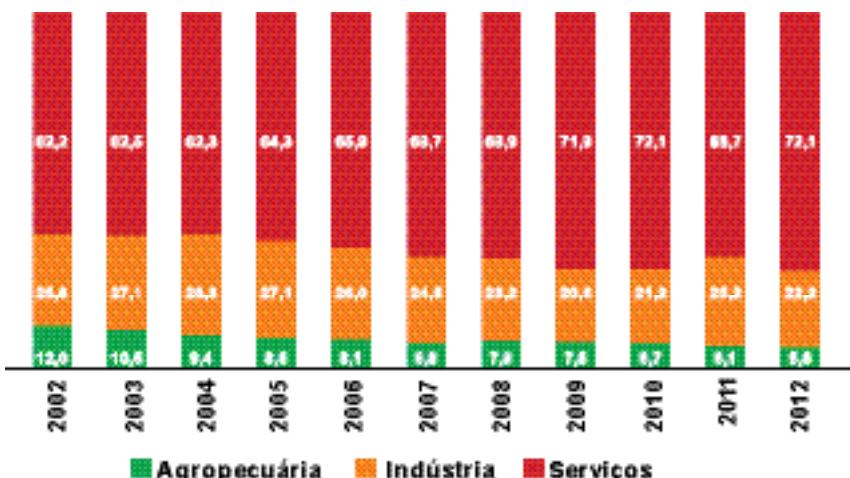
Mapa 1 – Participação das mesoregiões no PIB de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

a perda de 6,4 pontos percentuais na participação da agropecuária nesse período, uma vez que sua contribuição reduziu-se de 12,0% do VAB estadual em 2002 para 5,6% em 2012.

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Para uma descrição da evolução da desigualdade espacial, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* de Alagoas e do Brasil, um dos indicadores utilizados na literatura de desenvolvimento regional. Construiu-se também a medida para o Nordeste, a fim de posicionar a desigualdade do Estado no âmbito da Região. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença entre o PIB *per capita* do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

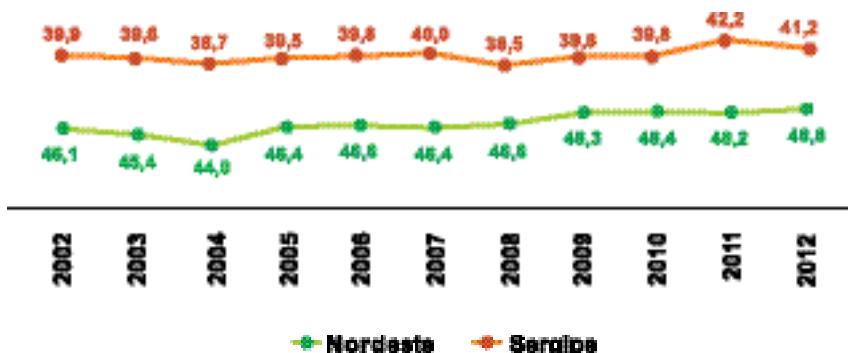
A evolução da desigualdade do PIB *per capita* de Alagoas e do Nordeste entre 2002 e 2008 pode ser visualizada no Gráfico 6. A relação PIB *per capita* do Nordeste em relação ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 percentuais, implicando em uma redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País.

Por sua vez, a relação PIB *per capita* de Alagoas em relação ao PIB *per capita* do Brasil passou de 39,9% em 2002, para 41,2%,

em 2012, o que significou aumento de 1,3 pontos percentuais nessa medida, sinalizando redução da desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 6).

Contudo, a relação PIB *per capita* de Alagoas em comparação com o PIB *per capita* do Nordeste passou de 86,5% em 2002 para 84,5% em 2012. Esse resultado indica que Alagoas manteve um PIB *per capita* inferior em comparação com a média do Nordeste, tendo ocorrido, inclusive, um incremento de 2,0 pontos percentuais na desigualdade estadual em relação à Região nesse período, quando se considera o PIB *per capita*. A reversão da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Estado paraibano possa ser beneficiado.

Gráfico 6 – PIB *per capita* do Nordeste e de Alagoas em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE co dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Contas regionais do Brasil 2004-2008. Rio de Janeiro, 2010a.
(Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012.
(Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>

home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011**. Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 – Revisão 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm> Acesso em: 11 nov. 2014.

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

A diversidade fitogeográfica confere ao estado de Alagoas amplas possibilidades de produção agrícola. No entanto, a agricultura estadual está fortemente concentrada na cana-de-açúcar que sozinha responde por 86,6% do valor de produção agrícola, tendo aumentado sua participação percentual entre 2002 e 2012 (Tabela 1).

Alagoas é o maior produtor nordestino de cana-de-açúcar, respondendo por mais de 40% da produção regional, sendo que grande percentual dessa matéria-prima é destinada para fabricação de açúcar. Assim, o Estado é também o maior produtor de açúcar do Nordeste, correspondente por mais de 50% do volume desse bem produzido na Região.

A demanda crescente por açúcar no mercado mundial e por etanol no mercado interno, por conta do aumento da frota de veículos *flex*, resultou no crescimento de investimentos no setor produtivo de cana-de-açúcar no Brasil na década de 2000. No entanto, Alagoas praticamente não possui mais áreas disponíveis na Zona da Mata para expansão da lavoura canavieira. Dessa forma, observa-se pouca variação da área colhida entre 2002 e 2012. O aumento da produção de cana-de-açúcar nesse período foi decorrente da melhora nos níveis de produtividade da cultura (Tabela 1).

Vale ressaltar que atualmente o setor sucroalcooleiro nordestino passa por uma grave crise financeira, associada a problemas de mercado e elevação dos custos de produção. Além disso, o setor não está conseguindo se modernizar, o que implica em diferencial de produtividade e eficiência em relação ao Centro-Sul do País. Todos estes problemas foram agravados pela escassez hídrica que atinge o Nordeste desde 2012.

A mandioca, batata-doce, arroz e feijão sofreram queda de produção entre 2002 e 2012, resultado principalmente da redução da área, sendo que para o feijão houve também expressiva queda

na produtividade (Tabela 1). Estas culturas são cultivadas predominantemente por agricultores familiares.

A mandioca é a segunda cultura mais importante do Estado em termos de valor de produção agrícola (Tabela 2). Em Alagoas, historicamente, existe uma relação inversa entre a área plantada com mandioca e fumo, pois os produtores priorizam a cultura que confere maior rentabilidade. Entre 2002 e 2012 houve redução de 22,4% (cerca de 6.000 ha) da área de mandioca e crescimento 41,9% (4.000 ha) da área colhida com fumo (Tabela 1), esse incremento foi devido a melhor remuneração dessa cultura no período.

Alagoas é o maior produtor nordestino de fumo, destacando-se a região do Agreste. No entanto, observa-se que desde o início da década de 1990, o setor produtor de fumo entrou em crise e as atividades agrícolas na região produtora vêm se diversificando.

A batata-doce também é uma atividade exercida predominantemente no Agreste Alagoano. No período analisado sofreu reduções de área, de produtividade e, consequentemente, de produção, o que pode estar relacionado a fatores climáticos adversos. A cultura possui pouca expressividade em termos de valor da produção, sendo, contudo, importante sob o ponto de vista nutricional para a população rural de renda mais baixa.

O arroz é produzido predominantemente no Leste Alagoano (Zona da Mata) no Baixo São Francisco em sistema de sequeiro, várzea e irrigado. A redução em 43,9% na área colhida com a cultura foi compensada pela expressiva melhora na produtividade (Tabela 1), sendo um indicativo da maior eficiência obtida pelos produtores.

Dentre as culturas temporárias analisadas o feijão foi a mais atingida pela estiagem no Estado, dado que é produzido predominantemente no semiárido, nas mesorregiões do sertão e agreste. Entre 2002 e 2012, a produção de feijão no Estado apresentou queda de mais de 90,0%, resultado da drástica redução da área colhida e também da produtividade (Tabela 1). A queda na produção provocou expressiva redução no valor de produção da cultura. Em 2002, a produção de feijão no Estado representava 5,0% do total gerado pela agricultura e, em 2012, chegou a 0,3% (Tabela 2).

A lavoura permanente contribui com apenas 3,4% do valor da produção agrícola do Estado, tendo perdido espaço para as culturas temporárias entre 2002 e 2012 (Tabela 2).

A banana é a principal cultura permanente em Alagoas, tendo elevada importância social e econômica. No entanto, no período analisado reduziu a área colhida, o que resultou em perdas no volume produzido e no valor da produção (Tabela 2), cedendo espaço para culturas mais rentáveis, a exemplo do mamão (Tabelas 1 e 2). Problemas fitossanitários também contribuíram para substituição da bananeira por outras culturas.

A fruticultura em Alagoas se concentra no Leste do Estado que detém 85,6% da área de banana, 95,8% da área com coco, 97,0% da laranja, 78,3% do mamão, 45,1% da manga e 92,6% do maracujá. No agreste, destaca-se apenas o cultivo da manga, 47,5% da área total dessa cultura no Estado.

Dentre as culturas permanentes houve redução da área colhida para banana, coco e, principalmente, do maracujá que diminuiu 87,2% da área cultivada entre 2002 e 2012, o que levou a uma forte queda na produção da fruta. Estas culturas parecem ter sido substituídas por culturas mais rentáveis, tendo ocorrido expansão da área colhida com manga, mamão e laranja (Tabela 1). No entanto, vale salientar que em temos absolutos a redução e o aumento de área colhida é relativamente pequena. A cultura que apresentou valor mais expressivo de redução de área foi o coco, com perda de mais de 7.000 hectares.

A produção de coco em Alagoas é destinada principalmente para a indústria (coco seco). O principal problema enfrentado pelos produtores está relacionado à comercialização. Em 2012, a situação ficou ainda mais crítica com o fim da salvaguarda que limitava as quantidades de coco seco que podiam ser importadas, pois os pequenos produtores passaram a enfrentar a concorrência internacional, o que ocasionou queda de preço do produto. Além disso, a seca dos últimos dois anos causaram quebra de produção no Estado. Uma das alternativas apontadas para minimizar os problemas de mercado é a diversificação da produção.

A citricultura obteve grande expansão no final da década de 1990, sendo o principal fator que contribuiu para a con-

solidação da cultura a melhoria na infraestrutura viária, que possibilitou a venda da fruta *in natura* para o mercado nacional. O fortalecimento do cooperativismo também tem contribuído para a expansão citrícola no Estado, por criar alternativas de comercialização da produção (FERREIRA et al., 2013).

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Alagoas - 2002 e 2012

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quant. produzida (ton)		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Lavoura temporária	637.881	486.488	-23,7						
Cana-de-açúcar	437.979	433.300	-1,1	57.469	63.869	11,1	25.170.606	27.674.454	9,9
Mandioca	26.946	20.910	-22,4	12.881	15.046	16,8	347.095	314.615	-9,4
Fumo	9.698	13.763	41,9	1.074	1.069	-0,5	10.425	14.718	41,2
Batata-doce	2.107	1.552	-26,3	8.537	8.846	3,6	17.989	13.729	-23,7
Arroz	5.179	2.904	-43,9	3.900	6.407	64,3	20.200	18.607	-7,9
Feijão	81.780	8.932	-89,1	498	344	-30,9	40.758	3.076	-92,5
Lavoura permanente	24.455	16.287	-33,4						
Banana	4.669	3.213	-31,2	13.818	13.758	-0,4	64.520	44.205	-31,5
Laranja	3.940	4.392	11,5	9.031	10.511	16,4	35.583	46.165	29,7
Coco-da-bala (mil frutos)	13.546	6.218	-54,1	3.177	4.710	48,3	43.040	29.287	-32,0
Mamão	12	157	1.208,3	10.250	37.471	265,6	123	5.883	4.682,9
Manga	499	747	49,7	12.677	6.954	-45,1	6.326	5.195	-17,9
Maracujá	1.329	170	-87,2	5.689	11.571	103,4	7.561	1.967	-74,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: para a cultura do coco-da-bala a quantidade produzida está expressa em mil frutos e a produtividade em mil frutos por hectare.

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Alagoas - 2002 e 2012

Culturas	Valor da produção (mil R\$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2002	2012
Lavoura temporária	1.845.863	1.828.446	-0,9	94,5	96,6
Cana-de-açúcar	1.537.943	1.627.102	5,8	78,7	86,0
Mandioca	108.084	139.151	28,7	5,5	7,4
Fumo	16.686	22.519	35,0	0,9	1,2
Batata-doce	11.935	14.743	23,5	0,6	0,8
Arroz	12.374	7.737	-37,5	0,6	0,4
Feijão	96.703	6.348	-93,4	5,0	0,3
Outros	62.137	10.846	-82,5	3,2	0,6
Lavoura permanente	107.266	64.455		5,5	3,4
Banana	26.208	22.038	-15,9	1,3	1,2
Laranja	52.145	18.112	-65,3	2,7	1,0
Coco-da- baía	25.370	16.190	-36,2	1,3	0,9
Mamão	40	3.933	9.704,4	0,0	0,2
Manga	1.713	1.406	-17,9	0,1	0,1
Maracujá	1.513	1.470	-2,8	0,1	0,1
Outros	277	1.306	371,5	0,0	0,1

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Apesar de Alagoas possuir amplas possibilidades de explorações agrícolas diversificadas, a exemplo da citricultura e fruticultura irrigada, o valor de produção agrícola do Estado é fortemente concentrado na cana-de-açúcar. As demais culturas exploradas, tanto as lavouras temporárias quanto as permanentes, são importantes sob o ponto de vista socioeconômico para pequenos produtores rurais, porém ainda possuem pouca representatividade em termos de valor da produção.

Referências

- FERREIRA, J. T. P. et al. Citricultura no Estado de Alagoas : um estudo de caso no município de Santana do Mundaú – AL. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, v. 8, n. 1, p. 38 - 46, jan./mar, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer

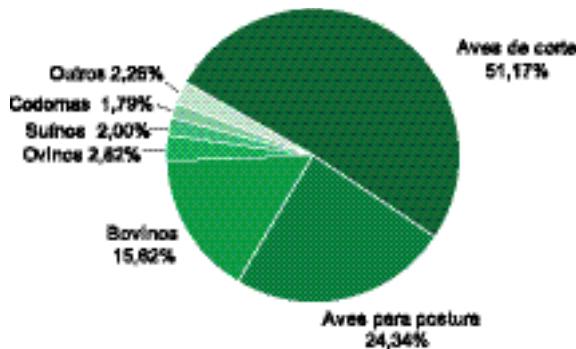
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Luciano J. F. Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos em Alagoas, entre os anos de 2000 e 2012, foi a avicultura de corte, constituindo 51,17% do rebanho efetivo do Estado ou 3.363 mil cabeças, considerando a média desse período (Gráfico 1 e Tabela 1). Seguem a avicultura de postura, com 24,34% do efetivo total ou 1.600 mil cabeças, e os bovinos, com 15,62% do efetivo total ou 1.027 mil cabeças. Em um segundo nível de participação relativa, destacam-se, no mesmo período, os ovinos, suínos e codornas com participação respectiva de 2,82%, 2,00 e 1,79%, e média de rebanho de 185 mil cabeças de ovinos, 131 mil cabeças de suínos e 118 mil codornas, respectivamente. Em último nível de representatividade, existem as demais criações que, somadas, respondem por 2,25% do rebanho total, constituídas pela criação de caprinos, equinos, muares, asininos e bupalinos.

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 e 2012



Fonte: IBGE (2014).

Observa-se na Tabela 2, que os produtos de origem animal têm pequena participação em relação ao total do Nordeste. Em média, não chegam a 8,00% do total regional.

5.1 Avicultura

A criação de codornas foi uma das atividades que mais cresceu (80,65%) no período de 2000 a 2012, no Estado de Alagoas (Tabela 1). A quantidade de ovos de codorna aumentou consideravelmente nesse mesmo período (175,27%), e sua participação em relação ao Nordeste variou de 6,80% para 9,94% da produção regional (Tabela 2).

Os fatores que contribuíram para a expansão da atividade foram o rápido crescimento das codornas, a precocidade na produção e a maturidade sexual (35 a 42 dias), a alta produtividade (média de 300 ovos/ano), o pequeno espaço para a implantação da granja, a grande longevidade em alta produção (14 a 18 meses), o baixo investimento e o rápido retorno financeiro (PINTO, 2002). O Brasil e o Japão são os principais países produtores de ovos de codorna (SANTOS, 2011).

Colaboraram também para esse crescimento, a alta demanda pela carne e ovos de codorna, como apreciáveis fontes alternativas de proteína de origem animal. A carne e os ovos são consumidos em vários países do mundo, principalmente Espanha, Brasil, França, Japão e China (SANTOS, 2011). O consumo de ovos que estava restrito ao mercado atacadista e aos supermercados, passou a ser demandado pelas indústrias beneficiadoras, que passaram a fornecê-los para o mercado consumidor de ovos processados (BARRETO et al., 2007).

A avicultura de corte também obteve o expressivo crescimento, 75,07% no período de 2000 a 2012 (Tabela1). No Brasil, estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA (2015) indicam que, para o período de 2010 a 2015, o crescimento da produção de carne de frango no Brasil (6,52%), tem sido impulsionado pelos aumentos das demandas domésticas (2,79%) e mundial (10,24%), que incrementa as exportações (16,90%). Com o crescimento médio anual do Brasil superior ao da China (0,70 e 0,39 % a.a., respectivamente), estima-se que em 2015 o Brasil

seja o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, cuja liderança histórica é dos Estados Unidos. Com aumentos crescentes de produção e de consumo domésticos, as exportações têm se mantido constantes ao longo dos anos em termos relativos, cerca de 30%. O consumo *per capita* do Brasil é de 9,858 kg, pouco acima da média regional de 9,390 kg. Em Alagoas, o consumo de frango é de 7,658 (IBGE, 2009).

Nos últimos anos, a avicultura de postura, apesar do decréscimo de 11,65% no plantel, aumentou a produção de ovos em 53,95% (Tabelas 1 e 2). Com o aumento dos custos de produção, os produtores reduziram os plantéis e optaram pela melhoria do sistema de produção para equilibrar as contas do sistema. Estima-se que haja o crescimento da demanda (praticamente toda a produção é destinada ao mercado doméstico), como ingrediente de outros alimentos (massas etc.), principalmente pela melhoria da renda da população. Em Alagoas, segundo dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002 e de 2008 (IBGE, 2008, 2009), o consumo de ovos de galinha cresceu 252,18%, ou seja, o consumo *per capita* passou de 0,872 kg para 1,848 kg, enquanto que o Nordeste aumentou em 78,46%.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, foram produzidas 24,96 milhões de dúzias de ovos de galinhas nos estabelecimentos agropecuários. Destas, 91,49% foram geradas em apenas cinco estabelecimentos agropecuários, com área entre 5 e 50 ha, composto de um plantel acima de 2.000 aves/cada. A quantidade de ovos restante, ou seja, 2,12 milhões de dúzias foram produzidas em 50.013 estabelecimentos, média de 42,48 dúzias de ovos/estabelecimento, oriundos de pequenos produtores rurais que venderam apenas o excedente de sua produção.

O primeiro grupo de produtores, com rebanho acima de 2.000 cabeças de galinhas é dependente do mercado de grãos (milho e soja) que representam 80% do custo de produção. Em 2002, houve queda de abastecimento do milho, principal componente da ração e, aliado ao aumento do dólar frente ao real, o custo de produção aumentou e as margens de comercialização diminuíram (LOT et al., 2005). Esta situação se repetiu em secas mais recentes, cujo reabastecimento de milho oriundo dos cerrados retardou por problemas burocráticos e de logística.

5.2 Bovinocultura

Os bovinos estão em terceiro lugar em número de rebanhos. Em 2013, os bovinos de corte representavam 44,69% do rebanho total e os bovinos destinados à produção leiteira eram 55,31% (ANUALPEC, 2014).

5.2.1 Bovinocultura leiteira

A quantidade de vacas ordenhadas e a produção de leite em Alagoas sofreram oscilações no período de 2000 a 2012, apesar disso, a produtividade aumentou gradativamente (Tabela 3). Esses dados mostram que há dinamismo na atividade leiteira, em virtude de programas institucionais, como a assistência técnica e extensão rural (PNATER), educacionais (Pronacampo), compras (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), infraestrutura (máquinas e equipamentos – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2), dentre outros que totalizaram investimentos estimados de 42,20 milhões de reais no território da bacia leiteira de Alagoas, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2015).

Cabe destacar a importância destas ações dos Governos Central, Estadual e Municipal na manutenção dos rebanhos. Observe-se que mesmo com a estiagem prolongada de 2012/2013, a quantidade de vacas ordenhadas praticamente se manteve constante, reduziu em apenas 0,84% (154,89 para 153,59 mil vacas), porém a produção de leite e a produtividade aumentaram em 5,83% (238,25 para 252,14 milhões de litros) e 6,73% (6,15 para 6,57 kg/vaca/dia, média de 250 dias de lactação), respectivamente em relação ao ano de 2011, considerado normal em termos de precipitação (IBGE, 2015).

O Projeto Balde Cheio, cuja metodologia foi desenvolvida pela Embrapa, tem contribuído para o aumento da produtividade de leite das vacas dos agricultores familiares alagoanos atendidos por essa iniciativa. Os produtores recebem assistência técnica específica, capacitação, orientação na produção de forragens, manejo dos animais, higiene na ordenha e gestão da unidade produtiva. Além disso, a Secretaria de Agricultura de Alagoas coordena o Programa Alagoas Mais Leite, que complementa as ações do Projeto Balde Cheio.

Grande parte do leite produzido pelos pequenos produtores é adquirido através do Programa do Leite que, além de garantir renda para pequenos produtores com a compra do leite, promove a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa-renda, diminui o índice de desnutrição e a taxa de mortalidade infantil do País.

5.2.2 Bovinocultura de corte

De acordo com o estudo do Banco do Nordeste/ETENE, o rebanho de corte do Estado é quase todo formado pela raça Nelore de alta qualidade genética, com desfrute situando-se em torno de 25% e os novilhos são abatidos com idade de 30 a 36 meses, peso de carcaça entre 17 a 20 arrobas e o rendimento de carcaça chegando a 53 a 54% do peso vivo (SANTOS et al., 2012).

Ainda de acordo com o estudo, a pecuária de corte tem como pontos fortes: a genética do rebanho; parte do território estadual localizado fora do semiárido, com menor possibilidade de sofrer os impactos negativos da seca; áreas com condições edafoclimáticas favoráveis ao bom desenvolvimento da pecuária de corte, principalmente na Mata Atlântica; demanda insatisfita no mercado interno; programa em parceria com o Ministério Público Estadual para eliminar o abate clandestino e a comercialização irregular da carne; potencial de crescimento da engorda confinada na Zona Canavieira mediante integração cana-de-açúcar e bovinocultura de corte. Os pontos fracos são a predominância de abates clandestinos realizados fora das recomendações técnicas e de sanidade animal; limitação de áreas para expansão das pastagens em virtude do tamanho do estado; estrutura de fiscalização insuficiente para eliminar o abate ilegal, e; a concorrência da carne oriunda de estados que possuem menores custos de produção (SANTOS et al., 2012), bem como pela melhor infraestrutura de abate.

5.3 Caprinos e ovinos

Os ovinos estão em quarto lugar em termos de rebanho mais populoso do Estado e foi a atividade que mais cresceu (110,95%) em quantidade. Esse crescimento deve-se, em parte, ao Programa Alagoas Mais Ovinos, criado em 2009 com a finalidade de fortalecer a produção no sertão alagoano. As raças mais tradicionais no Estado de Alagoas são a Santa Inês e a Dorper.

O Programa do Leite em Alagoas já contempla a produção de leite de cabra e, em 2013, o Programa Balde Cheio passou a ser experimentado na criação de ovinos e caprinos, no Sertão de Alagoas. Apesar dos incentivos de programas institucionais, os caprinos estão em sétimo lugar e representam apenas 0,94% do rebanho estadual (Tabela 1).

Os principais produtos oriundos dos ovinos são a carne e a pele e de caprinos, a carne, o leite e a pele. O BNB/ETENE realizou estudo do mercado desses produtos, no Nordeste, com visitas de campo nos estados de maior expressão na criação de caprinos e ovinos, levando em conta o tamanho do rebanho, o padrão genético dos plantéis e a importância relativa da atividade, sendo Alagoas um dos estados visitados. Segundo o estudo, uma parcela da carne de ovino e caprino se destina ao autoconsumo e a outra é pela venda do excedente. O volume da carne comercializada, formalmente no Nordeste (com inspeção federal ou estadual) não chega a 5% (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

A demanda pela carne de ovinos e caprinos tem crescido, nos últimos anos, mas ainda apresenta um baixo consumo *per capita* no Brasil. Esse fator, associado à irregularidade da demanda são grandes entraves ao desenvolvimento da atividade no Brasil (SOUARES et al., 2014). Com relação à carne de ovinos, apesar da melhor qualidade de mesa em relação à carne importada de raças de clima temperado, a oferta tem sazonalidade e a cadeia de abate apresenta deficiências importantes, fazendo com que o segmento de varejo e de restaurantes tenha que importar. Não obstante, a demanda bem acima da oferta também é observada no segmento de peles e de couro. Levantamento feito por Ximenes et al., (2009) mostrou a elevada demanda insatisfeita no mercado doméstico por produtos de caprinos e ovinos. Para o segmento de couros e peles, o déficit da balança comercial era de 21,16 milhões de dólares, para os produtos cárneos o saldo negativo foi de 16,15 milhões de dólares. No Nordeste, Bahia e o Ceará foram superavitários (7,31 milhões de dólares), enquanto que o Piauí e Pernambuco apresentaram déficits de 1,24 milhão de dólares.

A pele é a matéria prima que admite a mais elevada agregação de valor em toda cadeia produtiva. No entanto, a maior parte das peles produzidas é de qualidade inferior, apresentando defeitos de

diversas origens provocados por manejo deficiente, doenças e danos mecânicos. Segundo as estatísticas disponíveis, apenas 7% podem ser classificadas como de boa qualidade. O leite de cabra e seus derivados, em função de suas características diferenciadas, estão sendo considerados como produtos de grande potencial mercadológico (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

5.4 Apicultura

Segundo estudo do BNB/ETENE (KHAN et al., 2012), dentre os produtos da apicultura, o mel é o principal, no Nordeste, por ser de mais fácil exploração, sendo também o mais conhecido e com maiores possibilidades de comercialização. Além de alimento, devido às conhecidas propriedades terapêuticas, o mel é usado na formulação de produtos farmacêuticos e cosméticos. Os demais produtos apícolas são produzidos em menor escala no Nordeste porque a maioria dos apicultores não possui conhecimento sobre o processo produtivo e sobre o mercado, tendo maior dificuldade de comercialização. Entretanto, existe produção de própolis e de pólen no litoral de Alagoas.

A produção de mel em Alagoas expandiu 859,02% no período de 2000 a 2012, aumentando sua participação para 1,74% da produção regional (Tabela 2). Em 2000 a produção do Estado era de apenas 14,0 toneladas e havia a participação de poucos municípios na produção de mel. Porém, em 2011, a entrada de mais municípios culminou com um aumento de 1.428,7% da produção, embora o Estado de Alagoas tenha se destacado mais na produção de própolis. A apicultura desenvolvida no Nordeste tem caráter eminentemente familiar, pois de cada família que trabalha na apicultura, em média, 2,1 pessoas estão envolvidas com a atividade e a maioria dos apicultores possui menos de 100 colmeias. Por ser uma atividade praticada predominantemente por pequenos produtores, tem se configurado em uma alternativa para diversificação da fonte de renda nas pequenas propriedades rurais. O mercado interno para produtos apícolas é vasto, no entanto, o consumo per capita de mel no Brasil é baixo, em torno de 128 gramas por habitante/ano. As maiores dificuldades relacionadas à comercialização no mercado interno estão associadas à visão de que o mel é um produto terapêutico em detrimento do seu valor como alimento e ao elevado

preço pago pelo consumidor, quando comparado à remuneração do produtor.

Em 2011 a produção de mel em Alagoas chegou ao recorde de 213 toneladas, contudo, no ano de 2012, devido à severa seca que levou à morte os enxames de abelhas, a produção caiu para 134 toneladas em 2012 (Tabela 2). Como nos anos subsequentes não houve condições climáticas favoráveis para a recuperação dos enxames, há perspectivas de que a queda de produção de mel persista.

5.5 Considerações finais

Alagoas possui características edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da avicultura, bovinocultura de corte e de leite, ovinocultura, caprinocultura e apicultura. Todas essas atividades são exercidas principalmente por pequenos produtores e se constituem em importantes alternativas de fontes de renda.

Essas atividades têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de tecnologias e dos incentivos de programas institucionais. Contudo, ainda existem possibilidades para o crescimento de todas essas atividades, considerando a demanda de seus produtos, o potencial edafoclimático do Estado e os apoios institucionais. A organização dos produtores e a melhor gestão da produção, bem como a melhoria da infraestrutura de abate, comercialização e de logística de transporte dos produtos da pecuária podem mitigar consideravelmente os desafios para o desenvolvimento da pecuária alagoana.

Para a avicultura, um aspecto comum a outras atividades é a alimentação. Destaca-se que o suprimento de milho e de soja enfrenta, além dos problemas decorrentes das condições climáticas, problemas com a logística de transporte, pois as principais áreas avícolas regionais localizam-se próximas aos grandes centros urbanos regionais, mas distantes das áreas produtoras de grãos, especialmente dos cerrados. Pondera-se que o clima, pequena variação de temperatura, bastante luminosidade e ventilação adequada, constitui-se em elemento redutor de custos, no que se refere às instalações, se as compararmos com aquelas necessárias para a

prática da atividade em regiões mais frias e de maior variação térmica.

Os diversos programas de fomento à pecuária leiteira têm enfatizado assistência técnica para manejo e aquisição de máquinas, equipamentos e instalações, relegando em segundo plano a raça ou grupo genético utilizado para ordenha ou produção do leite. Ações como a formação de áreas para pastejo rotacional irrigado, implantação de capineiras para corte ou ensilagem e outras técnicas de conservação de forragem, como medidas de aumentar a produtividade dos rebanhos. No entanto, é mais importante produzir leite com genótipo adequado do que modificar o ambiente para produzir leite com genótipos exigentes deveriam ser mais bem observado.

Com relação à pecuária de corte, de acordo com diagnóstico do ETENE, destacam-se alguns pontos fortes e desafios da atividade:

- a) pontos fortes: o rebanho tem boa qualidade genética; reduzido território localizado no Semiárido, o que diminui a importância das secas para minimizar os impactos negativos na produção estadual; áreas com condições edafoclimáticas favoráveis ao bom desenvolvimento da atividade; existência de mercado interno para a carne produzida no estado; contribuição do Ministério Público Estadual para eliminar o abate clandestino e a comercialização irregular da carne bovina proveniente de matadouros clandestinos; potencial de crescimento da engorda confinada na Zona Canavieira mediante integração cana-de-açúcar e bovinocultura de corte;
- b) pontos fracos: predominância de abates clandestinos realizados sem as devidas condições técnicas e de sanidade animal; limitação de áreas para expansão das pastagens; estrutura de fiscalização insuficiente para eliminar o abate ilegal; concorrência da carne oriunda de Estados que possuem menores custos de produção.

Estes desafios do segmento de cárneos também são comuns para a caprinocultura e a ovinocultura. A aquisição destes produtos pelo cliente institucional ou no mercado local, enfim, sugere-

-se, dentre outros aspectos que para os produtores no âmbito do PRONAF:

- a) formação de grupo gestor municipal de representantes do executivo, legislativo, produtores e técnicos;
- b) quantificar e qualificar a demanda no mercado local (creches, escolas, mercado público, comércio, hospitais etc);
- c) quantificar e qualificar a oferta nas propriedades, além de avaliação de sazonalidade;
- d) apresentação da demanda e da oferta de produtos ao comitê gestor;
- e) mobilização dos produtores e a definição de cronograma de visita de técnicos;
- f) organização da produção.

Além disso, melhorar a logística de transporte, a infraestrutura do abate e comercialização, bem como a fiscalização. Pondera-se sobre a sintonia das diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Agricultura em relação à segurança alimentar, mas também no desenvolvimento econômico e social dos sistemas de produção.

A apicultura encontra-se presente, com maior ou menor intensidade, em todos os estados nordestinos. No Maranhão, Sergipe, Paraíba e Alagoas, a atividade de produção de mel é praticada com menor intensidade, embora seja crescente o interesse e a adesão de novos produtores. Alagoas e Sergipe estão alcançando destaque no cenário regional como importantes produtores de própolis. Para alavancar a produção, pesquisa do ETENE sugere: treinamento dos apicultores nas áreas de planejamento do ciclo anual de produção e manejo, manipulação da vegetação nativa e melhoramento genético das abelhas; expansão da rede de capacitação a todos os que atuam ou pretendem atuar no setor apícola; ampliação do apoio creditício, para a adequação das casas de mel da Região às normas do Mapa; estímulo à criação de selos de qualidade; divulgação das exigências do mercado nos meios de comunicação, a exemplo dos programas de televisão voltados para o meio rural; implementação de campanhas publicitárias, para elevar o consumo

interno de mel; estímulo ao consumo de mel em escolas, centros de saúde e estabelecimentos públicos, e à comercialização do mel em forma fracionada; apoio às pesquisas científicas para atestar ou identificar as propriedades peculiares dos méis de diferentes floradas e referentes ao desenvolvimento de embalagens (sachês) biodegradáveis ou comestíveis; criação de um programa para ampliação da produção de pólen, com garantia de compra por parte do Governo Federal (para merenda escolar, por exemplo) e financiamento da produção; capacitação dos apicultores para a produção de pólen que pode ser realizada na ocasião dos eventos do setor, pois há a participação de grande número de apicultores nos congressos e seminários sobre apicultura.

Tabela 1 – Principais rebanhos em Alagoas - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Mil Cabeças		Variação (%)	Média	Proporção média (%)
	2000	2012			
Aves para corte	2.440	4.271	75,07	3.363	51,17
Aves de postura	1.863	1.646	-11,65	1.600	24,34
Bovino	779	1.221	56,82	1.027	15,62
Ovino	99	210	110,95	185	2,82
Suíno	106	150	41,36	131	2,00
Codornas	104	188	80,65	118	1,79
Caprino	49	67	38,49	62	0,94
Equino	46	58	27,64	53	0,81
Muar	23	18	-22,26	21	0,32
Asinino	8	11	44,49	10	0,15
Bubalino	2	1	-45,27	2	0,03

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Evolução dos produtos de origem animal - 2000 a 2012

Tipo de produto	Produção de origem animal		Variação (%)
	2000	2012	
Leite (mil litros)	217.887	245.647	12,74
Ovos de galinha (mil dúzias)	18.399	28.326	53,95
Ovos de codorna (mil dúzias)	562	1.547	175,27
Mel de abelha (quilogramas)	13.941	133.697	859,02
Leite (AL/NE)	10,09	7,02	-30,47
Ovos de galinha (AL/NE)	4,70	5,38	14,44
Ovos de codorna (AL/NE)	6,80	9,94	46,18
Mel de abelha (AL/NE)	0,37	1,74	366,82

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 3 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

Ano	2000	2012	Variação (%)
Região/Estado	Vacas ordenhadas (Cabeças)		
Nordeste	3.413.365	4.493.504	31,64
Alagoas	160.399	152.273	-5,07
Participação AL/NE	4,70	3,39	-27,89
Leite (mil litros)			
Nordeste	2.159.230	3.501.316	62,16
Alagoas	217.887	245.647	12,74
Produtividade (litro/vaca)			
Nordeste	633	779	23,18
Alagoas	1.358	1.613	18,76

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Referências

ANUALPEC 2014: anuário da pecuária brasileira. São Paulo: Informa Economics FNP, 2014. 314 p.

BARRETO, S. L. de T. et al. Determinação da exigência nutricional de cálcio de codornas japonesas na fase inicial do ciclo de produção. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v.36, n.1, p.68-78, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania da bacia leiteira - AL**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/dabacialeiteiraal/one-community?page_num=0>. Acesso em: 9 jan. 2015.

FAOSTAT. **FAO Statistics Division 2015**. Rome. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/browse/FB/*E>. Acesso em: 8 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares**. Rio de Janeiro, 2003. 251p.

_____. _____. Rio de Janeiro, 2009. 282p.

_____. **Produção pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Pesquisa pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246 p. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

LOT, L. R. T. et al. Mercado de ovos: panorama do setor e perspectivas. In: CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto:

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2005.

NOGUEIRA FILHO, A.; FIGUEIREDO JÚNIOR, C. A.; YAMAMOTO, A. **Mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 125 p. (Série Documentos do ETENE, n. 27).

PINTO, R. et. al. Níveis de proteína e energia para codornas japonesas em postura. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 31, n. 4, p. 1761-1770, 2002.

SANTOS, J. A. N. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450 p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

SANTOS, P. A. dos. **Avaliação do farelo de mamona processado na alimentação de codornas japonesas**. 2011. 79f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia)- Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SOARES, A. T.; VIANA, J. A.; LEMOS, P. F. B. de A. Recomendações técnicas para produção de caprinos e ovinos. **Revista Tecnologia & Ciência Agropecuária**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 45-51, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.caprilvirtual.com.br/Artigos/RecomendacoesTecnicasParaProducaoDeCaprinosEOvinos.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Broiler meat summary selected countries**. Disponível em: <<http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

XIMENES, L. J. F. et al. Ciência e tecnologia na produção de caprinos e ovinos: desafios e resultados da atuação do Banco do Nordeste do Brasil. In: XIMENES, L. F. et al. (Orgs.). **As ações do Banco do Nordeste do Brasil em P&D na arte da pecuária de caprinos e ovinos no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009, p. 405-435. (Série BNB Ciência e Tecnologia, n. 3).

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção

A indústria constitui um elemento chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extractivas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto¹ (VAB), divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE publica o VAB por Estado apenas ao nível de seção. Visando a análise mais desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste e, de modo particular, no Estado de Alagoas, exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixa densidade tecnológica. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial em Alagoas, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extractivas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

6.1 Perfil da indústria de Alagoas

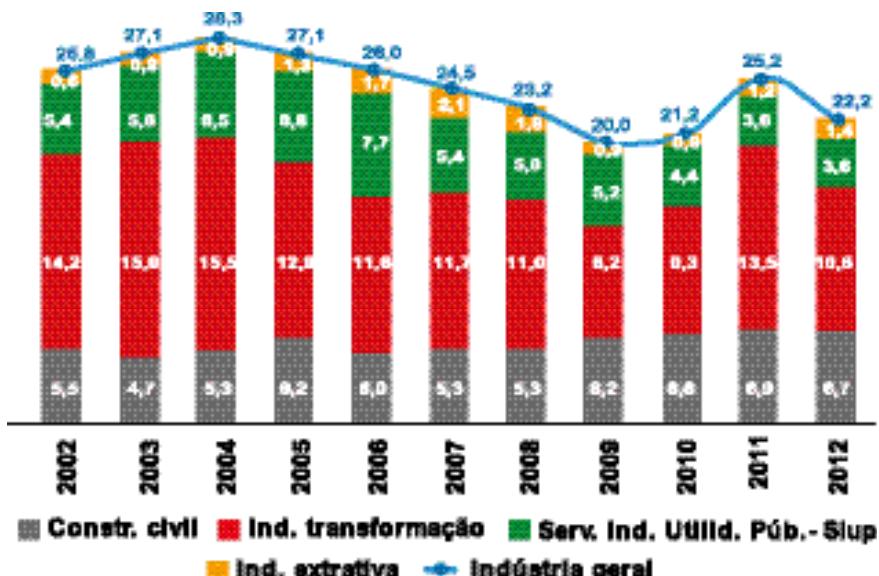
No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas de Alagoas oscilou entre 20,6% (2009) e 28,3% (2004), configurando uma tendência de baixa no período (Gráfico 1). Particularmente no ano de 2012, a indústria alagoana adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R\$ 6,2 bilhões, destacando-se principalmente o segmento das indústrias de transformação, que contribuiu com R\$ 3,0 bilhões, cifra correspondente a 10,6% do VAB total das atividades econômicas.

Além das indústrias de transformação, é relevante na composição industrial de Alagoas a indústria da construção. Embora tenham

¹ Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014).

perdido espaço ultimamente, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) representaram a segunda atividade industrial mais importante durante vários anos. Consoante com o que se observa para a maioria dos estados brasileiros, as indústrias extractivas são pouco representativas na composição estrutural da indústria de Alagoas, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em %

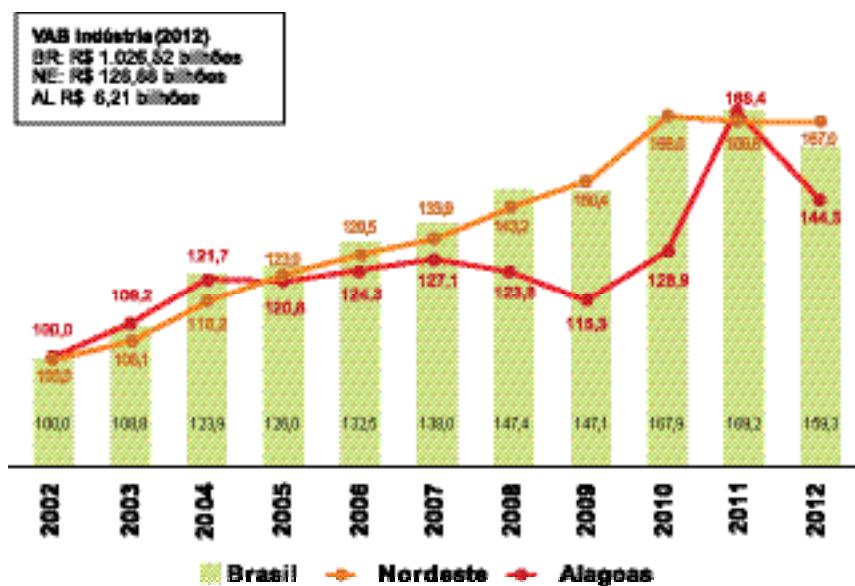


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A indústria de Alagoas obteve crescimento real de 44,3% entre 2002 e 2012, apresentando desempenho aquém do verificado para o Brasil (59,3%) e o Nordeste (67,0%), considerando o Valor Adicionado Bruto (Gráfico 2).

Em relação ao Nordeste, a participação de Alagoas no VAB da indústria da região mostrou-se volátil entre 2002 e 2012, oscilando entre 4,3% e 5,8%. Esse indicador correspondeu a 4,8% em 2012, ano em que o total do VAB da indústria do Estado foi de R\$ 6,2 bilhões, conforme já informado, contra R\$ 128,9 bilhões da Região.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002-2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Concernente ao emprego, a atividade industrial em Alagoas é concentrada em Maceió. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), o Estado dispunha, ao final de 2013, de 3.147 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 131.807 empregos formais no setor industrial, dos quais 57,8% dos estabelecimentos e 36,2% dos vínculos empregatícios encontravam-se em Maceió (Figura 1). Coruripe (8,5%) possui a segunda maior concentração industrial do Estado em número de empregos formais, ficando Arapiraca (10,0%) com a segunda maior quantidade de estabelecimentos industriais. Com relação aos empregos industriais em Coruripe, cabe informar que na atividade de fabricação de açúcar e álcool, a mão de obra destinada às atividades agrícolas, notadamente o plantio e os tratos culturais da cana-de-açúcar, é computada como industrial.

Figura 1 – Perfil da Indústria do Alagoas - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral

		R\$ milhões	100,0%
Valor Adicionado Bruto (VAB)		6.212,28	
Part. Ind. NE		4,8%	-
Total:		3.147	100,0%
Estabelecimentos		Maceió 57,8% Arapiraca 10,0%	
Empregos		Total: 131.807 100,0%	
		Maceió 36,2% Coruripe 8,6%	

Subsetores da Indústria

	Extrativa	Transformação	SUP	Construção civil
VAB (R\$ milhões):	351,85 (6,1%)	2.858,67 (47,6%)	1.006,18 (16,2%)	1.862,80 (30,0%)
Estabelecimentos:	40 (1,3%)	1.545 (49,1%)	120 (3,6%)	1.442 (45,8%)
Empregos:	1.020 (0,8%)	91.462 (69,4%)	5.310 (4,0%)	34.015 (25,8%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da Indústria de Transformação

Em VAB			Em número de empregos				
Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos químicos	Fabricação de produtos de bermiches e de materiais plásticos	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos de bermiches e de materiais plásticos	Fabricação de cimento, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis		
R\$ milhões	1544,8	524,1	160,2	Qdo Postos	75.177	3.050	2.010
% Ind. Transf.	52,2%	17,7%	5,4%	% Ind. Transf.	82,2%	3,3%	(2,0%)

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de IBGE (2014), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

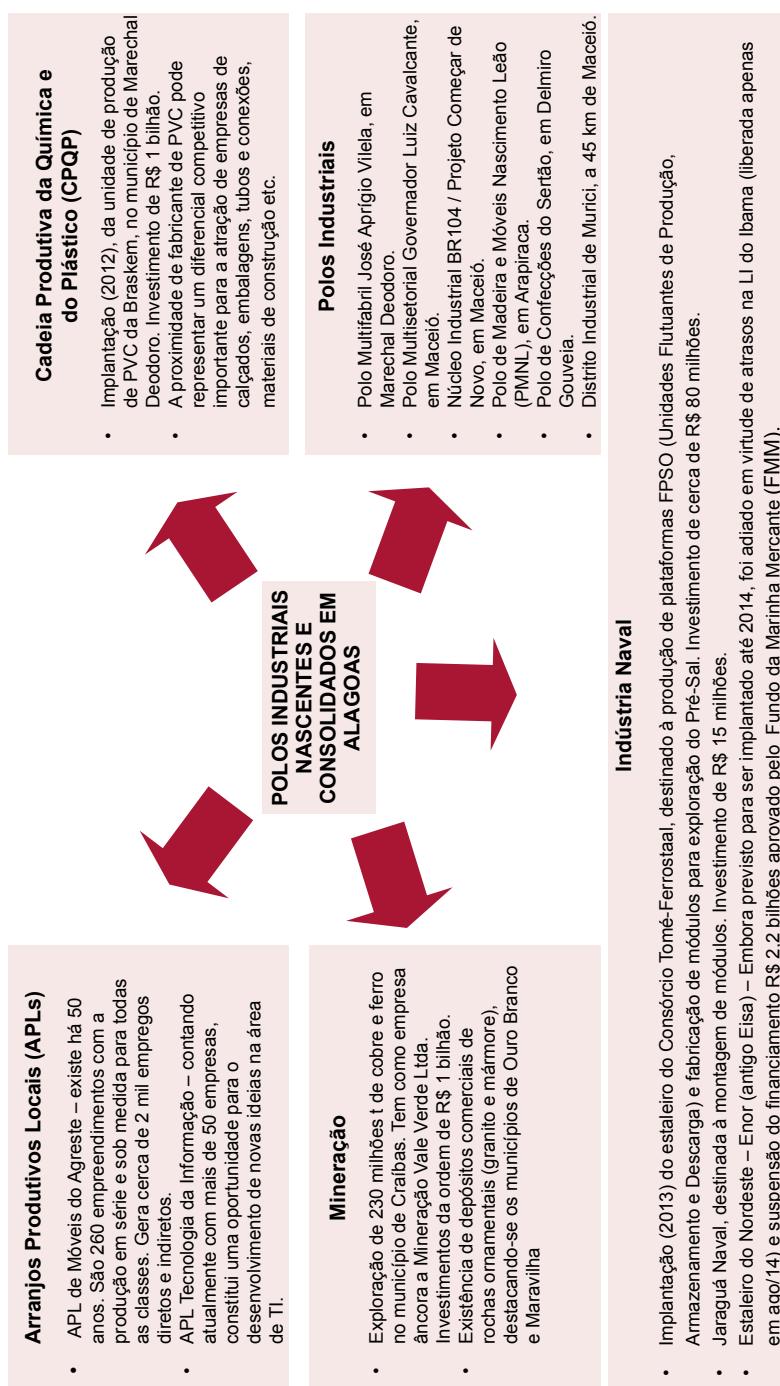
- (1) VAB: dados de 2012 a preços de dez./2013; Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;
- (2) dados percentuais dos subsetores são relativos à indústria geral;
- (3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da indústria de transformação.

Analizando-se a indústria por porte, observa-se que as Micro e Pequenas Empresas, com até 99 empregados, representam 95,8% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais

de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, correspondem a apenas 4,2% do total. Concernente ao número de empregos, os grandes empreendimentos, com 500 ou mais funcionários, absorvem cerca de 60% da mão de obra formal da indústria alagoana, enquanto os microempreendimentos empregam aproximadamente 10% da força de trabalho industrial. Os grandes e médios empreendimentos com mais de 100 empregados concentram cerca de 3/4 da força de trabalho industrial formal do Estado (Tabela 1)

O setor industrial de Alagoas apresenta oportunidades de investimento tanto em segmentos nascentes como naqueles já consolidados. No portfólio de oportunidades do Estado, há espaço para investimentos nos quatro segmentos da indústria: extrativa mineral, de transformação, construção e Siup. A Figura 2 sintetiza alguns segmentos que constituem boas oportunidades de investimentos na indústria do Estado.

Figura 2 – Principais polos industriais existentes e nascentes de Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Alagoas (2015).

Cadeia Produtiva da Química e do Plástico

Alagoas possui uma estruturada cadeia produtiva da química e do plástico (CPQP), possuindo atrativos diferenciados em relação às demais Unidades Federativas do País. A CPQP tem permitido ao Estado atrair investimentos nesse segmento.

A consolidação da CPQP é fruto de uma combinação de fatores, a exemplo da privilegiada localização do Estado, próximo de importantes mercados consumidores. Além disso, Alagoas conta com ampla oferta de gás natural, aproximadamente 10% das reservas do País, totalizando 15 bilhões de m³. Referido combustível tem sido direcionado para usos industriais a preços competitivos.

Outro aspecto fundamental tem sido a elaboração de ações governamentais, a exemplo da parceria entre o Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE), o SEBRAE Alagoas, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), a empresa Braskem, o Sindicato das Indústrias do Plástico e Tintas de Alagoas (SINPLAST), além da Associação das Empresas dos Polos de Maceió e Marechal Deodoro (ASSEDI-MD e ADEDI).

O desenvolvimento da CPQP tem sido impulsionado por medidas governamentais para melhorar as atividades do setor nos Polos Industriais. Localizados na capital, Maceió, e no município de Marechal Deodoro, os polos Multissetorial Governador Luiz Cavalcante e Multifábril José Aprígio Vilela contam com oferta de serviços básicos, a exemplo do abastecimento de água, gás natural e rede de energia elétrica com tarifas diferenciadas. Referidos polos são capazes de fornecer condições necessárias para a instalação de indústrias do setor.

Além disso, Alagoas oferece outros incentivos para a instalação de novos negócios. A empresa que se instala no Estado é beneficiada pela atuação da Central de Utilidades e Serviços da Braskem, além de ter preço subsidiado na aquisição dos terrenos. Assim, o atrativo programa de Incentivos Governamentais, que inclui apoio creditício, fiscal e de infraestruturas, criado pelo Governo de Alagoas, vem atraindo novos investimentos no segmento da CPQP.

Dentre as oportunidades na cadeia produtiva da química e do plástico cabe mencionar fábricas de calçados, tubos e conexões, embalagens, material de construção, forros e janelas, laminados, alimentos hidrogenados, bicarbonato/barrilha, tecidos, papel e celulose, alumínio e metalúrgica.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Alagoas (2015).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/Vínc.	Porte estab.	Setores de atividades			Total	Part. (%)
		Indústrias extractivas	Indústrias de transformação	Siup		
De 1 a 19	28	1.308	90	1.135	2.561	81,5
De 20 a 99	11	180	24	236	451	14,3
De 100 a 499	1	30	2	66	99	3,1
500 ou mais	-	27	4	5	36	1,1
Total	40	1.545	120	1.442	3.147	100,0
Part. (%)	1,3	49,1	3,80	45,8	100,0	-
De 1 a 19	163	6.283	482	5.923	12.851	9,7
De 20 a 99	572	7.413	1.127	10.502	19.614	14,9
De 100 a 499	285	6.172	284	12.344	19.085	14,5
500 ou mais	-	71.594	3.417	5.246	80.257	60,9
Total	1.020	91.462	5.310	34.015	131.807	100,0
Part. (%)	0,8	69,4	4,0	25,8	100,0	-

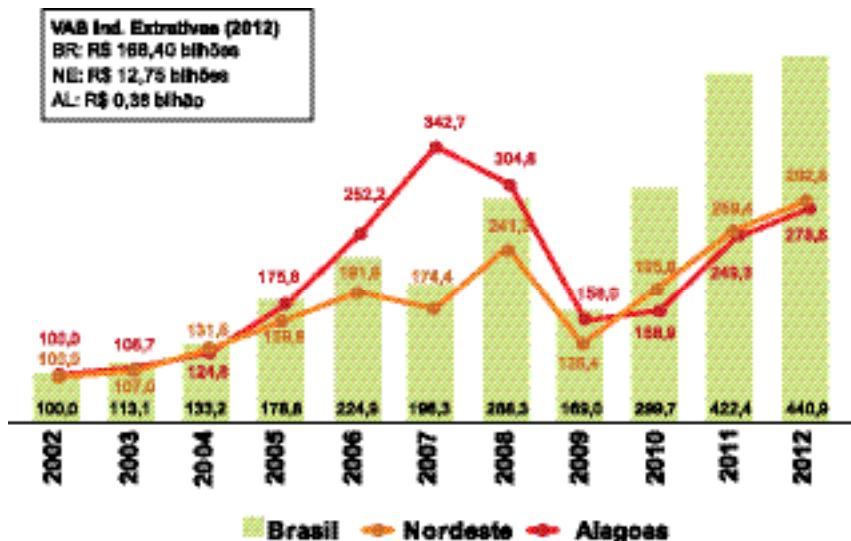
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria de Alagoas, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

6.2 Indústrias extractivas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extractivas de Alagoas cresceram 178,6% entre 2002 e 2012, evoluindo de R\$ 137 milhões para R\$ 382 milhões no período. Embora expressivo, o desempenho da indústria extractiva de Alagoas esteve aquém de suas congêneres regional e nacional, que cresceram, respectivamente, 192,8% e 340,9% no mesmo período. Ressalta-se que o crescimento acumulado da extração mineral do Estado até 2008 superou o do Brasil e o do Nordeste, tendo sido, no entanto, ultrapassado após queda expressiva em 2009 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extractivas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extrativa de Alagoas reunia 40 estabelecimentos e 1.020 empregos formais. Dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais não-metálicos, com 29 dos estabelecimentos e 404 dos empregos formais, e a extração de petróleo e gás natural, com 376 empregos formais (Tabela 2).

Do ponto de vista geográfico, a extração de minerais não-metálicos é mais intensa no município de Rio Largo, gerando 133 empregos formais. Já na atividade de extração de petróleo e gás natural, o município de Pilar (285 empregos) figura como o mais importante na disponibilização de empregos formais nessa atividade.

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2010), o valor da produção mineral comercializada em Alagoas², em 2009, correspondeu a R\$ 126,7 milhões, destacando-se as seguintes atividades: rochas (britadas) e cascalho (R\$ 53,0 milhões), água mineral (R\$ 40,4 milhões) e areia (R\$ 21,1 milhões) – dados em valores correntes. Com base nessas informações, depreende-se que duas das principais atividades minerais de Alagoas estão relacionadas com o suprimento de insumos para a cadeia produtiva da construção civil.

² Não inclui minerais energéticos.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatícios de segmentos da indústria extractiva mineral - Principais municípios - 2013

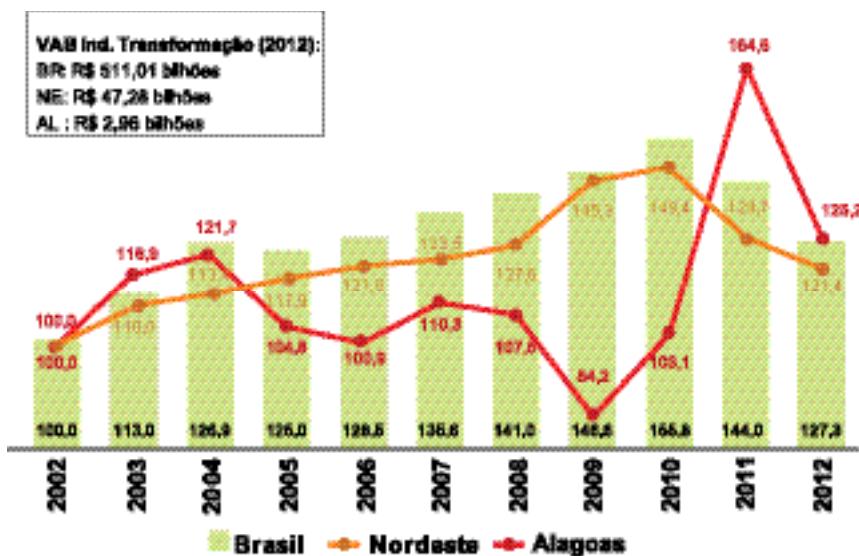
Município	Número de estabelecimentos			Número de vínculos			Part. total vínculos (%)
	Extração de minerais não- metálicos	Extração de petróleo e gás natural	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não- metálicos	Outros segmentos	
Pilar	1	1	2	4	2	285	40
Maceió	9	1	2	12	69	54	10
Rio Largo	3	0	0	3	133	0	0
São Miguel dos Campos	0	1	1	2	0	37	95
Atalaia	0	0	1	1	0	0	61
Belo Monte	1	0	0	1	60	0	0
Arapiraca	3	0	0	3	58	0	0
Igaci	1	0	0	1	44	0	0
Craibas	1	0	1	2	1	0	29
São José da Laje	1	0	0	1	18	0	0
Outros	9	0	1	10	19	0	5
Total	29	3	8	40	404	376	240
Part. Total (%)	72,5	7,5	20,0	100,0	39,6	36,9	23,5
							100,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação de Alagoas obtiveram crescimento real de 25,2% no Valor Adicionado Bruto entre 2002 e 2012, elevando-o de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 3,0 bilhões em 2012 (a preços constantes de dezembro de 2013), alcançando desempenho intermediário entre o do Brasil (27,3%) e o do Nordeste (21,4%) (Gráfico 4). No entanto, no Estado, a indústria de transformação se mostrou bem mais volátil, com grandes variações em alguns anos consecutivos.

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), constata-se que o segmento de fabricação de produtos alimentícios participa com 52,2% do VAB da indústria de transformação de Alagoas, onde se destaca a produção de açúcar. O segmento de fabricação de produtos químicos (17,7%) constitui a segunda atividade mais importante na participação do VAB da indústria de transformação do Estado, tendo a empresa Braskem como a principal produ-

tora. Considerando o critério adotado, essas duas atividades são responsáveis, em conjunto, por cerca de 70% do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação de Alagoas.

No que se refere aos empregos disponibilizados, a indústria de transformação de Alagoas detinha, ao final de 2013, 91.462 empregos formais em 1.545 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo, conforme mostrado na Figura 1. Sob a ótica setorial, as atividades de fabricação de produtos alimentícios (82,2%) e a fabricação de produtos de borracha e de material plástico (3,3%) são as mais expressivas da indústria de transformação em Alagoas, concentrando 85,5% dos postos de trabalho formal do segmento (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, Maceió reúne 16,3% dos vínculos empregatícios da indústria de transformação do Estado, seguido de Coruripe (12,1%) e de Rio Largo (9,3%).

Na atividade de fabricação de produtos alimentícios, sobressai-se, em termos do número de empregos formais, o segmento de fabricação e refino de açúcar, que gera 68.040 empregos. Já na atividade de fabricação de produtos de borracha e de material plástico, merece destaque a fabricação de produtos químicos inorgânicos, fabricação de resinas e elastômeros e fabricação de perfumaria e de produtos de higiene que juntas geram 978 empregos formais, principalmente em Maceió e Arapiraca.

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

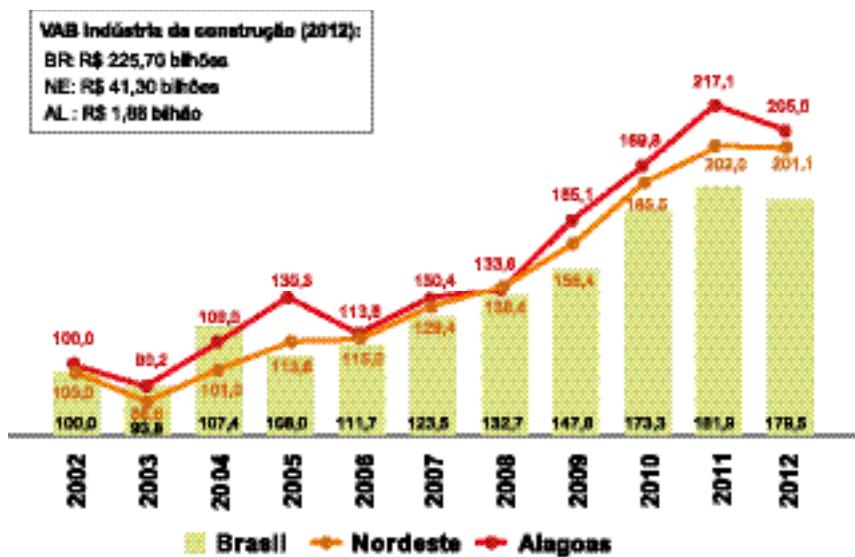
Município	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de borracha e de material plástico	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Fabricação de produtos químicos	Outras atividades	Total empregos	Total (%)
Maceió	7.833	1.294	3	525	866	712	3.649	14.882	16,3
Coruripe	10.951	0	0	0	99	4	32	11.086	12,1
Rio Largo	8.138	0	0	112	15	4	202	8.471	9,3
São Luís do Quitundé	6.364	0	0	25	1	2	41	6.433	7,0
Arapiraca	2.113	1.094	0	407	151	14	721	4.500	4,9
São José da Laje	4.464	0	0	0	1	1	27	4.494	4,9
São Miguel dos Campos	4.022	0	53	15	65	1	95	4.251	4,6
Marechal Deodoro	2.425	576	0	26	0	447	596	4.070	4,4
Boca da Mata	3.621	0	0	8	1	0	62	3.692	4,0
Igreja Nova	2.971	0	0	0	0	0	22	2.993	3,3
Outros municípios	22.275	86	1.963	756	245	39	1.226	26.590	29,1
Total	75.177	3.050	2.019	1.874	1.444	1.225	6.673	91.462	100,0
% Total	82,2	3,3	2,2	2,0	1,6	1,3	7,3	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

Entre 2002 e 2012, o comportamento da indústria da construção em Alagoas foi similar ao verificado no Nordeste e superior ao do Brasil. De fato, nesse período, a indústria da construção alagoana cresceu 105,0%, a nordestina 101,1% e a brasileira 79,5% (Gráfico 5). Em 2012, a indústria da construção adicionou à economia alagoana o montante de R\$ 1,86 bilhão, cifra que representa 6,7% do VAB total das atividades econômicas do Estado.

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Alagoas - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 22.996 empregos formais existentes na indústria da construção de Alagoas ao final de 2013, a construção de edifícios (22.221 empregos) concentrava 96,6%, principalmente na capital.

Em todo o país e em Alagoas, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela

implantação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital alagoana e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional de Alagoas de 14,6%, correspondente a aproximadamente 124 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), pode-se afirmar que há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

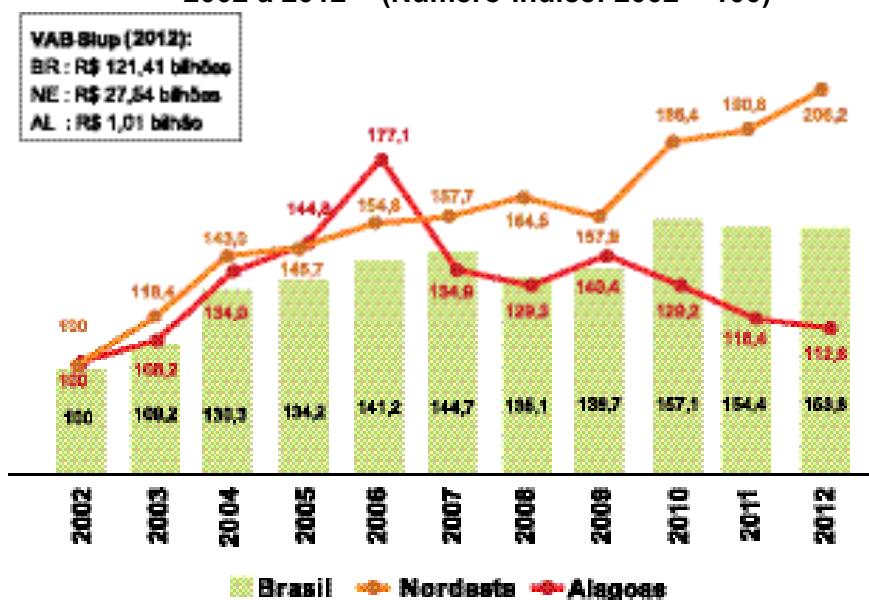
6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

O Valor Adicionado Bruto dos Siup em Alagoas teve crescimento diminuto entre 2002 e 2012, comparativamente ao Brasil e ao Nordeste (Gráfico 6). Cabe destacar que houve forte recuo a partir de 2006 no VAB dos Siup no Estado, diferentemente do que ocorreu no Brasil e no Nordeste. Em 2012, o VAB dos Siup em Alagoas somou 1,0 bilhão, a preços de dezembro de 2013, corrigidos pelo IPCA.

Considerando a carência ainda existente de serviços básicos domiciliares em Alagoas – 80% das moradias não são ligadas à rede de esgotamento sanitário e 30% não dispõem de água da rede com canalização interna em pelo menos um cômodo, – dados de 2013 – é necessário investir nesses serviços em patamar superior ao do país e da região com vistas a diminuir a disparidade existente nessa área. Há espaço, portanto, para a realização de expressivos investimentos em atividades ligadas aos Serviços Industriais de Utilidade Pública em Alagoas.

**Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Alagoas
- 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)**



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

A indústria representa 22,2% do Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas (VAB) de Alagoas, indicador similar ao do Nordeste e inferior ao do Brasil, que correspondem a 23,5% e 26,0%, respectivamente, em dados de 2012.

A participação alagoana no VAB da indústria nordestina é relativamente pequena, representando 4,8% em 2012, ano em que atingiu o montante de R\$ 6,2 bilhões contra R\$ 128,9 bilhões da Região.

Com relação especificamente ao VAB da indústria de transformação, sobressai-se principalmente a fabricação de produtos alimentícios, com destaque para a produção de açúcar. Embora em escala bem menor, a fabricação de produtos químicos é a atividade com a segunda maior representatividade no Estado. Em conjunto,

essas duas atividades participam com cerca de 70% do VAB da indústria de transformação alagoana.

No que se refere ao emprego no segmento de transformação industrial, também são as atividades de fabricação de produtos alimentícios e de fabricação de produtos químicos as mais expressivas em Alagoas. Do ponto de vista geográfico, Maceió e Coruripe constituem os dois principais polos industriais quanto ao número de empregos, embora seja em Arapiraca a segunda maior concentração de estabelecimentos industriais. Isto decorre, sobretudo, das usinas de açúcar serem normalmente de grande porte, detendo contingente expressivo dos empregos industriais do Estado. Resalta-se, porém, que a mão de obra dos canaviais pertencentes às usinas é computada como empregos industriais.

No segmento da indústria da construção, sobressai-se em Alagoas a construção de edifícios na geração de empregos. Considerando o déficit habitacional de mais de 100 mil unidades e a carência de serviços básicos de infraestrutura domiciliar, pode-se afirmar que há espaço para a atividade da construção ampliar sua participação na economia alagoana, contribuindo para aumentar o número de postos de trabalho no Estado.

Referências

ALAGOAS. Secretaria do do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico do Estado. **Oportunidades de investimento**. Maceió, 2015. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 28 nov. 2014a.

_____. Ministério do Trabalho em Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 12 nov. 2014b.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2014.

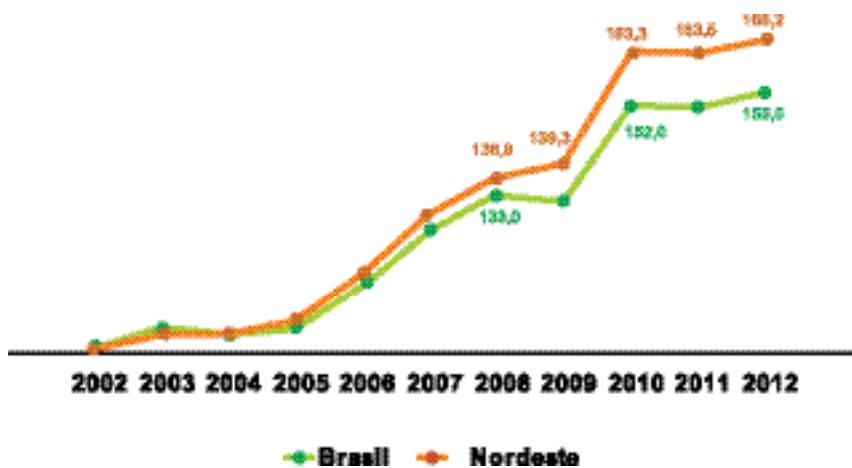
7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno

Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, tendo registrado forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados mais recentes publicados. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste o crescimento alcançou 66,2% no período (Gráfico 1).

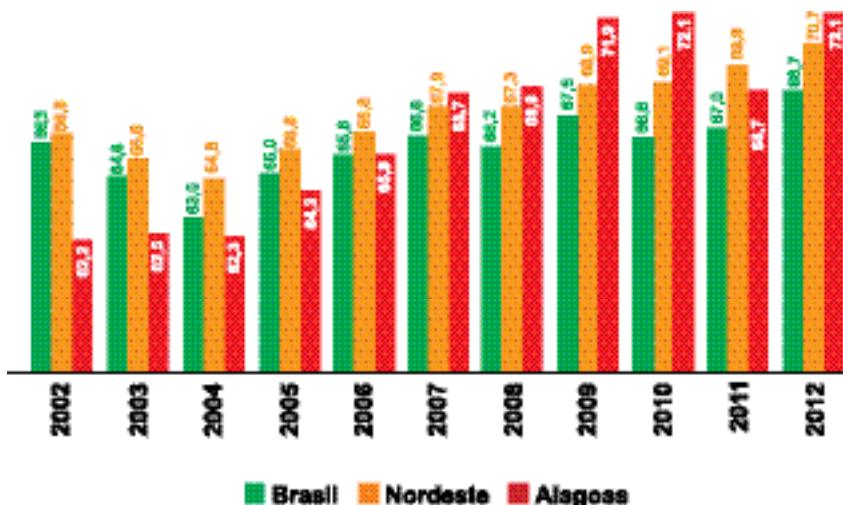
Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente em Alagoas, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 62,2% do VAB da economia do Estado em 2002. Essa relação elevou-se para 72,1% em 2012, participação superior às médias nacional e regional que representavam no mesmo ano, 68,7% e 70,7% respectivamente (Gráfico 2).

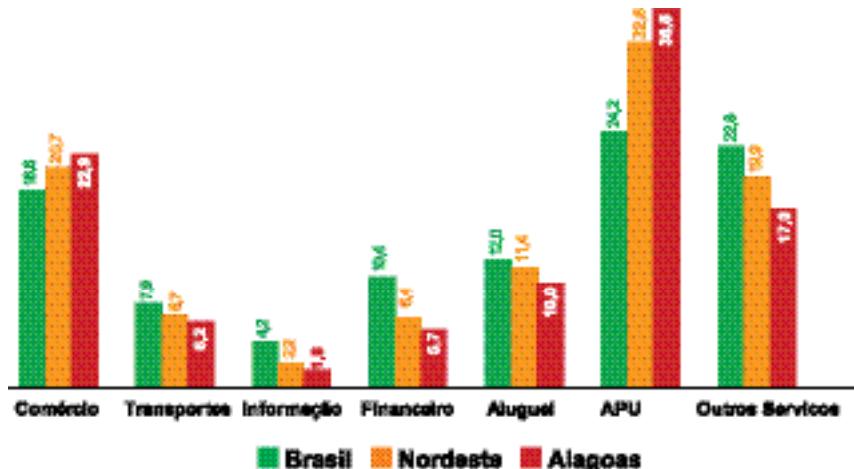
Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e de Alagoas - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Os serviços de Administração Pública (APU) são expressivos em Alagoas, tendo representado 36,5% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste, a participação foi de 32,6% nesse mesmo ano. Para o Brasil essa relação é menor, ou seja, 24,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade em 2012 - Brasil, Nordeste e Alagoas - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Conforme dados do IBGE, Alagoas possui 5,9% da população do Nordeste. O estado, conforme dados mais recentes das Contas Regionais do IBGE, participa com 5,1% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e serviços alagoanos representam 5,2% do VAB desse setor regionalmente. Dessa forma, o setor de comércio e serviços possui participação ligeiramente superior em relação à contribuição econômica do Estado no Nordeste. Contudo, a participação da população alagoana no Nordeste é mais expressiva quando se compara com os indicadores econômicos aqui enfocados.

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

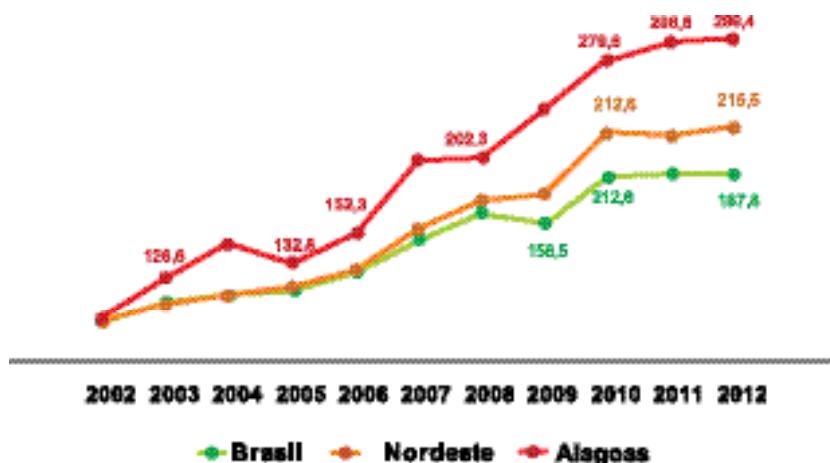
Participação (%) da população de Alagoas no Nordeste	5,87
Participação (%) do VAB comércio e serviços de Alagoas no VAB do Nordeste	5,20
Participação (%) do VAB Alagoas no VAB do Nordeste	5,10

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O VAB do comércio de Alagoas obteve crescimento superior à média nordestina e brasileira de 2002 a 2012. O valor adicionado no Estado cresceu 199,4%, enquanto que no Nordeste e no Brasil o incremento foi de 115,5% e 87,8%, respectivamente, nesse período (Gráfico 4).

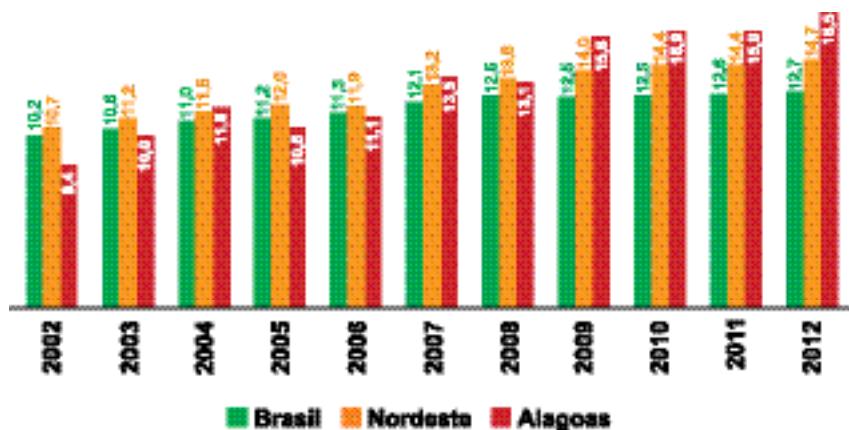
Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. Em Alagoas essa atividade se tornou mais representativa e cresceu de 8,4% em 2002 para 16,5% no mesmo período. No Brasil essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

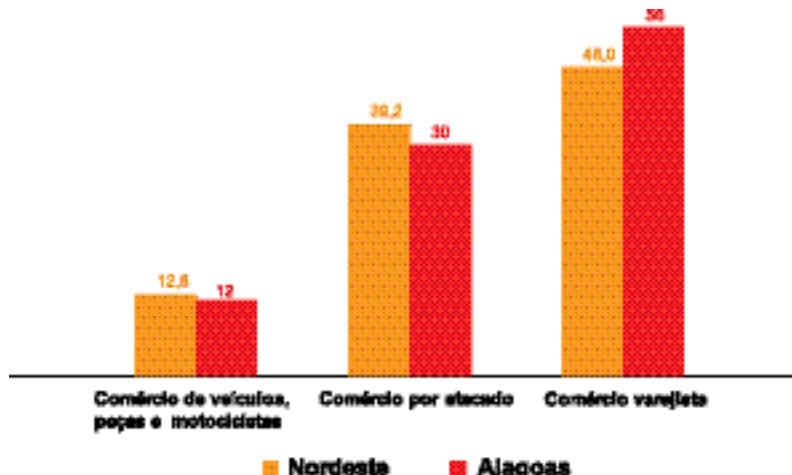
Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Alagoas - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O comércio varejista contribuiu com 48,0% de participação no total da receita bruta setorial do Nordeste em 2012. Em Alagoas, essa representatividade foi de 53,0%, vindo a seguir o comércio atacadista com 35,0% e o comércio de veículos, motos e peças com 12,0% do total da receita bruta do setorial em 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Alagoas por atividade em 2012 - Em %

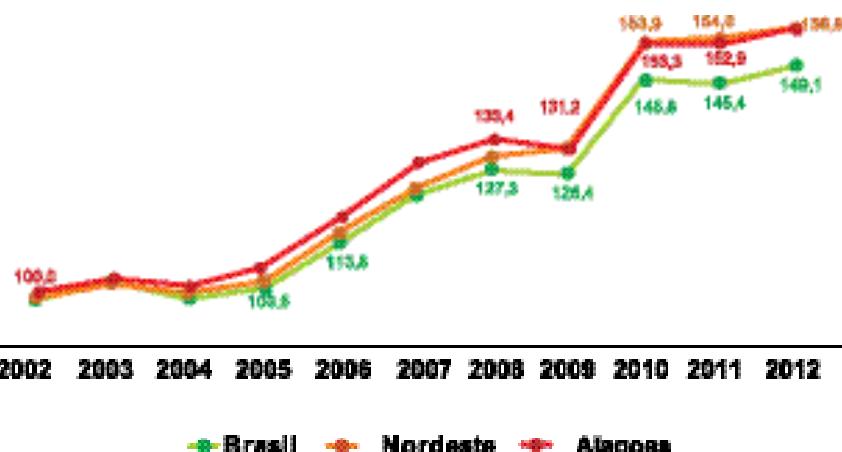


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia de Alagoas, exclusive comércio, obteve crescimento semelhante ao desempenho regional e superior ao nacional no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 56,4% em Alagoas, enquanto que no Nordeste e Brasil, os incrementos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

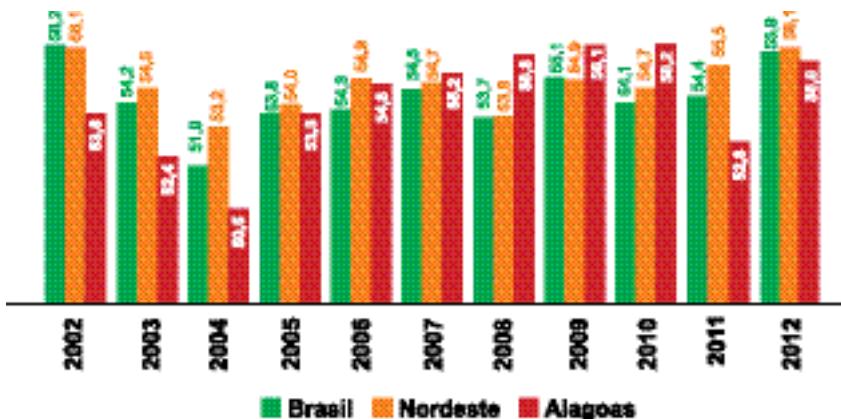
Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB estadual teve elevação de 53,5% em 2002 para 55,6% em 2012, enquanto que no Nordeste, a participação não se alterou no período estudado. No Brasil, a participação teve uma pequena redução de 56,2% para 55,9% ao longo da série analisada (Gráfico 8).

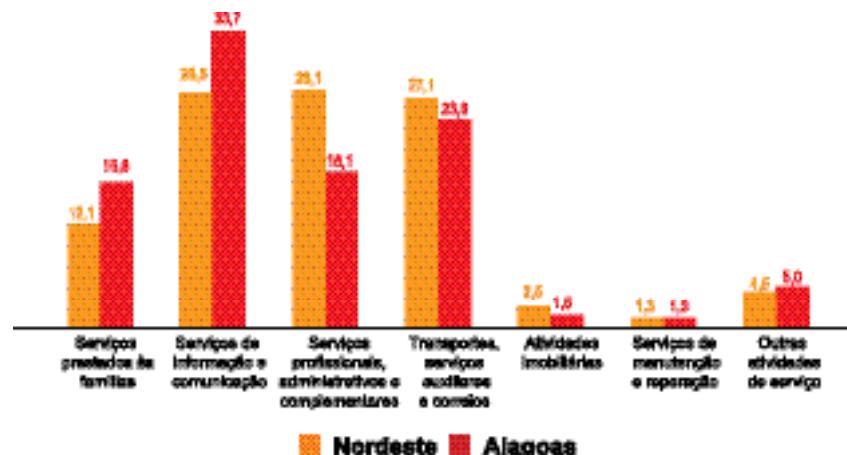
Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Alagoas - Exclusive comércio - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados das Contas Regionais do IBGE (2014).

Em termos de receitas, os serviços de informação e comunicação são expressivos tanto no Nordeste quanto em Alagoas, seguidos pelos serviços profissionais e administrativos além dos serviços de transporte (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Alagoas por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

O setor de comércio e serviços registrou crescimento em Alagoas nos últimos anos, tendo alcançado 72,1% da economia estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas com quase 36,5% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, tanto comércio e serviços cresceram em Alagoas, mais do que as médias regional e nacional de 2002 a 2012. O comércio cresceu 199,4% e o restante dos serviços cresceram 56,8%.

A participação do comércio cresceu de 8,4% para 16,5% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que representou 53,0% das receitas brutas do setor.

As demais atividades de serviços, exceto comércio, perderam participação no Estado, embora ainda registrem números expressivos. O VAB serviços, exceto comércio, representou 55,6% do VAB estadual em 2012.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 11 nov. 2014.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Paulo André Almeida Lopes

Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

OO presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo-Produto apresenta uma visão sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A matriz contém um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está dividido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo estado de Alagoas em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compras e vendas realizadas. Finalizase o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia alagoana.

8.1 Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial de Alagoas, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. Alagoas produz e adquire bens finais que se destinam ao consumo das famílias ou aos investimentos das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de fora do País.

Conforme os dados da matriz de insumo produto do Nordeste e Estados, o total das compras de Alagoas com insumos intermediários totalizou R\$ 11,7 bilhões em 2009. A maior parte das aquisições foi oriunda do próprio estado de Alagoas, ou seja, R\$ 6,4 bilhões ou 55,0% do total das compras realizadas. Isto implica dizer que Alagoas adquiriu R\$ 5,3 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano (Tabela 1).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		Indústria		Serviço		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nordeste		295,72	46,92	3.697,05	66,58	3.617,81	65,77	7.610,58	65,14
	AL	196,18	31,13	3.010,87	54,23	3.217,83	58,50	6.424,88	54,99
	BA	50,22	7,97	225,30	4,06	118,83	2,16	394,35	3,38
	CE	6,44	1,02	35,85	0,65	38,05	0,69	80,33	0,69
	MA	5,40	0,86	23,00	0,41	8,34	0,15	36,73	0,31
	PB	2,81	0,45	41,98	0,76	27,46	0,50	72,25	0,62
	PE	17,26	2,74	288,77	5,20	173,46	3,15	479,48	4,10
	PI	1,92	0,31	4,75	0,09	4,00	0,07	10,67	0,09
	SE	14,29	2,27	59,29	1,07	23,68	0,43	97,26	0,83
	RN	1,21	0,19	7,25	0,13	6,16	0,11	14,62	0,13
Sudeste		205,59	32,62	1.287,45	23,19	1.428,90	25,98	2.921,94	25,01
	ES	5,13	0,81	35,18	0,63	18,03	0,33	58,33	0,50
	MG	45,24	7,18	171,03	3,08	96,15	1,75	312,43	2,67
	RJ	19,67	3,12	165,60	2,98	214,05	3,89	399,31	3,42
	SP	135,55	21,51	915,65	16,49	1.100,67	20,01	2.151,86	18,42
Norte		13,23	2,10	71,57	1,29	83,73	1,52	168,53	1,44
	AC	1,36	0,22	2,41	0,04	2,02	0,04	5,80	0,05
	AP	0,51	0,08	2,45	0,04	1,22	0,02	4,18	0,04
	AM	4,19	0,66	25,60	0,46	62,48	1,14	92,26	0,79
	PA	3,64	0,58	28,56	0,51	9,49	0,17	41,69	0,36
	RO	2,48	0,39	6,66	0,12	5,64	0,10	14,79	0,13
	RR	0,30	0,05	1,33	0,02	0,70	0,01	2,33	0,02
	TO	0,75	0,12	4,56	0,08	2,18	0,04	7,48	0,06
Centro-Oeste		30,7	30,67	4,87	123,69	2,23	88,94	1,62	243,29
	DF	1,91	0,30	18,36	0,33	27,70	0,50	47,96	0,41
	GO	12,08	1,92	45,48	0,82	28,21	0,51	85,77	0,73
	MT	12,47	1,98	46,01	0,83	20,33	0,37	78,81	0,67
	MS	4,21	0,67	13,85	0,25	12,69	0,23	30,75	0,26
Sul		85,05	13,49	372,64	6,71	281,35	5,11	739,04	6,33
	PR	36,28	5,76	108,00	1,95	96,19	1,75	240,47	2,06
	SC	10,95	1,74	80,30	1,45	54,07	0,98	145,31	1,24
	RS	37,82	6,00	184,35	3,32	131,10	2,38	353,27	3,02
Total		630,25	100,00	5.552,41	100,00	5.500,72	100,00	11.683,38	100,00

Fonte: BNB/ETENE.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores para Alagoas com R\$ 2,1 bilhões no ano estudado. Seguem Pernambuco com R\$ 479,5 milhões, Rio de Janeiro com R\$ 399,3 milhões, Bahia com R\$ 394,4 milhões, Rio Grande do Sul com R\$ 353,3 milhões. Portanto, a economia de Alagoas possui vínculos comerciais expressivos com alguns Estados do Sudeste, Nordeste e do Sul.

A indústria é relevante em termos de compras no Estado, correspondendo a R\$ 5,6 bilhões ou 47,5% do total das aquisições alagoanas. O principal fornecedor foi o próprio estado de Alagoas, com R\$ 3,0 bilhões. Portanto, o setor industrial de Alagoas adquiriu um total de R\$ 2,6 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R\$ 915,6 milhões), Pernambuco (R\$ 288,8 milhões), Bahia (R\$ 225,3 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 184,3 milhões) e Minas Gerais (R\$ 171,0 milhões).

O setor de serviços é o segundo mais representativo em termos de compras, isto é, R\$ 5,5 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas no próprio estado de Alagoas (R\$ 3,2 bilhões). Assim, o setor industrial alagoano comprou R\$ 2,3 bilhões de outros Estados, especialmente de São Paulo (R\$ 1,1 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 214,1 milhões), Pernambuco (R\$ 173,5 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 131,1 milhões) e Bahia (R\$ 118,8 milhões).

A agropecuária alagoana adquiriu R\$ 630,3 milhões de insumos intermediários em 2009, dos quais R\$ 196,2 milhões do próprio Estado e R\$ 434,1 milhões das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R\$ 135,5 milhões), Bahia (R\$ 50,2 milhões), Minas Gerais (R\$ 45,2 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 37,8 milhões) e Paraná (R\$ 36,3 milhões).

As quinze principais atividades compradoras de Alagoas em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R\$ 8,4 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 71,8% do total das aquisições do Estado. Desses R\$ 8,4 bilhões adquiridos por essas 15 atividades, R\$ 4,7 bilhões foram comprados no próprio Estado de Alagoas e R\$ 3,8 bilhões foram adquiridas nas demais Unidades Federativas (Tabela 2).

Dessas quinze atividades, nove são do setor de serviços, ou seja, administração pública, serviços de informação, transporte de carga e correios, comércio varejista, saúde pública, intermediação

financeira e seguros, educação pública, transporte de passageiros e comércio atacadista, que foram responsáveis por R\$ 4,4 bilhões de compras.

Já o setor industrial contribuiu com cinco atividades (fabricação de açúcar, construção, fabricação de resina e elastômeros, fabricação de outros produtos químicos e distribuição de energia elétrica), que compraram R\$ 3,7 bilhões. Quanto às atividades do setor agropecuário, a cana-de-açúcar foi destaque, sendo responsável por R\$ 324,9 milhões das compras.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Fabricação de açúcar	1.470,60	12,59	12,59
2	Administração pública e seguridade social	1.211,77	10,37	22,96
3	Construção	1.064,12	9,11	32,07
4	Serviços de informação	671,18	5,74	37,81
5	Transporte de carga e correios	493,33	4,22	42,03
6	Comércio varejista	482,60	4,13	46,16
7	Fabricação de resina e elastômeros	451,77	3,87	50,03
8	Saúde pública	412,63	3,53	53,56
9	Fabricação de outros produtos químicos	398,45	3,41	56,97
10	Distribuição de energia elétrica	346,91	2,97	59,94
11	Intermediação financeira e seguros	334,75	2,87	62,81
12	Cana-de-açúcar	324,92	2,78	65,59
13	Educação pública	314,59	2,69	68,28
14	Transporte de passageiros	263,91	2,26	70,54
15	Comércio atacadista	241,84	2,07	72,61
16	Demais 67 setores	3.200,03	25,10	100,00
	Total	11.683,38	100,00	-

Fonte: BNB/ETENE.

8.2 Vendas de insumos intermediários

A economia alagoana vendeu R\$ 11,9 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi o próprio Estado de Alagoas, R\$ 6,4 bilhões ou 53,9% do total das vendas. Assim, Alagoas comercializou R\$ 5,5 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009 (Tabela 3).

O Estado de São Paulo absorveu R\$ 1,6 bilhão ou 13,7% do total vendido pelos setores produtivos alagoanos. Segue Pernambuco que comprou R\$ 693,4 milhões, Bahia com R\$ 468,2 milhões, Rio de Janeiro com R\$ 436,9 milhões e Minas Gerais com R\$ 331,8 milhões.

Em termos setoriais, a indústria foi o principal fornecedor de insumos intermediários com R\$ 5,4 bilhões, seguido dos serviços com R\$ 4,9 bilhões e da agropecuária com R\$ 1,6 bilhão.

O próprio Estado de Alagoas é o principal destino dos insumos intermediários provenientes do setor industrial, tendo totalizado R\$ 1,8 bilhão, enquanto que R\$ 3,6 bilhões foram comercializados para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 1,1 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 333,4 milhões), Pernambuco (R\$ 329,2 milhões), Bahia (R\$ 328,3 milhões) e Minas Gerais (R\$ 222,3 milhões).

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária Valor	%	Indústria Valor	%	Serviços Valor	%	Total Valor	%
Nordeste	AL	1.051,53	64,45	2.811,64	52,23	4.172,83	85,03	8.035,99	67,40
	BA	674,18	41,32	1.835,77	34,10	3.914,93	79,78	6.424,88	53,89
	CE	54,38	3,33	328,26	6,10	85,55	1,74	468,19	3,93
	MA	5,88	0,36	111,47	2,07	12,71	0,26	130,06	1,09
	PB	0,48	0,03	22,92	0,43	2,53	0,05	25,93	0,22
	PE	7,14	0,44	51,38	0,95	13,88	0,28	72,40	0,61
Sudeste	PI	282,78	17,33	329,18	6,11	81,44	1,66	693,40	5,82
	SE	2,05	0,13	19,93	0,37	3,42	0,07	25,40	0,21
	RN	20,79	1,27	81,46	1,51	54,15	1,10	156,40	1,31
	ES	3,86	0,24	31,27	0,58	4,22	0,09	39,34	0,33
	MG	332,33	20,37	1.717,86	31,91	402,95	8,21	2.453,13	20,58
	RJ	2,35	0,14	49,01	0,91	5,30	0,11	56,66	0,48
Sul	SP	286,38	17,55	1.113,09	20,68	228,35	4,65	1.627,83	13,65

continua...

continuação

Norte	7,11	0,44	229,19	4,26	53,22	1,08	289,52	2,43
AC	0,20	0,01	10,16	0,19	0,97	0,02	11,33	0,10
AP	0,13	0,01	3,52	0,07	0,63	0,01	4,29	0,04
AM	2,63	0,16	140,43	2,61	34,66	0,71	177,72	1,49
PA	2,14	0,13	48,65	0,90	7,81	0,16	58,60	0,49
RO	1,29	0,08	12,60	0,23	2,24	0,05	16,12	0,14
RR	0,07	0,00	6,77	0,13	0,81	0,02	7,65	0,06
TO	0,66	0,04	7,05	0,13	6,09	0,12	13,80	0,12
Centro-Oeste	67,05	4,11	185,43	3,44	146,49	2,99	398,97	3,35
DF	2,83	0,17	80,06	1,49	83,74	1,71	166,64	1,40
GO	15,28	0,94	48,87	0,91	10,16	0,21	74,31	0,62
MT	24,27	1,49	39,61	0,74	40,65	0,83	104,53	0,88
MS	24,66	1,51	16,89	0,31	11,95	0,24	53,51	0,45
Sul	173,47	10,63	439,52	8,16	131,76	2,69	744,75	6,25
PR	96,74	5,93	139,00	2,58	35,56	0,72	271,30	2,28
SC	42,78	2,62	163,09	3,03	30,49	0,62	236,36	1,98
RS	33,95	2,08	137,43	2,55	65,70	1,34	237,09	1,99
Total	1.631,48	100,00	5.383,63	100,00	4.907,25	100,00	11.922,37	100,00

Fonte: BN/ETENE.

Em termos de serviços, o próprio estado de Alagoas absorveu R\$ 3,9 bilhões de insumos intermediários, enquanto que R\$ 992,4 milhões foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 228,4 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 98,6 milhões), Bahia (R\$ 85,6 milhões), Distrito Federal (R\$ 83,7 milhões) e Pernambuco (R\$ 81,4 milhões).

Já a agropecuária vendeu R\$ 1,6 bilhão, dos quais R\$ 674,2 milhões para o próprio estado de Alagoas e R\$ 957,3 milhões para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R\$ 286,4 milhões), Pernambuco (R\$ 282,8 milhões), Paraná (R\$ 96,7 milhões), Bahia (R\$ 54,4 milhões) e Santa Catarina (R\$ 42,8 milhões).

Verifica-se, portanto, que o setor produtivo de Alagoas tem conexões comerciais mais expressivas com estados do Sudeste, Nordeste e Sul em comparação com os estados da região Norte e Centro-Oeste.

Considerando o detalhamento de 82 setores gerado pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, constata-se que apenas 15 segmentos são responsáveis por 81,5% ou R\$ 9,7 bilhões das vendas alagoanas de insumos intermediários. Os demais 67 setores responderam por R\$ 2,2 bilhões do restante das vendas (Tabela 4). As 15 atividades especificadas na Tabela 4 venderam R\$ 5,3 bilhões no próprio Estado de Alagoas e R\$ 4,4 bilhões para as demais Unidades Federativas.

Desses quinze setores, sete são atividades relacionadas com a indústria, seis pertencem aos serviços e somente duas fazem parte da agropecuária. As atividades industriais são produção de energia elétrica, fabricação de outros produtos químicos, fabricação de açúcar, fabricação de resina e elastômeros, construção, petróleo e gás natural, artigos de borracha e plásticos, que em conjunto foram responsáveis por 32,8% ou R\$ 3,9 bilhões das vendas intermediárias de Alagoas.

As principais atividades dos serviços, explicitadas na Tabela 4, por sua vez, responderam por 36,1% ou R\$ 4,3 bilhões das vendas, isto é, comércio atacadista, serviços de informação, transporte de cargas e correios, intermediação financeira e seguros, serviços

prestados às empresas e serviços imobiliários e aluguel. As atividades agropecuárias em destaque são cana-de-açúcar e bovinos, responsáveis por 12,6% ou R\$ 1,5 bilhão do total das vendas.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Cana-de-açúcar	1.236,83	10,37	10,37
2	Comércio atacadista	1.196,35	10,03	20,41
3	Produção de energia elétrica	972,58	8,16	28,57
4	Serviços de informação	840,60	7,05	35,62
5	Fabricação de outros produtos químicos	840,39	7,05	42,67
6	Transporte de carga e correios	730,75	6,13	48,79
7	Intermediação financeira e seguros	712,09	5,97	54,77
8	Serviços prestados às empresas	647,57	5,43	60,20
9	Fabricação de açúcar	631,16	5,29	65,49
10	Fabricação de resina e elastômeros	627,64	5,26	70,76
11	Construção	322,53	2,71	73,46
12	Petróleo e gás natural	276,49	2,32	75,78
13	Artigos de borracha e plásticos	242,50	2,03	77,82
14	Bovinos	239,42	2,01	79,82
15	Serviços imobiliários e aluguel	198,39	1,66	81,49
16	Demais 67 Setores	2.207,07	18,51	100,00
	Total	11.922,37	100,00	-

Fonte: BNB/ETENE.

8.3 Balanço de compras e vendas

As compras interestaduais de Alagoas com insumos intermediários somaram R\$ 5,3 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R\$ 5,5 bilhões, implicando em um saldo comercial com as demais Unidades Federativas de R\$ 0,2 bilhão em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se à movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. Alagoas produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda

final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público de Alagoas adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas.

Portanto, a economia alagoana apresentou resultado positivo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Nordeste (R\$ 425,4 milhões de saldo), Centro-Oeste (R\$ 155,7 milhões), Norte (R\$ 121,0 milhões) e Sul (R\$ 5,7 milhões), tendo déficit em relação ao Sudeste (R\$ 468,8 milhões).

Os serviços venderam R\$ 1,0 bilhão e compraram R\$ 2,3 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um déficit de R\$ 1,3 bilhão. A indústria, por sua vez, apresentou superávit de R\$ 1,0 bilhão, pois vendeu R\$ 3,6 bilhões e comprou R\$ 2,6 bilhões. O setor agropecuário também apresentou superávit, isto é, R\$ 0,5 bilhão, pois vendeu R\$ 0,9 bilhão e adquiriu R\$ 0,4 bilhão.

Assim, os superávits registrados pela indústria e agropecuária compensaram o déficit dos serviços, refletindo no superávit comercial de R\$ 0,2 bilhão em 2009.

8.4 Análise da agregação de valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia alagoana. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se os bens e serviços que foram adquiridos de outros setores e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analizando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor serviços é preponderante na economia alagoana tanto em termos de geração de

ICMS, remunerações, valor da produção, valor adicionado e pessoal ocupado. A indústria detém o segundo posto quanto aos itens citados anteriormente, exclusive em pessoal ocupado, uma vez que a agropecuária ocupa a segunda colocação nesse indicador.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva nos serviços (68,6%), seguido da agropecuária e da indústria. Os serviços têm a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a agropecuária e a indústria. Quanto à relação valor adicionado/pessoal ocupado, a indústria obteve o maior relação (R\$ 22.881,21), acompanhada pelo setor de serviços (R\$ 20.419,28), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R\$ 2.800,64).

Tabela 5 – Valor adicionado e valor da produção por grandes setores - 2009 -(R\$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviço	%	Total
ICMS (milhões)	38,23	5,26	314,24	43,24	374,22	51,50	726,69
Remunerações (R\$ milhões)	702,11	6,62	1.694,03	15,98	8.205,98	77,40	10.602,13
Valor adicionado (VA)	1.419,78	7,53	3.843,59	20,40	13.582,02	72,07	18.845,38
Valor da produção (VP)	2.131,46	6,65	10.127,58	31,60	19.793,79	61,75	32.052,82
Pessoal Ocupado (PO)	506.948	37,83	167.980	12,54	665.157	49,64	1.340.085
Valor adicionado / Valor da porodução (%)	66,61		37,95		68,62		58,79
Remunerações/Valor adicionado (%)	49,45		44,07		60,42		56,26
Valor adicionado/Pessoal ocupado	2.800,64		22.881,21		20.419,28		14.062,83

Fonte: BN/ETENE

Nota: pessoal ocupado em unidades.

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais geram pessoal ocupado e valor adicionado. A agropecuária, o comércio, a construção civil e os serviços empregam significativo contingente de pessoas o mesmo ocorrendo com a geração de valor adicionado.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado (número) e valor adicionado - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Cana-de-açúcar	237.762	Administração pública e seguridade social	3.010,49
Comércios varejista	135.616	Comércios varejista	1.774,04
Outras culturas/ extrativismo vegetal	129.310	Educação pública	1.466,59
Administração pública e seguridade social	91.589	Serviços imobiliários e aluguel	1.420,22
Construção	82.729	Comércio atacadista	1.186,73
Serviços domésticos	82.061	Construção	1.172,17
Educação pública	76.979	Cana-de-açúcar	895,49
Fabricação de açúcar	46.222	Saúde pública	822,38
Bovinos	44.693	Produção de energia elétrica	785,28
Comércio atacadista	42.749	Fabricação de açúcar	733,45
Fruticultura	40.288	Intermediação financeira e seguros	694,81
Outros serviços	38.436	Transporte de carga e correios	437,35
Serviços prestados às empresas	29.927	Serviços prestados às empresas	419,99
Saúde pública	29.056	Serviços de informação	373,14
Aves	25.494	Transporte de passageiros	320,78

Fonte: BNB/ETENE.

Notas: pessoal ocupado em unidades.

Alagoas apresentou saldo de R\$ 0,2 bilhão na relação comercial com as demais Unidades Federativas do País em 2009. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, tendo porém registrado déficit em relação ao Sudeste.

A indústria foi o setor que proporcionou o maior volume de compras, vendas e superávit comercial. Os serviços obtiveram o segundo volume de compras e vendas, porém o segmento registrou déficit comercial. A agropecuária movimentou os menores valores dentre os três setores, tendo contudo registrado saldo comercial.

Os segmentos de fabricação de açúcar, a administração pública e a construção civil realizaram substanciais compras de insumos. Em termos de vendas de insumos intermediários, cabe destacar a cana de açúcar, o comércio atacadista e energia elétrica.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo do surgimento de modernos segmentos empresariais, tais quais a fruticultura, produtos químicos e derivados do petróleo e estaleiros além dos serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica de Alagoas necessita ser fortalecida nos três setores econômicos.

Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria ainda é formada por segmentos tradicionais, embora investimentos tenham sido realizados nos setores químico e de derivados de petróleo em anos recentes. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do Nordeste e Estados**: metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Iara Amaral Lourenço

Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

O Governo alagoano tem empreendido medidas objetivando dinamizar o setor turístico estadual, com o objetivo de gerar emprego e renda para a economia local. Em resposta ao incentivo público, a iniciativa privada tem realizado investimentos direcionados para incrementar a oferta hoteleira no Estado por intermédio da expansão do número de leitos e unidades habitacionais, além de equipamentos de lazer, a exemplo de restaurantes, bares e cafeterias. Observa-se ainda uma expansão na oferta de locadoras de veículos e transportadoras turísticas.

Nesse sentido, a Secretaria de Turismo (SETUR) de Alagoas estabeleceu cinco polos turísticos no Estado objetivando coordenar as ações de planejamento e execução de obras. Os polos, a seguir detalhados, são Maceió, o Litoral Norte, o Litoral Sul, o Rio São Francisco e os Quilombos.

Um dos atrativos turísticos de Alagoas diz respeito a sua natureza, que combina o clima tropical com uma costa que se estende por 230 km. O litoral alagoano possui praias de areias brancas e densos coqueirais, além de grande número de piscinas naturais, com águas quentes, calmas e cristalinas, repletas de corais e cardumes coloridos, que podem ser desfrutados para a prática do mergulho aquático além de outros esportes náuticos.

O principal polo turístico estadual é a capital, Maceió, que possui 40 km de praias, além de contar com museus, teatros, igrejas, bairros históricos, artesanatos, e a gastronomia diversificada que completam as atrações turísticas da cidade. Os revitalizados bairros de Jaraguá e Centro preservam um conjunto arquitetônico, acervos e originalidade da história local (ALAGOAS, 2014).

O potencial cultural de Maceió é representado ainda nas manifestações folclóricas e no artesanato, relacionados com os sistemas de produção da cana de açúcar. Além disso, a cidade conta com infraestrutura hoteleira, diversas opções de restaurantes, o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, o Centro Cultural e de Exposições e o Porto de Jaraguá.

Outros locais de lazer estão representados pela Lagoa Mundaú, o Mirante São Gonçalo, o Mercado do Artesanato, o Museu da Imagem e do Som, a Catedral Metropolitana de Maceió, o Museu de Arte Sacra Pierre Chalita, o Teatro Marechal Deodoro da Fonseca, dentre outros atrativos da capital alagoana.

Outro polo turístico está representado pelo Litoral Norte de Alagoas, conhecido como Costa dos Corais, tendo em vista que possui a segunda maior barreira de corais do mundo, com 130 km de extensão. As piscinas naturais e a biodiversidade da vida marinha são atrações desse local. Os principais municípios integrantes do polo são Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto Calvo, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi.

O litoral sul de Alagoas, por sua vez, é conhecido como região das lagoas e mares do sul, pois conta com coqueirais, praias, lagoas e rios que se encontram com o mar. Além do patrimônio natural, a história e a cultura são marcantes nessa região, a exemplo das tradições populares, a música, o artesanato e a gastronomia local. As principais cidades do polo são Pilar, a primeira capital de Alagoas, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Coruripe e Feliz Deserto.

O quarto polo turístico de Alagoas é representado pelas cidades banhadas pelo Rio São Francisco, que tem 240 km de extensão no Estado. O represamento das águas para a construção das hidrelétricas de Angiquinho e de Xingó originaram um imenso lago onde se pode desfrutar de esporte náuticos além de passeios de barcos, especialmente nas proximidades do cânion de Xingó, que está localizado na divisa com o estado de Sergipe.

O quinto polo, Quilombo dos Palmares, é formado por localidades formadas por populações negras que se organizaram em comunidades e apresentaram resistência à escravidão, denominados

quilombos. A cultura remanescente dos negros, tais como o artesanato, as danças e culinária são alguns dos atrativos do roteiro, que inclui as cidades de União dos Palmares, Arapiraca, Taquarana, Pão de Açúcar, Penedo, Santana do Mundaú, Santa Luzia do Norte, Batalha, Monteirópolis e Delmiro Gouveia (ALAGOAS, 2014).

A oferta hoteleira tem se expandido em Alagoas. Em 2013, o Estado possuía 210 meios de hospedagem, 8.680 unidades habitacionais e 20.955 leitos. O número de restaurantes, bares e cafeterias, cadastrados no Ministério do Turismo tem se expandido. Observa-se ainda um aumento na oferta de locadoras de veículos (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos tem sido utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou o estado de Alagoas. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 5,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 192,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

Especificamente em Alagoas, o fluxo de passageiros desembarcados procedentes de voos nacionais saltou de 255,7 mil, em 2003, para 968,3 mil passageiros em 2013, o que significou um incremento de 278,7% no período (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Alagoas e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Alagoas	254.409	192.263	62.146	255.661	193.779	61.882
Internacional de Maceió / Zumbi dos Palmares	254.409	192.263	62.146	255.662	193.780	61.882
Nordeste	4.931.449	4.316.191	615.258	5.476.364	4.846.208	630.156

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais para Alagoas e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Alagoas	967.137	942.109	25.028	968.311	942.375	25.936
Internacional de Maceió / Zumbi dos Palmares	967.137	942.109	25.028	968.311	942.375	25.936
Nordeste	16.157.907	15.683.767	474.140	16.033.800	15.635.891	397.909

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Em termos de Nordeste, o incremento do desembarque de passageiros procedentes de voos internacionais também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Alagoas e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Alagoas	13.034	-	13.034	11.598	-	11.598
Internacional de Maceió / Zumbi dos Palmares	13.034	-	13.034	11.598	-	11.598
Nordeste	276.049	166.259	109.790	265.971	155.966	110.005

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Maceió passou a ser contemplada com voos internacionais regulares na última década. Contudo, o número de voos não regulares se retraiu no Aeroporto Internacional de Maceió no mesmo período. Em consequência, ocorreu uma diminuição no número de passageiros internacionais desembarcados no Estado, ou seja, de 11,6 mil em 2003 para 4,6 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Alagoas e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Alagoas	3.342	341	3.001	4.647	252	4.395
Internacional de Maceió / Zumbi dos Palmares	3.342	341	3.001	4.647	252	4.395
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Tendo em vista seu rico patrimônio natural e cultural, Alagoas tem se consolidado como importante centro turístico no Nordeste, sendo capaz de atrair expressivo contingente de turistas nacionais. Ações complementares poderão divulgar o tornar o Estado internacionalmente, de forma que possa atrair maior contingente de visitantes estrangeiros.

Referências

- ALAGOAS. Secretaria de Estado de Turismo. Maceió, 2014.
- Roteiros turísticos.** Disponível em: <<http://www.turismo.al.gov.br/conhecendo-alagoas>>. Acesso em: 05 dez.2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo.** Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em:< <http://www.infraeor.gov.br>>. Acesso em: 10. nov. 2014.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Economista. Mestre em Economia

As exportações alagoanas representaram 5,6% do total do Nordeste, em 2013, tendo saltado de US\$ 224,4 milhões em 2000 para US\$ 742,3 milhões em 2013, representando um crescimento de 230,9% nesse período, conforme Brasil (2014).

A análise das exportações por fator agregado revela a alta participação das vendas de produtos semimanufaturados, tendo aumentado de 74,7% em 2000 para 89,6% em 2013. Os produtos básicos que contribuíram com 2,4% das exportações em 2000 passaram a representar 0,7% no último ano da série estudada (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	5.384	2,4	5.524	0,7	2,6
Industrializados	218.932	97,6	735.085	99,0	235,8
Semimanufaturados	167.499	74,7	664.763	89,6	296,9
Manufaturados	51.433	22,9	70.321	9,5	36,7
Op. especiais	36	0,0	1.661	0,2	4513,9
Total	224.352	100,0	742.270	100,0	230,9

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

A pauta exportadora de Alagoas está fortemente concentrada em produtos derivados da cana-de-açúcar, como açúcar e bagaço de cana além de álcool etílico, que somados representaram 98,6% das exportações estaduais em 2013 (Tabela 2).

Tabela 2 – Principais produtos exportados – 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Açúcar de cana, em bruto	167.499	74,66	Outros açúcares de cana	664.756	89,56
1,2-dicloroetano (cloreto de etileno)	40.013	17,83	Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose	42.631	5,74
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose	3.814	1,7	Outros álcool etílico n/ desnatado	24.654	3,32
Hidróxido de sódio em sol. aquosa (lixiv. soda cáustica)	2.522	1,12	Bagaços e outs. resíduos sólidos, da extr. do ol	2.994	0,4
Outros açúcares, xaropes de açúcares, sucedan .do mel,etc.	2.402	1,07	Outros fumos não manufaturados, não destalados	1.193	0,16
Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão, forma primária	2.312	1,03	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/ emb.	889	0,12
Outros fumos não manufaturados, não destalados	1.509	0,67	Fumo n/ manufat. n/ destal. em fls.secas, etc.tipo	882	0,12
Lagostas (palinurus, panulirus e jasus) congeladas	775	0,35	Outras turbinas a vapor, de potência <=40mw	796	0,11
Fumo n/manufat. n/ destal. em fls.secas, etc. tipo capeiro	715	0,32	Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/ae	773	0,1
Outros fumos não manufaturad. total/ parcialm.destalados	698	0,31	Monofilamentos (monofios), etc. de polim. cloret	512	0,07
Demais produtos	2.093	0,93	Demais produtos	2.191	0,30
Total	224.352	100,00	Total	742.270	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As empresas Copertrading Comércio Exportação e Importação, Usina Caeté S.A., Usina Coruripe Açúcar e Álcool e Central Açucareira Santo Antonio foram as principais usinas exportadoras do Estado, responsáveis por quase 85% das vendas externas estaduais. Rússia, Canadá, Lituânia e Romênia foram os principais países de destino das exportações alagoanas em 2013 (Tabela 3).

Vale ressaltar que os Estados Unidos absorviam 22,7% das exportações alagoanas, em 2000 e em 2013 não aparecem mais como importador dos produtos alagoanos, principalmente de álcool etílico não desnatado.

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Rússia, Federação da	103.232	46,01	Rússia	250.861	33,80
Estados Unidos	51.019	22,74	Canadá	64.178	8,65
Japão	35.378	15,77	Lituânia	42.047	5,66
Ira, República Islâmica do	12.588	5,61	Romênia	40.691	5,48
Romênia	3.804	1,70	Argélia	33.128	4,46
República Dominicana	3.626	1,62	Croácia	32.823	4,42
Portugal	3.431	1,53	Espanha	30.703	4,14
Argentina	2.373	1,06	Reino Unido	21.394	2,88
Taiwan (Formosa)	1.656	0,74	Venezuela	21.271	2,87
Emirados Árabes Unidos	1.168	0,52	Tunísia	20.872	2,81
Demais Países	6.077	2,71	Demais Países	184.302	24,83
Total	224.352	100,00	Total	742.270	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As importações alagoanas cresceram no período estudado, tendo passado de US\$ 64,6 milhões em 2000 para US\$ 495,8 milhões em 2013, incremento de 667,7% no período. Sob a ótica das contas nacionais, em 2013, estavam distribuídas em bens intermediários (57,2%) notadamente insumos industriais (48,7%), bens de consumo não duráveis (22,7%) e bens de capital (18,5%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	6.617	10,25	91.517	18,46	1.283,0
Bens intermediários	55.521	85,96	283.409	57,16	410,5
Bens de consumo	2.079	3,22	120.698	24,34	5.705,0
Bens de consumo duráveis	4	0,01	8.086	1,63	202.874,1
Bens de consumo não duráveis	2.075	3,21	112.612	22,71	5.326,4
Combustíveis e lubrificantes	371	0,58	205	0,04	-44,8
Total	64.589	100,00	495.829	100,00	667,7

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Em 2000, os dez principais produtos adquiridos do exterior representavam 80,2% das compras alagoanas. Em 2013, os dez principais produtos respondiam por apenas 30,0%, mostrando a diversificação da pauta de importação alagoana nesse período. Entretanto, outros trigos e misturas de trigo com centeio (5,6%), insumo da indústria alimentícia, continua sendo o principal item de importação (Tabela 5).

As empresas Chembro Química Ltda. (9,8%), Bioflex Agroindustrial S.A. (8,7%), Moinhos de Trigo Indígena S.A. (5,6%), Braskem S.A. (4,7%) e Fertial-Fertilizantes de Alagoas Ltda (4,6%) estão entre as principais empresas importadoras do Estado.

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Trigo (exc.trigo duro ou p/semeadura), e trigo c/ centeio	10.642	16,48	Out. trigos e misturas de trigo c/centeio, exc	27.708	5,59
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	10.566	16,36	Outs.aparelhos e dispositiv . p/ trat. mater. modi	25.518	5,15
Outros cloretos de potássio	8.680	13,44	Filtros-prensas p/ líquidos	13.100	2,64
Sulfato de amônio	6.109	9,46	Sulfato de amônio	12.258	2,47
Diidrogeno-ortofosfato de amônio, incl. mist. hidrogen. etc	5.912	9,15	Poliacrilato de sódio, em blocos irregulares	12.122	2,44
Fibras de poliésteres, não cardadas, não penteadas, etc.	3.852	5,96	Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão	11.989	2,42
Fosfatos de cálcio, naturais, não moídos	1.962	3,04	Bolsas de folhas de plástico	11.353	2,29
Milho em grão, exceto para semeadura	1.736	2,69	Coque de petróleo não calcinado	10.616	2,14
Helicópteros de 2000kg<peso<=3500kg	1.500	2,32	Hidroxido de sódio em sol. aquosa	10.390	2,1
Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo	921	1,43	Bolsas de outras matérias	10.159	2,05
Demais produtos	12.710	19,68	Demais produtos	350.617	70,71
Total	64.589	100,00	Total	495.829	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

China (31,0%), Estados Unidos (14,5%) e Itália (10,7%) foram os países que tiveram maior participação na origem das importações do Estado de Alagoas no ano de 2013 (Tabela 6).

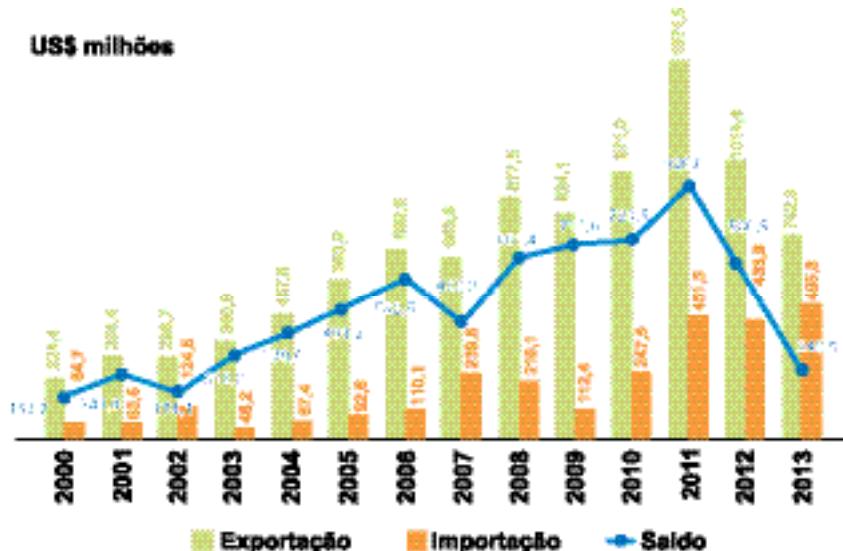
Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Argentina	13.796	21,36	China	153.798	31,02
Estados Unidos	8.602	13,32	Estados Unidos	72.103	14,54
Rússia, Federação da	7.686	11,90	Itália	53.318	10,75
Paraguai	7.463	11,56	Bélgica	23.146	4,67
Belarus	4.117	6,37	Hong Kong	13.647	2,75
Coreia, Repùblica da (sul)	3.852	5,96	Colômbia	12.081	2,44
Marrocos	3.279	5,08	Argentina	11.665	2,35
Canadá	2.342	3,63	Uruguai	10.852	2,19
Israel	1.996	3,09	África do Sul	10.709	2,16
Tadjiquistão	1.255	1,94	Venezuela	10.616	2,14
Demais Países	10.202	15,80	Demais Países	123.895	24,99
Total	64.589	100,00	Total	495.829	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da balança comercial de Alagoas. Tanto as exportações quanto as importações cresceram substancialmente no período em análise, embora as primeiras tenham registrado decréscimo a partir de 2011. O saldo da balança comercial estadual apresentou-se superavitário em todo o período analisado.

Gráfico 1 – Balança Comercial - 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Alagoas é o maior exportador de açúcar em bruto do Nordeste. Porém, nos últimos anos as exportações vêm decaendo. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pela queda da produção de cana-de-açúcar devido à seca prolongada e aumento dos custos, e, em parte, pela perda de participação do açúcar brasileiro no mercado internacional, devido à entrada de novos competidores.

Outra ameaça à indústria alagoana é a crescente importação de etanol anidro, produzido a partir do milho, produzido nos Estados Unidos. Além de possuir diversos subsídios no país de origem, obtém, no Brasil, desoneração de tributos como PIS e Cofins. Desse modo, o produto com preço mais baixo concorre com os produzidos e vendidos no País.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial:** Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//socio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana
Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura em Alagoas, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em três estudos sobre infraestrutura recentemente elaborados: GLEN/UFC (2012), Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO), elaborado pelo BNB e BID (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

Alagoas tem o território cortado por sete rodovias federais, algumas delas com apenas pequenos trechos em seu território, sendo que as principais são a BR-101, BR-104, BR-316 e BR-423. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal, tendo destaque a AL-101, que dá acesso a algumas das praias do litoral alagoano com maior demanda turística. A rede rodoviária de Alagoas possui um total de 15,0 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação em Alagoas

	Planejada	Rede não pavimentada			Rede pavimentada			Total			
		Leito natural	Em obras implantação	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista simples	Em obras duplicação	Pista dupla	Subtotal	
Federal	93,30	49,00	0,00	0,00	28,00	77,00	470,90	247,80	26,30	745,00	915,30
Estadual coincidente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,10	0,00	13,30	21,40	21,40
Estadual	572,00	797,80	0,00	0,00	24,80	822,60	1.654,30	0,00	2,40	1.656,70	3.051,30
Municipal	1.194,10	9.847,40	0,00	0,00	0,00	9.847,40	49,20	0,00	0,00	49,20	11.090,70
Total	1.859,40	10.694,20	0,00	0,00	52,80	10.747,00	2.174,40	247,80	28,70	2.450,90	15.057,30

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2014), que avaliou uma extensão de 757 km das principais rodovias do Estado, englobando apenas as rodovias federais, 50,3% dos trechos pesquisados encontram-se em estado geral bom ou ótimo, 27,7% são regulares e 22,0% em estado ruim ou péssimo, considerando a situação do pavimento, geometria da via e sinalização. Trata-se de uma situação geral boa em relação aos demais Estados do Nordeste, resultado influenciado pelo fato de terem sido incluídas apenas rodovias federais na pesquisa, as quais geralmente possuem melhores condições de tráfego do que as estaduais.

Entre os principais gargalos rodoviários de Alagoas, pode-se destacar a necessidade de pavimentação de trecho de 49 km da BR-316, entre a divisa Pernambuco e Alagoas e o entroncamento com a BR-423, bem como a conclusão da duplicação da BR-101, ambas sendo obras previstas para execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No transporte ferroviário, Alagoas possui atualmente 390 km de malha sob responsabilidade da concessionária Transnordestina Logística (TNL), antiga Companhia Ferroviária do Nordeste, que no sentido Norte-Sul liga a capital Maceió a Recife-PE e à malha da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), no município de Propriá, divisa com o Estado de Sergipe. Entretanto, toda essa malha está em péssimo estado de conservação e não vem sendo utilizada regularmente pela concessionária. Além disso, em virtude de fortes temporais ocorridos em 2010, cerca de 100 km das ferrovias no Estado foram destruídas, o que impede o fluxo de cargas entre Maceió e Recife.

Nesse sentido, a não disponibilidade do uso do modal ferroviário pelas empresas do Estado constitui um importante gargalo e, por isso, é importante que a malha atual seja revitalizada. A propósito, no plano de concessões a ser implementado pelo Governo Federal, provavelmente a partir de 2015, está prevista a concessão (na verdade uma reconcessão, tendo em vista que atualmente existe uma concessionária responsável pelo trecho, mas que decidiu não utilizá-lo) do trecho ferroviário entre Salvador-BA e Recife-PE, passando pelo Estado de Alagoas e englobando parte da malha da FCA e parte da malha da TNL. A partir dessa nova concessão

espera-se que o modal ferroviário volte a ser plenamente utilizado no transporte de carga em Alagoas.

Com relação à infraestrutura de transporte aquaviário, Alagoas possui duas instalações portuárias, o Terminal de Uso Privativo (TUP) da Trikem S.A, utilizado para a movimentação de produtos químicos, bem como o Porto de Maceió. O Porto de Maceió é administrado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte, sendo utilizado principalmente para a movimentação de açúcar, derivados do petróleo, adubo, álcool, clínquer e trigo. Após apresentar um crescimento de quase 20% na movimentação de cargas entre 2009 e 2011, o Porto de Maceió apresentou queda na movimentação nos últimos dois anos (2012 e 2013), chegando a 2.581 toneladas em 2013. Alguns problemas operacionais influenciaram essa menor movimentação, com destaque para a necessidade de dragagem do canal de acesso, prevista no âmbito do PAC, mas ainda não realizada, o que permitirá a operação de navios de maior capacidade no Porto. A intenção da administração do Porto de Maceió é viabilizar recursos para a construção de um terminal de contêineres e de passageiros.

Com relação ao transporte aéreo, Alagoas possui apenas um aeroporto com voos regulares, o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió, administrado pela Infraero. O aeroporto passou por uma recente ampliação, finalizada em 2005, que elevou a capacidade do terminal para 5,3 milhões de passageiros/ano. Em 2013, o Aeroporto de Maceió recebeu 1,94 milhão de passageiros e movimentou 2.304 toneladas de carga, constituindo o quinto maior aeroporto em movimentação de passageiros do Nordeste.

A Tabela 2 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução em Alagoas.

Tabela 2 – Obras de infraestrutura de transportes previstas em Alagoas

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Reforma e ampliação do Aeroporto de Penedo	5	Em projeto	0%
Construção do Aeroporto de Maragogi	NI	Em projeto	0%
Construção do Aeroporto de Arapiraca	NI	Em Projeto	0%
Modernização do sistema de trens urbanos de Maceió	179	Iniciada	51%
Construção de viaduto no entroncamento BR-104/316/AL	NI	Em projeto	0%
Dragagem no Porto de Maceió	NI	Em Projeto	0%
Duplicação da BR-101 entre divisa PE/AL e divisa AL/SE (249 km)	1.530	Iniciada	56%
Duplicação e melhorias na BR-316 (6 km)	142	Em licitação	0%
Construção da estrada do Parque (22,9 km)	49	Em licitação	0%
Construção e pavimentação Rodovia AL-225/230 (24,6 km)	26	Em Projeto	0%
Construção e pavimentação AL-145 (28,2 km)	28	Iniciada	10%
Restauração AL-230/225 - Ribeirinha (25 km)	26	Iniciada	17%
Restauração e duplicação AL-110 (27 km)	21	Em licitação	0%
Restauração AL-115 (38,4 km)	23	Iniciada	10%
Restauração AL-210 (34 km)	18	Iniciada	10%
Restauração AL-101 Sul (58,8 km)	41	Iniciada	70%
AL-105 (Alça da Flamenguinha)	31	Iniciada	80%
Total	2.119		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.2 Infraestrutura de energia elétrica

Alagoas atualmente tem a segunda maior capacidade de geração de energia do Nordeste, totalizando 4.028 MW, o que corresponde a 18,2% da capacidade de geração regional e 3,18% do total do Brasil (Tabela 3). Diferentemente de outros Estados do Nordeste, tais como o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Bahia, Alagoas não tem atraído investimentos expressivos para geração de energia elétrica através de fontes alternativas, tais como a energia eólica. Sua capacidade de geração é fortemente concentrada na Usina Hidrelétrica de Xingó (juntamente com Sergipe), Usina Hidrelétrica Apolônio Sales (juntamente com a Bahia) e em usinas termelétricas, sendo que algumas destas utilizam o bagaço da cana como combustível. A concessionária distribuidora de energia elétrica do estado é a Eletrobrás Distribuição Alagoas, uma empresa pertencente ao Grupo Eletrobrás.

A partir dos dados da Tabela 3, observa-se que Alagoas é um Estado autossuficiente na questão energética, tendo em vista que seu consumo de energia é menor do que o total gerado, atuando como exportador de energia elétrica para as demais Unidades Federativas e regiões do País através do Sistema Interligado Nacional (SIN).

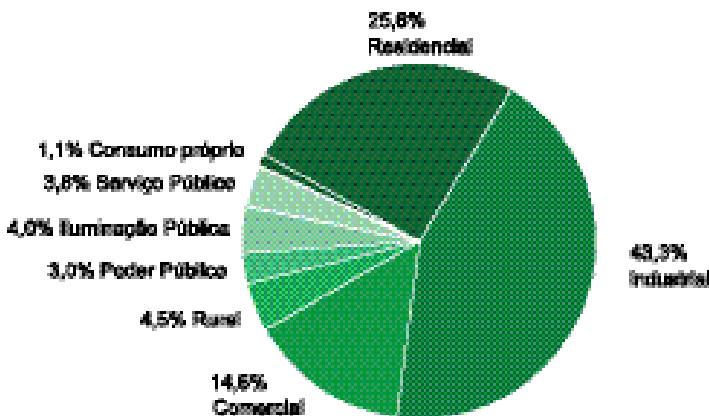
Tabela 3 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica em Alagoas - 2006 a 2013

Serviços	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil (2013)
Capacidade Instalada (MW)	3.897	3.914	3.902	4.012	3.966	3.981	3.976	4.028	3,18
Energia gerada (GWh)	20.294	21.712	15.505	18.803	17.065	18.747	19.325	13.029	2,29
Energia consumida (GWh)	3.602	3.747	3.908	3.782	4.005	3.882	4.447	4.787	1,03

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe o grande peso dos segmentos industrial, residencial e comercial, nessa ordem, os quais em conjunto são responsáveis por 83,6% do consumo.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica em Alagoas por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2014).

A predominância do setor industrial no consumo de energia elétrica em Alagoas explica-se pela presença no Estado de diversas plantas do setor químico, que constitui o segundo maior setor industrial em termos de demanda de energia no Brasil. Apesar do cenário positivo observado em Alagoas na proporção entre geração e consumo, é importante que sejam feitos maiores investimentos, tanto no aumento da capacidade de geração, especialmente para aproveitar a produção de biomassa no Estado, como na transmissão de energia elétrica. Entretanto, existe previsão de implantação de apenas um projeto relacionado ao sistema elétrico nos próximos anos, que se trata da Linha de Transmissão Luiz Gonzaga-Garanhuns-Pau Ferro, totalizando 666 km entre municípios dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, obra em implantação no âmbito do PAC que envolve recursos da ordem de R\$ 742 milhões.

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem estar e melhores condições de vida da população, inclusive com reflexos na saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução em Alagoas no período de 2002 a 2012 (Tabela 4). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 99,8% das residências atendidas, estando acima dos indicadores observados no Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e Brasil (99,5%).

Conforme apresentado na Tabela 4, a infraestrutura de saneamento (água, esgoto, coleta de resíduos) em Alagoas apresenta indicadores de cobertura da infraestrutura básica relativamente menores do que média regional, exceto no caso do acesso à iluminação elétrica (99,8%), que supera a média regional de 99,1% e indica praticamente a universalização do acesso. Entretanto, os indicadores relativos ao abastecimento de água e esgotamento sanitário estão abaixo dos valores médios regionais (80,6%, 41,1%, respectivamente), apesar da melhoria significativa observada entre 2002 e 2012, especialmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário.

O abastecimento de água, por sua vez, que atendia a 61,7% das residências em 2002 foi ampliado para 74,4% dos domicílios em 2012. Apesar essa expansão, o indicador ainda permanece abaixo das médias para o Nordeste (80,6%) e para o Brasil (85,4%).

No que se refere à coleta de lixo, o Estado contava com 71,7% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%.

A rede de esgotamento sanitário apresentou notável expansão no período analisado. Contudo, pouco mais de trinta por cento das residências paraibanas contavam com esse tipo de serviço em

2012. As necessidades de investimentos nesse tipo de serviço são prementes, pois o indicador de Alagoas ainda encontra-se abaixo da média regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste) e da média nacional (63,3%).

Tabela 4 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura básica em Alagoas - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Abastecimento de água	458	702	61,7	74,4
Esgotamento sanitário	54	306	7,3	32,4
Coleta de lixo	452	676	60,9	71,7
Iluminação elétrica	691	941	93,1	99,8

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2013).

A infraestrutura de utilidade pública tem reflexo importante na saúde pública e no conceito mais amplo de pobreza. Assim sendo, é fundamental que haja investimento para melhoria dos indicadores de saneamento do Estado, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais. Para tal, existem importantes ações em execução ou em planejamento que deverão aperfeiçoar a infraestrutura do Estado. Os principais projetos estão listados na Tabela 5, totalizando R\$ 3,4 bilhões, incluindo também obras voltadas à infraestrutura de irrigação.

Tabela 5 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas em Alagoas

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Ampliação Sistema Meirim - Pratagy (PAC 2)	161	Em licitação	0%
Melhorias no abastecimento de água em Maceió	21	Paralisada	70%
Ampliação do abastecimento de água no interior do estado (PAC)	12	Iniciada	75%
Irrigação do Riacho Bálsmo	5	Iniciada	NI
Perímetro de irrigação Itiúba (PAC)	14	Iniciada	NI
Canal do Sertão Alagoano - 4ª Trecho (PAC)	592	Iniciada	12%
Canal do Sertão Alagoano - 5ª Trecho (PAC)	490	Em projeto	0%
Canal do Sertão Alagoano - 3 trecho (PAC)	712	Iniciada	68%
Adutora do Médio Sertão	180	Em projeto	0%
Adutora Alto Sertão	100	Iniciada	9%
Ampliação esgotamento sanitário em Maceió (Bacia do Pratagy)	40	Em licitação	0%
Ampliação Esgotamento sanitário na Bacia de Pajuçara	35	Iniciada	90%
Ampliação Esgotamento sanitário em Marechal Deodoro	11	Em licitação	0%
Implantação sistema de esgoto sanitário em Arapiraca (PAC)	50	Iniciada	NI
Sistema de esgoto sanitário em Anadia (PAC)	7	Iniciada	NI
Implantação esgotamento sanitário em Coqueiro Seco (PAC)	11	Iniciada	40%
Revitalização da lago Mundaú em Maceió	100	Em projeto	0%
Construção de barramentos para contenção de enchentes	859	Em projeto	0%
Sistema Integrado Coqueiro Seco (PAC) - água e esgoto	26	Iniciada	27%
Total	3.426		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Entre as obras apresentadas na Tabela 5, destacam-se o canal do sertão e suas adutoras, os quais, em conjunto, contribuirão efetivamente para o aumento da oferta hídrica em Alagoas. Ademais, destaca-se também as obras de construção de barramentos para conter possíveis enchentes dos rios Paraíba e Mundaú, de modo a evitar problemas semelhantes aos ocorridos em anos recentes.

Referências

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo:
Abril, nov. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO
INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de
Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de
Investimentos:** relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington,
D. C.: BID, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Projeto
Nordeste Competitivo:** sumário executivo. Brasília, DF: CNI,
2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa
CNT de Rodovias 2014.** Relatório gerencial. Disponível em:
<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>.
Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014.**
Disponível em: [http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao-snviacao-2014-1](http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snviacao-2014-1). Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de
energia elétrica 2011.** Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014.** Rio de
Janeiro: EPE, 2014.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DA ENERGIA DA UFC.
**Caracterização e análise dos sistemas produtivo e
macrologístico da região nordeste enquanto suporte à**

localização de empreendimentos: foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Fortaleza: GLEN; UFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2012.
Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está dividido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego em Alagoas no período de 2001 e 2013, utilizando-se números fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 e 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12.1 Evolução do emprego e desemprego - PNAD Contínua

O objetivo central desta primeira seção do trabalho é analisar as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 2.293 mil pessoas, em 2001, importando 78,1% da população total de Alagoas. Vale ressaltar que neste período 68,9% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Já os dados de 2013 apontavam a PIA com 2.769 mil pessoas, representando 83,9% da população total. Quanto à população urbana, verifica-se acréscimo em 26,4%, tendo a população domiciliada no meio urbano representado 72,0% da PIA em 2013 (Tabela 1).

¹ Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

No período abordado, registra-se aumento da População Economicamente Ativa (PEA)². Em 2001, a PEA representava 1.324 pessoas, correspondendo a uma taxa de participação da força de trabalho de 57,7%. Para 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 1.429 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 0,64% ao ano, resultando em um incremento de 105 mil pessoas. Neste ano de 2013, verificou-se redução na taxa de participação (correspondente a 51,6%) devido ao maior crescimento proporcionalmente da PIA (taxa de crescimento de 1,58% a. a.) em relação à PEA (Tabela 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	2.937	3.300	363	12,4	0,98
População em Idade Ativa - PIA	2.293	2.769	476	20,8	1,58
População Economicamente Ativa - PEA	1.324	1.429	105	7,9	0,64
População Ocupada - POC	1.177	1.273	96	8,2	0,66
População Desocupada	147	156	9	6,1	0,50
Taxa de Participação (%) (1)	57,7	51,6	-6,1	-10,6	-0,93
Nível de Ocupação (%) (2)	51,3	46,0	-5,4	-10,4	-0,91
Taxa de Ocupação (%) (3)	88,9	89,1	0,2	0,2	0,02
Nível de Desocupação (%) (4)	6,4	5,6	-0,8	-12,1	-1,07
Taxa de Desocupação (%) (5)	11,1	10,9	-0,2	-1,7	-0,14

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Obs: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

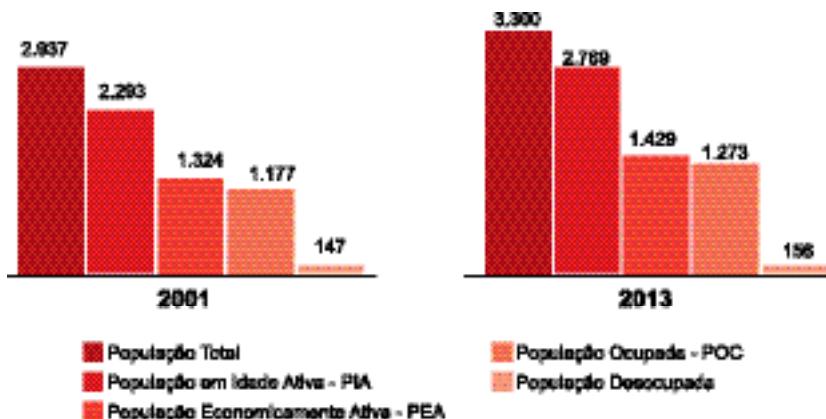
Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

² Para melhor compreensão do conceito é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que uma fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

- (2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;
- (3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;
- (4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;
- (5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

No início do período, em 2001, a População Ocupada (POC) era de 1.177 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação de 88,9%. Para este período em análise, as classes de rendimento mensal de todos os tipos de trabalho apontavam para uma maior concentração de pessoas que recebiam até três salários mínimos, com 69,0% do total das pessoas ocupadas.

Entre o período de 2001 a 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 8,16%, alcançando um estoque de 1.273 mil pessoas. Nesta nova configuração da população ocupada, observa-se um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal que recebem entre meio a um salário mínimo, com acréscimo de 109 mil pessoas ocupadas, equivalendo a uma taxa de crescimento de 2,5% ao ano (Tabela 2).

No ano de 2013, verificou-se que 12,6% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, tendo ocorrido uma redução em 37,6% em relação ao ano de 2001. Por sua vez,

a classe de rendimento mensal de até três salários mínimos respondia por um conjunto de quase 77,9% da POC, enquanto que a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a três salários mínimos representava apenas 7,2% da População Ocupada (Tabela 2). Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, e corroborando com esta análise, o Índice de Gini calculado para o Alagoas foi de 0,52 no ano de 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a.%)
	Absoluto	Part. %	Absoluto	Part. %			
Até 1/2 SM	170	14,4	162	12,7	-8	-4,7	-0,4
Mais de 1/2 a 1 SM	321	27,3	430	33,8	109	34,0	2,5
Mais de 1 a 2 SM	251	21,3	320	25,1	69	27,5	2,0
Mais de 2 a 3 SM	71	6,0	80	6,3	9	12,7	1,0
Mais de 3 a 5 SM	53	4,5	45	3,5	-8	-15,1	-1,4
Mais de 5 a 10 SM	32	2,7	33	2,6	1	3,1	0,3
Mais de 10 a 20 SM	16	1,4	12	0,9	-4	-25,0	-2,4
Mais de 20 SM	5	0,4	2	0,2	-3	-60,0	-7,4
Sem rendimento	258	21,9	161	12,6	-97	-37,6	-3,9
Sem declaração	0	0,0	28	2,2	28	-	-
Total	1.177	100,0	1.273	100,0	96	8,2	0,7

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto ao nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001. O reflexo desse novo quadro do ano de 2013 pode ser comprovado com crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 1.177 pessoas em 2001 para 1.273 pes-

soas ocupadas em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 0,6% ao ano, ou seja, aumento da População Ocupada de 96 mil pessoas no período de 2001 a 2013. Portanto, ocorreu uma expansão do mercado de trabalho em Alagoas no período analisado.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos nos setores do comércio e nas indústrias de transformação e extrativa. Especificamente na indústria de transformação, na fabricação de máquinas, equipamentos e materiais elétricos, no município de Marechal Deodoro, tem-se destacado a construção de uma unidade industrial para fabricação de fios, cabos, fibras ópticas e condutores elétricos isolados. A perspectiva é a geração de 85 empregos diretos em sua fase de operação, que deve ser iniciada em 2015. De acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI), o projeto foi orçado em US\$ 8,4 milhões e visa atender tanto o mercado consumidor interno quanto o externo (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal - RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objetos de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 261.232 vagas em Alagoas em 2000, com importante participação da administração pública (34,4%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 506.150 vagas, com aumento expressivo de 93,8% no período estudado. Além desse incremento, o Estado de Alagoas apresentou uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho, pois os setores de serviços e comércio que respondiam por 33,6% do emprego formal, com formação de 87.781 pessoas no ano 2000, passaram a representar por 41,9% dos empregos formais do Estado,

fornecendo 212.190 de postos de trabalho em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

Vale destacar que a formação deste novo quadro se deu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços, a exemplo da construção de dois hotéis no município de Marechal Deodoro, com instalação de 289 apartamentos com funcionamento a partir de 2015, os investimentos foram na ordem de US\$ 31 milhões. Em Maceió, tem-se a construção de um hotel, cujo investimento foi de US\$ 9,2 milhões, com prazo de entrega para 2016 e perspectiva de geração de 90 empregos diretos. Além da expansão e modernização de mais dois hotéis, no mesmo município, com o investimento de US\$ 15,16 milhões no complexo hoteleiro, o local ganhará um centro de convenções e novas áreas de lazer, possibilitando a geração de emprego e renda (BRASIL, 2014a).

Destaca-se também o desenvolvimento do setor da construção civil que registrou aumento no número de postos de emprego em 227,2% se comparado a 2000, ou seja, incremento em 23.081 novos postos de trabalho.

Na indústria de transformação, o crescimento na geração de empregos formais foi de 50,0%, entre o período de 2001 e 2013, com saldo de 30.473 novos postos de trabalho. Especificamente em energia fotovoltaica, no município de Marechal Deodoro, tem-se destacado a construção de uma indústria de fabricação de módulos fotovoltaicos e montagem de painéis solares com a geração inicial de 72 empregos diretos em sua fase de construção iniciada em 2011, e 54 empregos diretos quando estiver concluída (previsão de término em 2015). Referido fábrica terá uma área de 120 mil m², sendo o projeto prevê a construção de uma usina solar, além de uma usina heliotérmica no interior de Alagoas. Os investimentos realizados na fábrica de módulos para conversão de energia solar

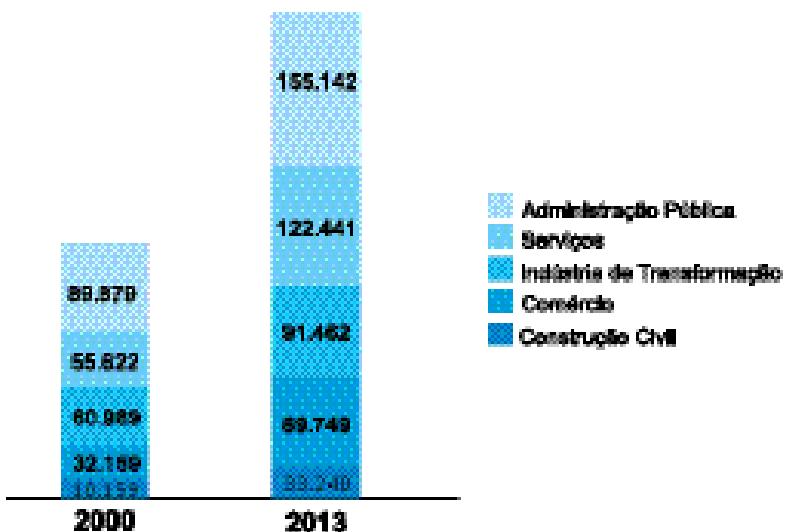
foi da ordem de US\$ 16,8 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI (BRASIL, 2014a).

Tabela 3 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Particip. (%)	Absoluto	Particip. (%)		
Administração pública	89.879	34,4	155.142	30,7	65.263	72,6
Serviços	55.622	21,3	122.441	24,2	66.819	120,1
Indústria de transformação	60.989	23,3	91.462	18,1	30.473	50,0
Comércio	32.159	12,3	89.749	17,7	57.590	179,1
Construção civil	10.159	3,9	33.240	6,6	23.081	227,2
Agropecuária, extração vegetal, caça...	9.144	3,5	9.575	1,9	431	4,7
Servicos Industriais de Utilidade Pública	2.797	1,1	3.897	0,8	1.100	39,3
Extrativa mineral	483	0,2	644	0,1	161	33,3
Total	261.232	100,0	506.150	100,0	244.918	93,8

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Gráfico 2 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Em relação à distribuição de emprego segundo o porte da empresa³, no ano 2000 as firmas de grande porte respondiam por 37,0% dos empregos formais do Estado, enquanto que às Micro, e Médias empresas ofereciam 63,0% das vagas. Em 2013, as oportunidades cresceram de forma considerável em todos os segmentos, e de forma especial nas empresas de grande porte, que passou a contar com 46,9% das vagas, ou seja, 237.384 empregos formais.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 61.472 postos de trabalhos com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma concentração no subsetor de fabricação de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (78,8%), que empregava 48.463 pessoas.

³ O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

No ano de 2013, houve considerável incremento de 30.634 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, alcançando 92.106 postos, ou seja, 49,8% a mais em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de produtos alimentícios e bebidas (com acréscimo de 27.275 postos de empregos formais), seguido por produtos de artigos de borracha e plástico (aumento em 2.261 postos de trabalho) e produtos de metal exceto máquinas e equipamentos, com criação de 1.019 postos de trabalho com vínculo empregatício (Tabela 4).

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados U\$S 287,1 milhões nestes subsetores, ou seja, cerca de 51,8% dos investimentos totais no período. Somente na indústria extrativa com a exploração de minério de ferro no município de Craíbas os investimentos foram na ordem de US\$ 125 milhões, ou seja, 22,5% dos valores totais investidos no Estado de Alagoas no período de 2011 a 2013. Referido projeto gerou 1,2 mil empregos diretos em sua fase de construção, embora a iniciativa ainda se encontre em fase de implantação, a expectativa de oferta de empregos é de 400 pessoas em sua fase de operação em 2015, de acordo com a RENAI (BRASIL, 2014a).

Tabela 4 – Indústria de transformação e extrativa mineral - Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por subsetor - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Particip. (%)	Absoluto	Particip. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Produtos alimentícios e bebidas	48.463	78,8	75.738	82,2	27.275	56,3
Artigos de borracha e plástico	789	1,3	3.050	3,3	2.261	286,6
Coque, refino de petróleo, elabor. De combustíveis nucleares e prod. De álcool	4.103	6,7	2.019	2,2	-2.084	-50,8
Produtos de minerais não metálicos	1.002	1,6	1.874	2,0	872	87,0
Produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	425	0,7	1.444	1,6	1.019	239,8
Produtos químicos	968	1,6	1.313	1,4	345	35,6
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5	0,0	1.021	1,1	1.016	20.320,0
Móveis e indústrias diversas	556	0,9	867	0,9	311	55,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	373	0,6	767	0,8	394	105,6
Produtos têxteis	1.522	2,5	713	0,8	-809	-53,2
Máquinas e equipamentos	192	0,3	678	0,7	486	253,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	692	1,1	650	0,7	-42	-6,1
Metalurgia	106	0,2	275	0,3	169	159,4
Produtos de madeira	181	0,3	248	0,3	67	37,0
Produtos do fumo	1.119	1,8	209	0,2	-910	-81,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	147	0,2	182	0,2	35	23,8
Artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	103	0,2	157	0,2	54	52,4
Celulose, papel e produtos de papel	99	0,2	137	0,1	38	38,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12	0,0	45	0,0	33	275,0
Outros equipamentos de transporte	38	0,1	45	0,0	7	18,4
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	94	0,2	30	0,0	-64	-68,1

continua...

continuação

Indústria de extração mineral B)						
Pedra, areia e argila	302	0,5	271	0,3	-31	-10,3
Carvão mineral	0	0,0	171	0,2	171	-
Outros minerais não metálicos	143	0,2	133	0,1	-10	-7,0
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	38	0,1	40	0,0	2	5,3
Minerais metálicos não ferrosos	0	0,0	29	0,0	29	-
Minério de ferro	0	0,0	0	0,0	0	-
Total (A+B)	61.472	100,0	92.106	100,0	30.634	49,8

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Quanto aos dados de empregos formais disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais que saltou de 261.232 postos de trabalho, em 2000, para 506.150 no ano de 2013, aumento em 93,8% com predominância dos empregos formais em empresas de grande porte. Somente na indústria de transformação e extrativa mineral, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados US\$ 287,1 milhões neste subsetor, ou seja, 51,8% dos investimentos totais no período do Estado. Estes números de crescimento são reflexos dos investimentos na economia de Alagoas em setores estratégicos, como a indústria de transformação, bem como na produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

A vocação econômica do Estado de Alagoas para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 14.487 novos estabelecimentos, representando aumento de 130,0% no período de 2000 a 2013. Somente este dois setores registraram 25.635 estabelecimentos no ano de 2013, representando 82,9% do total do número de empresas da Paraíba. Dos 30.909 estabelecimentos registrados no ano de 2013, um total de 98,7% são de micro e pequeno porte (IBGE, 2014).

O crescimento do comércio e serviços impulsiona outros setores, a exemplo da construção civil que gerou 23.081 novos empregos formais em 2013, aumento de 227,2% em relação ao ano de 2000. Outro indicador que também possibilita mensurar o favorável desenvolvimento do setor da construção civil é o aumento do consumo de cimento do Estado da Alagoas. Segundo o Sindicato da Indústria de Cimento Nacional (SICN), o ano de

2013 fechou com consumo de 805,8 mil toneladas, registrando incremento de 489 mil toneladas, ou seja, aumento em 154,7% em relação ao ano de 2003.

Destaca-se também a instalação do Estaleiro no Litoral Sul de Alagoas no município de Coruripe-AL. Segundo a RENAI, os investimentos foram da ordem de US\$ 686,5 milhões na implantação de um estaleiro com a capacidade de produzir entre 4 a 8 navios de médio e grande porte por ano. A expectativa é que o empreendimento deverá gerar 4,5 mil empregos diretos em sua fase de operação e mais de 9,0 mil postos de trabalho em prestação de serviços. O empreendimento irá ocupar uma área de 200 hectares, cuja licença ambiental para o início das obras foi liberada no início de setembro de 2014.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In: **Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1407503664.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PETROBRÁS. **Refinaria Premium I**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. Relatório anual 2012. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.app>. Acesso em: 17 nov. 2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Economista. Mestre em Economia

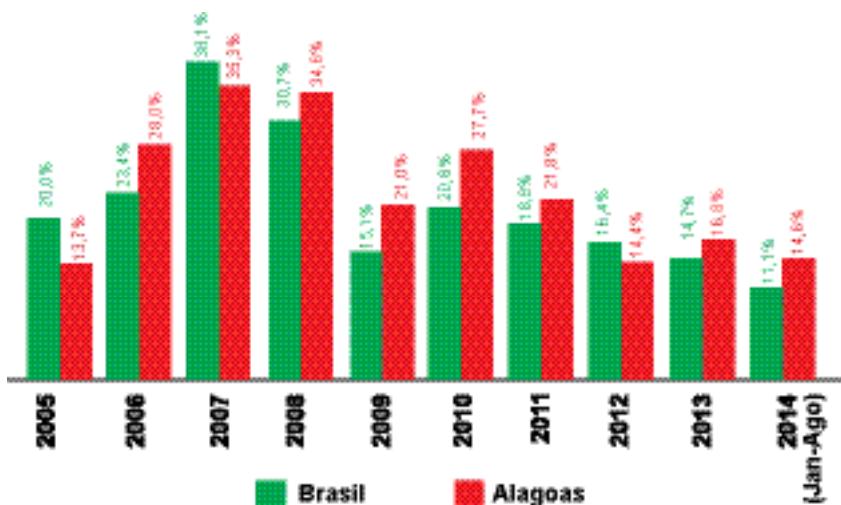
A intermediação financeira se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, Alagoas conta atualmente com 11 instituições financeiras, que atuam através de 202 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, no montante de R\$ 939,8 milhões, além de R\$ 2,5 bilhões em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o montante de R\$ 4,7 bilhões registrado no mesmo período (BACEN, 2014b).

Alagoas vem apresentando desempenho superior ao Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 23,5% no Estado, enquanto que em nível nacional, a elevação do crédito registrou taxa de crescimento anual de 21,8%.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito em Alagoas beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 30,3%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 16,3% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro em Alagoas saltou para R\$ 19,0 bilhões, alcançando participações relativas no Nordeste e no Brasil de 5,2% e 0,7%, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e de Alagoas - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %



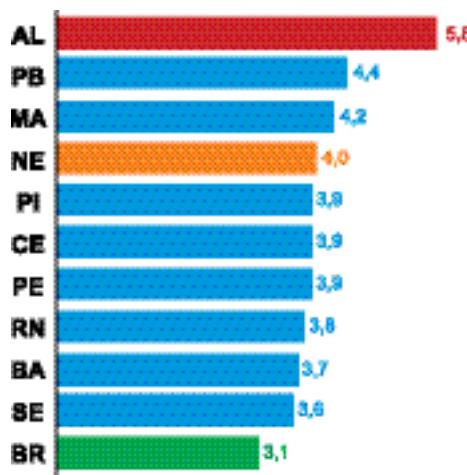
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência total de Alagoas registrou 5,8%, acima do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (6,2%) apresentou-se superior ao índice das pessoas jurídicas (5,1%), conforme especificado no Gráfico 2.

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento⁴ são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e relocalização dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores alagoanos obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda (Tabela 1).

⁴ Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

Gráfico 2 – Índice de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou-se por um fator de 5,9, resultado de uma taxa de crescimento anual de 24,7%, com destaque para os setores “habitação” e “outros serviços”, que registraram taxa de crescimento anual de 53,8% e 42,8%, respectivamente.

Sob a ótica dos tomadores de recursos de Alagoas, observa-se que o porte “Micro” obteve a segunda taxa de crescimento anual (26,1%), bem como a maior participação relativa (61,9%), haja vista contemplar as microempresas, em grande medida devido à presença nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, o porte “Médio”, com 30,8%, apresentou a taxa anual de crescimento mais elevada na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013 (Tabela 2).

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	Habitação	Outros	Total
2005	0,88	0,48	0,14	0,11	0,11	0,10	0,38	2,20
2006	0,91	0,31	0,17	0,12	0,10	0,14	0,50	2,25
2007	0,97	0,37	0,24	0,15	0,10	0,39	0,65	2,86
2008	1,03	0,62	0,36	0,20	0,14	0,51	0,81	3,66
2009	1,14	0,75	0,69	0,22	0,33	0,55	1,02	4,70
2010	1,10	0,92	0,60	0,50	0,40	1,05	1,20	5,78
2011	0,97	1,37	0,62	0,87	0,45	1,71	1,45	7,45
2012	1,00	1,68	0,82	0,95	0,58	2,44	1,99	9,47
2013	1,09	2,09	1,09	1,00	1,87	3,19	2,57	12,90

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	1,25	0,16	0,11	0,69	2,20
2006	1,37	0,20	0,11	0,58	2,25
2007	1,87	0,28	0,13	0,58	2,86
2008	2,17	0,32	0,18	1,00	3,66
2009	2,37	0,41	0,30	1,62	4,70
2010	3,20	0,50	0,34	1,74	5,78
2011	4,29	0,59	0,53	2,03	7,45
2012	5,93	0,77	0,70	2,06	9,47
2013	7,99	0,96	0,92	3,04	12,90

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. v. 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **ESTBAN - Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas Estatais**. Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste: o FNE

José Alci Lacerda de Jesus

Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia
e Avaliação de Recursos Naturais

Mário Sérgio Carvalho de Freitas

Geógrafo. Mestre em Geografia Física

Sâmia Araújo Frota

Economista. Mestre em Administração

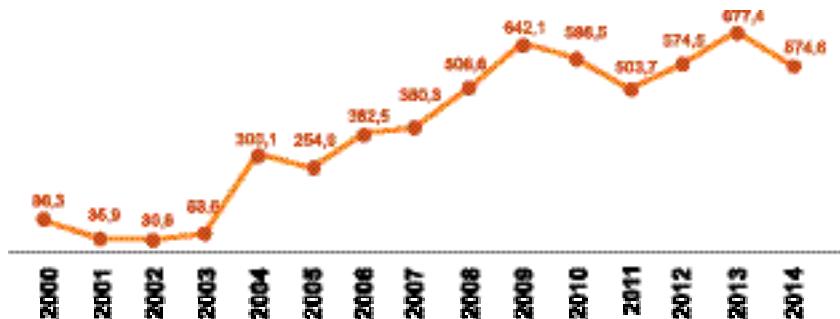
As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem se constituído em um dos pilares das políticas de desenvolvimento para a Região, contribuindo enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de empregos e aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE em Alagoas, evoluindo de R\$ 86,3 milhões em 2000 para R\$ 574,6 milhões em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R\$ 5,6 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas ocorreu também um aumento expressivo, saltando de aproximadamente 5 mil em 2000 para mais de 25,7 mil em 2014,

ampliando substancialmente o acesso ao crédito por parte dos empreendedores alagoanos.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE em Alagoas - (R\$ milhões)

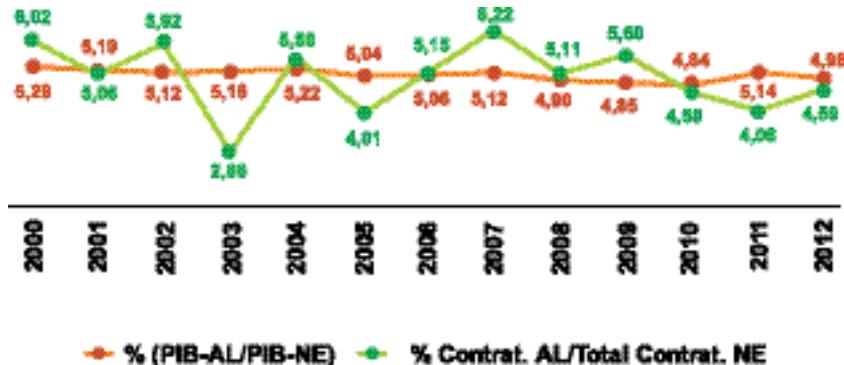


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto a destacar é que a participação do PIB de Alagoas no Nordeste oscilou entre 5,3% e 5,0% entre 2000 e 2012. O FNE, por sua vez, destinou 4,6% do total aplicado por essa fonte de financiamento para Alagoas nesse período (Gráfico 2), o que aponta para perspectivas de aumento de financiamento no Estado.

Gráfico 2 – Participação de Alagoas no PIB regional e no total das contratações do FNE na Região Nordeste - 2000 a 2012 - Em %

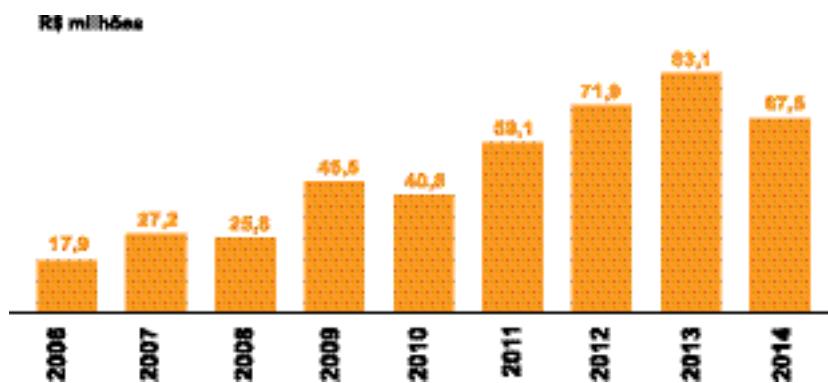


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE 2014.

Quanto ao atendimento às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Governo Federal, qual seja a mesorregião diferenciada do Xingó e o semiárido alagoano, considerando somente o período de 2006 a 2014, os financiamentos com recursos do FNE alcançaram R\$ 356,7 milhões e R\$ 1,14 bilhão, respectivamente, em valores atualizados.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), Alagoas elevou suas aplicações com recursos do FNE para esse segmento (Gráfico 3), especialmente a partir de 2006. Esse resultado é compatível com o crescimento dos financiamentos do FNE em comércio e serviços, principal setor de atuação das MPEs. Os financiamentos do Fundo Constitucional para MPEs saltaram de R\$ 17,9 milhões em 2006 para R\$ 67,5 milhões em 2014 em valores atualizados, representando um incremento de aproximadamente 277% nesse período.

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas em Alagoas



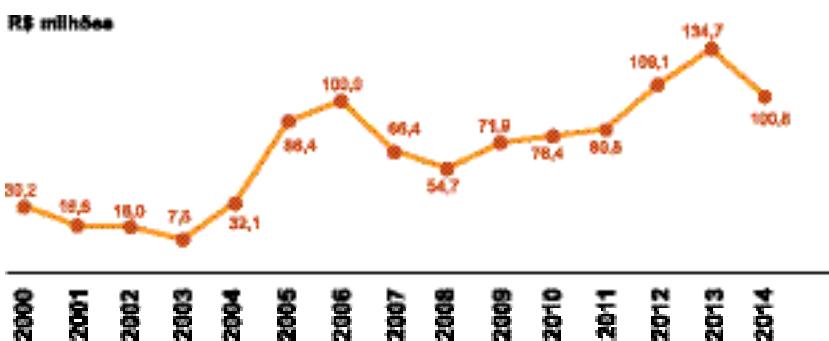
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R\$ 30,2 milhões, em 2000, para R\$ 100,8 milhões em 2014. Registre-se, contudo, que os efeitos acumulados da estiagem, que

prosseguiu em 2014, contribuíram para uma redução de cerca de 25% na contratação de recursos no âmbito do Programa, em relação aos valores contratados em 2013, situação que deverá ser revertida nos próximos exercícios.

Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para agricultura familiar em Alagoas



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

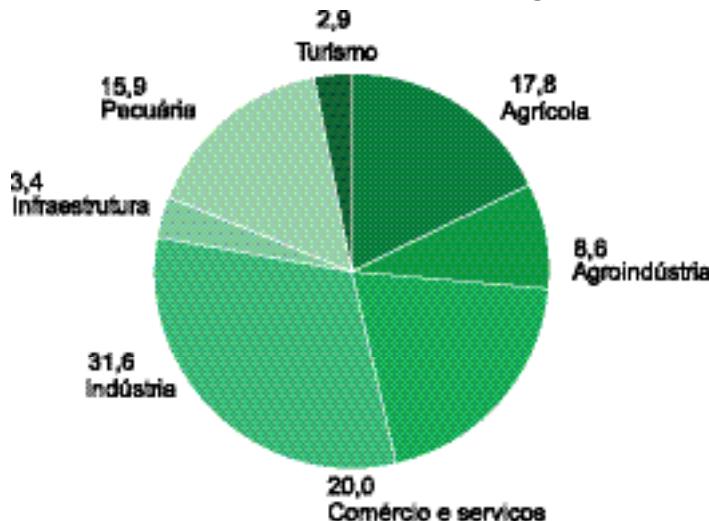
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000 a 2014, o que se verifica é uma maior participação da indústria (31,6%) comércio e serviços (20,0%), pecuária (15,9%) e agricultura (17,8), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda local por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva do Estado podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais que complementem a ação creditícia.

Destaca-se ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos em Alagoas, em diversos setores, a exemplo da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, podem ser destacados financiamentos a grandes empreendimentos dos segmentos das indústrias química e cerâmica, do ramo agroindustrial (açúcar), *shopping centers* e de geração de bioenergia.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE em Alagoas - 2000 a 2014

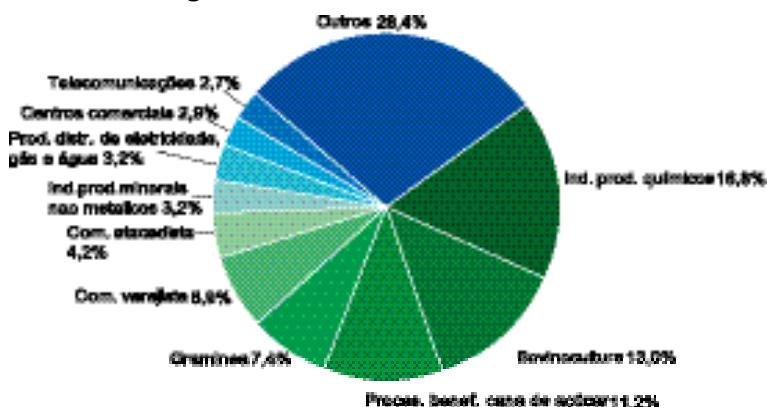


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

O Gráfico 6 apresenta as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE no período do 2000-2014, em Alagoas, podendo ser observada, portanto, a diversidade de segmentos produtivos contemplados com recursos do FNE.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE em Alagoas - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

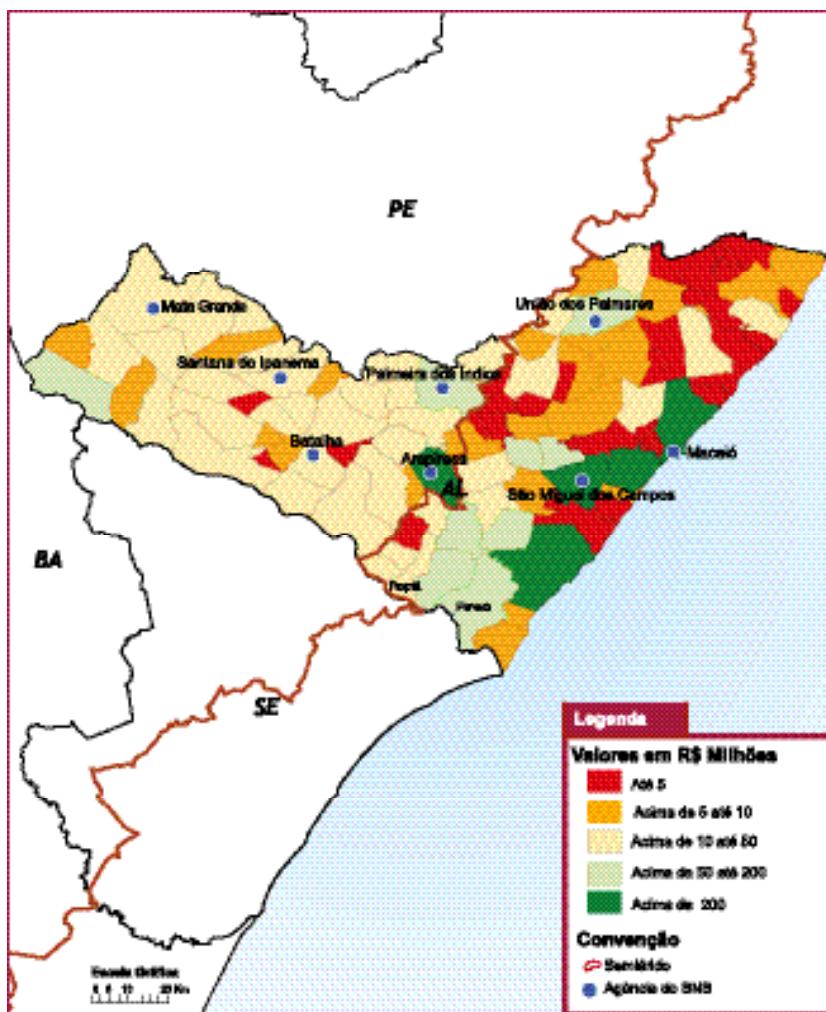
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional diz respeito à democratização do acesso ao crédito e a desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 apresenta a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período 2006 a 2014.

Assim, verifica-se que o FNE tem atendido a todos os municípios de Alagoas. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente a região metropolitana de Maceió, além dos municípios de Arapiraca e Coruripe. Seguem-se as áreas no entorno de União dos Palmares, Palmeira dos Índios e Delmiro Gouveia. As demais áreas, localizadas em várias regiões do Estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia uma menor demanda por financiamentos e a consequente aplicação de recursos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB por intermédio do FNE.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE em Alagoas - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas em Alagoas, a exemplo da agricultura e fruticultura irrigada, aquicultura e pesca, além dos setores agroindustrial, industrial (mineração, metalurgia, química, produtos alimentares, têxtil e vestuário), comer-

cial e de turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com os estados, na promoção do desenvolvimento.

Referências

BANCO DO NORDESTE. **FNE 2014.** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008.** Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. **Perfil econômico de Alagoas.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente perfil social e econômico, o estado de Alagoas é detentor de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, a unidade federativa passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem estar da população.

É importante enfatizar que a economia alagoana apresentou uma evolução expressiva ao longo na última década, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido 61,1% e 49,5% em termos reais, respectivamente, de 2002 a 2012.

Referido crescimento foi alcançado em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas “décadas perdidas” dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente em Alagoas.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O estado de Alagoas foi beneficiado por esses resultados.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia alagoana, a exemplo de obras para ampliar os equipamentos de utilidade pública, modernizar a logística e os meios de transporte além de fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Ban-

co do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamen-tos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também tem sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica. De fato, ocorreram avanços importantes para Alagoas nessas áreas em anos recentes.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos demais Estados tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, R\$ 9,9 mil em 2012, ainda é inferior ao do Nordeste (R\$ 11,7 mil em 2012) e pouco mais de um terço do nacional, que alcançou R\$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH de Alagoas (0,682 em 2010) é maior que a média para o Nordeste (0,660 em 2010) embora permaneça inferior em comparação com a média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas. Um primeiro aspecto diz respeito à demografia do Estado.

É importante ressaltar que as taxas de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, ocorrendo um progressivo envelhecimento da população.

A diminuição do ritmo de crescimento da população em Alagoas é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza

2,3 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (610,4 mil) e superior a 64 anos (186,6 mil), somando 797,0 mil, que é denominado de população em idade inativa-PINA (IBGE, 2010).

Quando a PIA é superior a PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo portanto o chamado “bônus demográfico”. Alagoas tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará em redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos.

A taxa de urbanização da população alagoana, em 2012, era de 71,5%, sendo próxima da média regional (73,1%), mas ainda abaixo da nacional (84,3%). Além da capital Maceió, Arapiraca, Rio Largo e Palmeira dos Índios são os municípios mais populosos, concentrando 41,0% da população total (1.383.640 habitantes). A Mesorregião Leste, que abrange a área metropolitana de Maceió, concentra 66,5% da população estadual.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da polarização das principais atividades econômicas do Estado. A Mesorregião do Leste concentra 77,8% do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

No que se refere à estrutura produtiva do Estado, os serviços responderam por 72,1% do valor agregado bruto estadual em 2012, com elevada participação das atividades de administração pública e do comércio. Se por um lado tem ocorrido um processo de modernização do setor terciário, por outro lado referida estrutura reflete uma pequena base produtiva. O setor industrial se expandiu recentemente, mas perdeu participação na economia estadual,

tendo respondido por 22,2% do VAB estadual em 2012. A agropecuária também perdeu participação no VAB total, pois decresceu de 12,0% em 2002 para 5,6% em 2012.

A diversidade fitogeográfica confere ao Estado de Alagoas amplas possibilidades de produção agrícola. No entanto, a agricultura estadual está fortemente concentrada na cana-de-açúcar que sozinha responde por 86,6% do valor da produção agrícola, tendo aumentado sua participação percentual entre 2002 e 2012. Alagoas é o maior produtor nordestino de cana-de-açúcar, respondendo por mais de 40% da produção regional, sendo que grande percentual dessa matéria-prima é destinada para fabricação de açúcar. Assim, o Estado é também o maior produtor de açúcar da Região.

Em relação a pecuária, Alagoas possui características edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da avicultura, bovino-cultura de corte e de leite, ovinocultura, caprinocultura e apicultura. Todas essas atividades são exercidas principalmente por pequenos produtores e se constituem em importantes alternativas de fontes de renda. Referidos segmentos têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de tecnologias e dos incentivos de programas institucionais. Contudo, ainda existem possibilidades para o crescimento desses setores, considerando a demanda de seus produtos, o potencial edafoclimático do Estado e os apoios institucionais.

Embora a indústria química tenha despontado em anos recentes, o setor ainda está concentrado em segmentos tradicionais, de intensidade tecnológica classificada como baixa ou média, a exemplo das indústrias alimentícias e de bebidas, especificamente a indústria açucareira, além da construção civil. Apesar do crescimento e diversificação do mercado de trabalho em conjunto com o número de empresas formalmente registradas, expressivo contingente populacional está ocupado informalmente no setor agropecuário, obtendo reduzida remuneração. Registre-se que o setor agropecuário respondeu por apenas 5,6% do valor agregado estadual em 2012, implicando dizer que parte da agropecuária estadual ainda é de subsistência.

A pequena base produtiva gera limitados recursos de arrecadação para o Estado e municípios, de forma que Alagoas ainda é dependente das transferências constitucionais para executar ações

e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 2,7 bilhões no Estado em 2013, enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$ 3,6 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira de Alagoas, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas, passou de 0,19 em 2000 para 0,23 em 2013. Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso de Alagoas, aproximadamente 77% das receitas estaduais provem de fontes não tributárias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete a necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita uma maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, Alagoas obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante. Em face dos desafios a serem enfrentados por Alagoas as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica	% Nordeste	
Área (km ²)	27.775	1,79
Extensão da costa litorânea (km)	248	4,79
Número de municípios	102	5,69
Número de distritos	115	

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R\$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	29.545	4,96
	R\$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	9.333	41,21

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012.

PIB e População por município - 2012

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Total geral	29.544.708	100,00	9.333	3.165.472	100,00
Água Branca	90.968	0,31	4.603	19.763	0,62
Anadia	87.272	0,30	5.027	17.360	0,55
Arapiraca	2.416.888	8,18	11.080	218.140	6,89
Atalaia	277.360	0,94	6.178	44.892	1,42
Barra de Santo Antônio	65.373	0,22	4.458	14.665	0,46
Barra de São Miguel	63.045	0,21	8.130	7.755	0,24
Batalha	88.662	0,30	5.090	17.420	0,55
Belém	23.433	0,08	5.056	4.635	0,15
Belo Monte	36.469	0,12	5.611	6.499	0,21
Boca da Mata	213.593	0,72	8.212	26.010	0,82
Branquinha	51.108	0,17	4.881	10.471	0,33
Cacimbinhas	51.433	0,17	4.990	10.307	0,33
Cajueiro	121.159	0,41	5.874	20.626	0,65
Campestre	34.953	0,12	5.252	6.655	0,21
Campo Alegre	274.317	0,93	5.242	52.327	1,65
Campo Grande	40.432	0,14	4.360	9.273	0,29
Canapi	65.130	0,22	3.778	17.238	0,54
Capela	98.712	0,33	5.901	16.728	0,53
Carneiros	31.885	0,11	3.730	8.548	0,27
Chá Preta	37.058	0,13	5.186	7.146	0,23
Coité do Nóia	42.674	0,14	3.964	10.765	0,34
Colônia Leopoldina	117.685	0,40	5.769	20.401	0,64
Coqueiro Seco	26.427	0,09	4.731	5.586	0,18
Coruripe	729.741	2,47	13.711	53.224	1,68
Craibas	93.471	0,32	4.078	22.921	0,72
Delmiro Gouveia	392.709	1,33	8.035	48.876	1,54
Dois Riachos	41.140	0,14	3.796	10.838	0,34
Estrela de Alagoas	64.769	0,22	3.720	17.410	0,55
Feira Grande	90.718	0,31	4.251	21.342	0,67

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Feliz Deserto	41.713	0,14	9.307	4.482	0,14
Flexeiras	58.762	0,20	4.747	12.378	0,39
Girau do Ponciano	155.736	0,53	4.114	37.858	1,20
Ibateguara	71.732	0,24	4.725	15.180	0,48
Igaci	104.019	0,35	4.139	25.129	0,79
Igreja Nova	238.738	0,81	10.129	23.570	0,74
Inhapi	66.235	0,22	3.713	17.839	0,56
Jacaré dos Homens	35.376	0,12	6.610	5.352	0,17
Jaciúpe	32.344	0,11	4.654	6.950	0,22
Japarattinga	34.785	0,12	4.410	7.888	0,25
Jaramataia	25.595	0,09	4.633	5.524	0,17
Jequiá da Praia	157.282	0,53	13.231	11.887	0,38
Joaquim Gomes	92.426	0,31	4.044	22.853	0,72
Jundiá	24.307	0,08	5.869	4.142	0,13
Junqueiro	132.832	0,45	5.495	24.173	0,76
Lagoa da Canoa	74.720	0,25	4.154	17.988	0,57
Limoeiro de Anadia	101.433	0,34	3.747	27.069	0,86
Maceió	13.694.808	46,35	14.364	953.393	30,12
Major Isidoro	97.191	0,33	5.092	19.087	0,60
Mar Vermelho	16.903	0,06	4.711	3.588	0,11
Maragogi	149.928	0,51	5.032	29.794	0,94
Maravilha	45.132	0,15	4.522	9.981	0,32
Marechal Deodoro	1.122.913	3,80	23.638	47.504	1,50
Maribondo	71.545	0,24	5.344	13.389	0,42
Mata Grande	88.372	0,30	3.615	24.449	0,77
Matriz de Camaragibe	156.616	0,53	6.594	23.750	0,75
Messias	76.922	0,26	4.721	16.292	0,51
Minador do Negrão	26.723	0,09	5.089	5.251	0,17
Monteirópolis	28.313	0,10	4.073	6.952	0,22
Murici	146.426	0,50	5.417	27.030	0,85

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Novo Lino	65.128	0,22	5.294	12.303	0,39
Olho d'Água das Flores	107.392	0,36	5.249	20.460	0,65
Olho d'Água do Casado	36.934	0,13	4.241	8.708	0,28
Olho d'Água Grande	21.256	0,07	4.279	4.967	0,16
Olivença	47.228	0,16	4.236	11.150	0,35
Ouro Branco	41.223	0,14	3.764	10.953	0,35
Palestina	19.690	0,07	3.786	5.201	0,16
Palmeira dos Índios	516.042	1,75	7.295	70.738	2,23
Pão de Açúcar	133.356	0,45	5.638	23.651	0,75
Pariconha	37.472	0,13	3.644	10.282	0,32
Paripueira	59.400	0,20	5.015	11.845	0,37
Passo de Camaragibe	72.273	0,24	4.883	14.802	0,47
Paulo Jacinto	31.374	0,11	4.233	7.412	0,23
Penedo	433.241	1,47	7.115	60.890	1,92
Piaçabuçu	84.668	0,29	4.903	17.268	0,55
Pilar	314.974	1,07	9.368	33.623	1,06
Pindoba	17.042	0,06	5.965	2.857	0,09
Piranhas	92.544	0,31	3.937	23.504	0,74
Poço das Trincheiras	49.644	0,17	3.586	13.845	0,44
Porto Calvo	200.391	0,68	7.715	25.974	0,82
Porto de Pedras	39.056	0,13	4.789	8.156	0,26
Porto Real do Colégio	81.146	0,27	4.207	19.288	0,61
Quebrangulo	64.056	0,22	5.654	11.330	0,36
Rio Largo	603.644	2,04	8.755	68.952	2,18
Roteiro	50.659	0,17	7.668	6.607	0,21
Santa Luzia do Norte	46.632	0,16	6.693	6.967	0,22
Santana do Ipanema	258.177	0,87	5.680	45.453	1,44
Santana do Mundaú	76.745	0,26	7.111	10.792	0,34
São Brás	56.947	0,19	8.444	6.744	0,21
São José da Laje	190.901	0,65	8.334	22.906	0,72

continua...

continuação

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
São José da Tapera	119.658	0,41	3.917	30.549	0,97
São Luís do Quitunde	305.825	1,04	9.311	32.846	1,04
São Miguel dos Campos	884.362	2,99	15.703	56.319	1,78
São Miguel dos Milagres	37.740	0,13	5.128	7.360	0,23
São Sebastião	162.926	0,55	5.021	32.446	1,02
Satuba	71.534	0,24	4.763	15.020	0,47
Senador Rui Palmeira	45.224	0,15	3.424	13.209	0,42
Tanque d'Arca	25.003	0,08	4.051	6.172	0,19
Taquarana	90.396	0,31	4.781	18.907	0,60
Teotônio Vilela	263.853	0,89	6.313	41.797	1,32
Traipu	87.382	0,30	3.314	26.369	0,83
União dos Palmares	535.734	1,81	8.514	62.923	1,99
Viçosa	127.419	0,43	5.020	25.384	0,80

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R\$ 1,00 correntes
Receita Total	8.372.900.424,75
Receitas Correntes	7.227.856.883,69
Receita Tributária	3.203.360.394,32
Impostos	3.153.191.476,60
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	407.770.999,56
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	234.674.022,61
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	166.318.402,86
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	6.778.574,09
Impostos sobre a Produção e a Circulação	2.745.420.477,04
Taxes	50.168.917,72
Contribuição de Melhoria	0,00
Receitas de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	73.020.765,55
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	101.969.468,50
Transferências Correntes	3.771.967.200,16
Outras Receitas Correntes	77.539.055,16
Receitas de Capital	1.068.564.638,39
Operações de Crédito	610.498.657,95
Alienação de Bens	1.427.583,91
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	456.569.795,86
Outras Receitas de Capital	68.600,67
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	75.296.806,25
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	1.182.096,42
Despesa Total	6.545.976.518,77
Despesas Correntes	5.483.117.607,64
Pessoal e Encargos Sociais	3.252.753.925,16
Juros e Encargos da Dívida	277.288.342,96
Outras Despesas Correntes	1.953.075.339,52
Despesas de Capital	1.062.858.911,13
Investimentos	564.605.280,47
Inversões Financeiras	84.288.123,95
Amortização da Dívida	413.965.506,71

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.
Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US\$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	629.474.408	100,0
Outros açúcares de cana	543.383.514	86,3
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose quim	44.464.674	7,1
Outros álcool etílico n/ desnaturado	18.828.516	3,0
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	7.697.119	1,2
Hidróxido de sódio em solução aquosa (Lixiv. Soda)	3.631.721	0,6
Outros fumos não manufaturados, não destalados	2.807.091	0,5
Fumo n/ manufaturado n/ destal. em fls. secas, etc. tipo	1.936.400	0,3
Desperdícios e resíduos, de alumínio	1.046.273	0,2
Desperdícios e resíduos , de cobre	1.000.624	0,2
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes p/ AE	619.776	0,1
Outros produtos	4.058.700	0,6
Importações		
Total	581.333.126	100,0
Outras naftas, exceto para petroquímica	55.313.823	9,5
Outros trigos e misturas de trigo c / centeio, exc	22.657.401	3,9
Poliacrilato de sódio, em blocos irregulares, P	14.206.796	2,4
Diidrogeno - ortofosfato de amonio, incl. mist. hi	11.112.461	1,9
Outros artefatos, de fls de plástico ou materi	9.881.328	1,7
Acetato de vinila	9.381.953	1,6
Outros vinhos, mostos de uvas, ferm. imped. álcool,	9.100.455	1,6
Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão, form	8.989.287	1,6
Outs. misturas dos hidrocarb. aromat. destil>=65	8.988.907	1,6
Outros cloretoes de potássio	8.465.446	1,5
Outros produtos	423.235.269	72,8
Saldo da balança comercial	48.141.282	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013 .

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (hectares)	Quant. produzida	Valor prod.(R\$ mil correntes)
Total geral	65.396.271	994.114.867	196.083.409
Soja (em grão) (Toneladas)	27.906.675	81.724.477	68.934.365
Milho (em grão) (Toneladas)	15.279.652	80.273.172	26.723.098
Cana-de-açúcar (Toneladas)	10.195.166	768.090.444	42.946.610
Feijão (em grão) (Toneladas)	2.813.506	2.892.599	6.945.591
Arroz (em casca) (Toneladas)	2.353.152	11.782.549	7.545.031
Trigo (em grão) (Toneladas)	2.087.395	5.738.473	3.809.302
Outros	4.760.725	43.613.153	39.179.412
Lavoura Permanente: Principais Produtos			
Total geral	7.983.630	44.370.588	49.206.193
Café (em grão) Total (Toneladas)	2.085.522	2.964.538	12.820.331
Café (em grão) Arábica (Toneladas)	1.620.931	2.320.343	10.377.010
Laranja (Toneladas)	702.200	17.549.536	4.765.624
Castanha de caju (Toneladas)	695.289	109.679	160.294
Cacau (em amêndoas) (Toneladas)	689.276	256.186	1.214.039
Banana (cacho) (Toneladas)	485.075	6.892.622	5.114.222
Outros	1.705.337	14.277.684	14.754.673
Produção Física			
Leite (Mil litros)	252.135	7,01	
Ovos de galinha (Mil dúzias)	30.599	5,58	
Ovos de codorna (Mil dúzias)	1.915	10,51	
Mel de abelha (Quilogramas)	146.498	1,94	
Efetivo do rebanho (cabeças)		% do Estado	
Total	10.560.842	100,00	
Bovino	1.251.723	11,85	
Equino	58.228	0,55	
Bubalino	1.223	0,01	
Suíno - total	143.112	1,36	
Suíno - matrizes de suínos	21.601	0,20	
Caprino	66.559	0,63	
Ovino	202.168	1,91	
Galináceos - total	6.842.166	64,79	
Galináceos - galinhas	1.751.731	16,59	
Codornas	222.331	2,11	

continua...

continuação

	Produção de pescado (t)	% do Estado
Total Geral	17.636,00	100,0
Pesca Extrativa	11.170	63,3
Marinha	10.702	60,7
Continental	468	2,7
Aqüicultura	6.466	36,7
Marinha	0	0,0
Continental	6.466	36,7
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		% do Nordeste
Total	123.332	5,0
Lavoura temporária	71.941	6,7
Horticultura e floricultura	3.271	5,2
Lavoura permanente	7.389	3,1
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	85	8,6
Pecuária e criação de outros animais	39.675	4,1
Produção florestal - florestas plantadas	494	1,8
Produção florestal - florestas nativas	207	0,3
Pesca	78	1,7
Aquicultura	192	5,3

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Nota: os dados de produção de pescado refere-se ao ano de 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	4.787	100,00
Residencial	1.227	25,64
Industrial	2.073	43,31
Comercial	700	14,63
Rural	216	4,52
Poder público	145	3,04
Iluminação pública	190	3,97
Serviço público	180	3,76
Consumo próprio	55	1,14

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	11	5,24
Demais estabelecimentos bancários	199	5,51

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente ¹	Mil pessoas	% do Estado
Total	3.306	100,00
Por sexo		
Homens	1.570	47,5
Mulheres	1.736	52,5
Por situação de domicílio		
Urbana	2.363	71,5
Rural	943	28,5
Taxa de Urbanização (%) ¹		71,5
Densidade Demográfica (hab/km ²) ¹		119,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,370
IDH - M (2000)	0,471
IDH - M (2010)	0,631
Índice de Gini (2013)	0,525

Fontes. PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo	% da População
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	21,6
Média de anos de estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	4,81
Distribuição dos estudantes por rede de ensino	
Pública	80,5
Particular	19,6
Distribuição dos estudantes por rede e nível de ensino	
Pré-escolar	
Pública	61,36
Particular	38,64
Fundamental	
Pública	89,30
Particular	10,70
Médio	
Pública	84,67
Particular	15,33
Superior	
Pública	32,69
Particular	67,31

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de estabelecimentos de saúde (2013)	2.961	5,13
Número de postos de saúde (2013)	186	4,29
Médicos por mil habitantes (2010)	1,17	-
Leitos por mil habitantes (2012)	1,96	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	20,09	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	2.769	100,00
População economicamente ativa (PEA)	1.429	51,6
População Ocupada	1.274	46,0
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	2.767	100,00
Até 1/2	369	13,34
Mais de 1/2 a 1	674	24,36
Mais de 1 a 2	466	16,84
Mais de 2 a 3	92	3,32
Mais de 3 a 5	64	2,31
Mais de 5 a 10	44	1,59
Mais de 10 a 20	14	0,51
Mais de 20	3	0,11
Sem rendimento	1.007	36,39
Sem declaração	34	1,23
Vínculos Empregatícios Formais		
Total	509.125	100,00
Indústria	98.978	19,44
Construção Civil	33.240	6,53
Comércio	89.749	17,63
Serviços e administração pública	277.583	54,52
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	9.575	1,88

continua...

continuação

Estabelecimentos		
Total	31.062	100,00
Indústria	2.093	6,74
Construção civil	1.724	5,55
Comércio	14.966	48,18
Serviços e administração pública	10.978	35,34
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	1.301	4,2

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013.

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	966	100,00
Condição de Ocupação		
Próprios	718	74,33
Alugados	163	16,87
Cedidos	79	8,18
Outros	6	0,62
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	700	72,54
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	215	22,31
Coleta de lixo ¹	659	68,21
Acesso à energia elétrica	962	99,62
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	4	0,44
Telefone celular	705	73,04
Telefone fixo e celular	122	12,66
Rádio	711	73,61
Televisão	933	96,68
Geladeira	924	95,67
Microcomputador	286	29,65
Máquina de lavar roupa	237	24,51

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	70.411	-	-	-
PC do B		-	-	-
PDT	68.999	88.125	-	-
PHS		-	-	-
PMDB	106.535	123.317		670.310
PMN	24.757	-	-	-
PP		98.231	-	-
PPS	58.698	-	-	-
PRB	26.832	-	-	-
PRP		-	-	-
PRTB	115.461	64.435	-	-
PSB	62.030	-		
PSC	30.175	-	-	-
PSD	56.549	-	-	-
PSDB	164.778	119.582	-	-
PSDC		-	-	-
PSL		-	-	-
PT	45.564	53.284	-	-
PT do B		-	-	-
PTB		-	689.266	-
PTC		-	-	-
PR		76.706	-	-
PROS	56.708	82.582	-	-
PSOL		-	-	-
PTN		-	-	-
PEN		-	-	-
SD		135.929	-	-
PV		-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.

